

MANDATO XII
ATA Nº. 19/2020

SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2020

*Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** solicitou que, atendendo à situação excecional, cumprissem as regras do distanciamento social, ficassem sentados nos lugares marcados e mantivessem as máscaras colocadas, conforme orientação da Direção-Geral de Saúde.*

MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e dois membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** *Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, João Filipe Monteiro Marques, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Fernando Manuel Martins Viana, João Diogo Fernandes Ferreira, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de*

Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Rita Costa Pinto de Barros, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Vieira Nogueira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, Maria Guilhermina da Costa Vieira, Manuel Jorge Miranda Pereira, Maria Ester da Silva Taveira, Daniel Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Manuel Ferreira Gomes, José João Pereira Correia, Rui Manuel Rebelo da Silva Pereira, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes de Oliveira, Manuel da Silva Dias, Carmino João Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: João Alberto Granja dos Santos Silva, Maria Ester da Silva Taveira, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso,

*Bento Duarte da Silva, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Carlos André da Silva Alves de Sá, António Joaquim Tavares Fidalgo, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros e João Jorge Ferreira Baptista. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Márcio Alexandre Martins Ribeiro e Manuel Gomes e Oliveira. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** informou que não haveria lugar à intervenção do público e que aquela sessão iria ser transmitida on-line. Se algum dos membros presentes, que viesse a intervir, não pretendesse ser gravado, deveria dar disso conhecimento. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, em que interveio a **Sr^a. Deputada do P.S., CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES**, para proceder à apresentação de um **Voto de Louvor e Reconhecimento** do seguinte teor: “Vivemos desde há três meses um contexto sem precedentes e único na história do país e do mundo. A luta contra um inimigo invisível fez parar Portugal e o mundo. Não podemos esquecer o papel dos nossos autarcas e dos nossos Presidentes de Junta que assumiram a defesa das suas comunidades. Não podemos esquecer os que faleceram vítimas desta pandemia e as suas famílias, mas também aqueles que já sofrem as consequências indiretas da COVID-dezanove. Os que perderam os seus empregos, os que hoje lutam por dignidade, os que saíram de casa diariamente para trabalhar que, mesmo cientes dos riscos, ajudaram a manter a máquina do estado funcional, ou os que ficaram em casa, apenas porque era essa a sua missão. Os bracarenses foram fantásticos e devemos estar gratos a todos eles. Contudo, para o país se confinar e proteger desta pandemia, muitos foram os que não puderam parar de qualquer forma e que estiveram na primeira linha do combate à COVID-dezanove. Os nossos profissionais de saúde,*

médicos, enfermeiros, auxiliares, forças de segurança, proteção civil, bombeiros, que viveram isolados das suas famílias para nos proteger a todos nós e travarem a difícil luta contra o vírus. Mesmo cientes do perigo desta luta, e de que esta poderia custar a própria vida, ninguém ficou para trás nos nossos hospitais. Recordamos, assim, com pesar a morte do primeiro médico português infetado com COVID-dezanove. Para todos os que travaram este combate difícil e sem tréguas, endereçamos uma sentida palavra de reconhecimento e profundo agradecimento. A robustez do nosso SNS e a coragem inexcedível dos nossos profissionais de saúde, sustentam, todos os dias a nossa crença de que: **VAI FICAR TUDO BEM**. A todos, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a vinte e seis de junho de dois mil e vinte, louva o trabalho dos profissionais de saúde e das forças de segurança e dirige uma palavra de profundo agradecimento. Nesse sentido este louvor deverá ser endereçado ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga, ao ACES Cávado um e à Administração do Hospital de Braga”. Posto à votação foi o presente voto de louvor e reconhecimento **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para apresentar um **Voto de Louvor**, que dizia: “O Grupo da Bancada do CDS-PP, ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento da Assembleia Municipal de Braga, apresenta um voto de louvor aos profissionais que combatem a pandemia por Covid-dezanove em Braga. A exposição dos profissionais a "exigências sem precedentes", como o racionamento de equipamentos de proteção individual, a mortalidade elevada, a pressão, o medo de contágio e dilemas éticos, são algumas das razões que tornaram toda esta conjuntura emocionalmente caótica. Sabemos que os profissionais que estão na linha da frente do combate são os mais afetados, evidenciando sinais de ansiedade elevados. Todavia, perante todas estas

adversidades físicas e psíquicas, o Município de Braga teve no terreno os melhores. Estes melhores estiveram nos lares de terceira idade a cuidar, ininterruptamente, dos mais velhos; nos hospitais; na Proteção Civil; nos Bombeiros Sapadores e Voluntários, entre outras instituições que, todos os dias, fazem cidade. Os profissionais que estiveram no terreno diariamente (e continuam a estar), perante uma realidade desconhecida, assumiram aquele que deve ser o principal desiderato: cuidar dos nossos munícipes. Braga foi sempre célere e eficaz na resposta diária aos cidadãos. Se assim foi, deve-se a todos os profissionais municipais e não municipais que travaram frente a frente as várias vicissitudes que surgiam a todas as horas. De ressaltar a importância da proximidade com a comunidade na medida em que só assim foi possível conhecer as situações prementes no imediato e mover esforços para dar resposta. Todas as instituições envolvidas estiveram próximas da população com um sentido de enorme responsabilidade e missão, transmitindo confiança e segurança aos bracarenses. Só assim foi possível solucionar as inúmeras problemáticas com que o Município foi confrontado. Um trabalho em rede que nos orgulha todos os dias. Os últimos tempos obrigaram a um esforço hercúleo para tentar manter a normal gestão diária. Os bracarenses, nas suas maiores e melhores especificidades, fizeram isso muito bem. Só podemos manifestar louvor e gratidão para com todos os profissionais que, com uma força anímica, continuam a cuidar dos nossos. Obrigado pelo trabalho exímio e dedicado que desenvolvem todos os dias em prol da população. Desta forma homenageamos todos quantos dedicam o seu quotidiano ao próximo sem vacilar. Mesmo nos momentos mais exasperantes não abandonam a missão de cuidar, de estar por todos nós. Uma palavra de gratidão aos profissionais de saúde, a todos os profissionais dos lares de idosos e instituições sociais, à Proteção Civil, aos Bombeiros Sapadores e aos Bombeiros

Voluntários de Braga, à Unidade de Saúde Pública de Braga, ao Agrupamento de Centros de Saúde do Cávado um (ACES Braga), à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública, à Polícia Municipal, à Cruz Vermelha, à Cáritas, ao CLIB, às Juntas de Freguesia, ao Executivo Municipal e seus trabalhadores, às instituições públicas e privadas que se uniram em prol do apoio à comunidade”.

*Posto à votação foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. Foi de seguida presente um **Voto de Pesar**, pelo Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO**, revelando o seguinte: “A tragédia que se abateu sobre Portugal e o resto do mundo com esta pandemia, trouxe-nos diariamente números assustadores, de infetados, de expansão da doença e muito tristemente, de pessoas que faleceram vítimas deste Covid-dezanove. Sabemos hoje também que o número de óbitos em Portugal em tempo de pandemia aumentou cerca de cinco vezes mais, para além do que a Covid-dezanove pode explicar, podendo apenas justificar-se pelas dificuldades de acesso a cuidados de saúde. São eles também vítimas da Covid-dezanove. Lembremo-nos de outras pessoas que sofrem, são os familiares de quem morreu, de quem não se despediram e a quem não acompanharam ao túmulo; e são os familiares de todos os infetados na sua ansiedade pelo presente e angústia pelo futuro, na frustração do seu afastamento físico. Em respeito por quem sofre e por quem sofreu, não devemos de abandonar as boas práticas de evitar a contaminação pelo Covid-dezanove. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte, promove um voto de pesar, pelas pessoas que faleceram durante este período de pandemia, solicitando, ainda, que esta Assembleia Municipal faça um minuto de silêncio em sinal de respeito e homenagem”. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade seguido de um minuto de silêncio**. A palavra foi dada ao*

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA, para proceder à apresentação de uma **Recomendação**, realçando que: “A relação dos Presidentes de Junta de Freguesia com os serviços municipais tem sido cada vez mais complexa. Hoje, muitos de nós, para tratar de alguns assuntos somos obrigados a percorrer diversos gabinetes e técnicos municipais. Apesar de ter sido criada uma plataforma de trabalho, importante na comunicação com as Juntas de Freguesia, esse espaço digital, não tem suficiente informação técnica relevante e substancial para que, os Presidentes da Junta, conheçam o real estado e o andamento dos processos. Esta situação obriga muitos de nós a percorrer sucessivos gabinetes em busca de informação ou, noutros casos, procurar a esclarecimento sobre o andamento dos pedidos, muitas vezes parados, por pequenas burocracias de fácil resolução. Não é raro, alguns membros dos Executivos das Juntas, perderem muitas horas ou mesmo vários dias para tratar de um pequeno assunto ou a situação de um processo pendente. O mesmo acontece para obter informação técnica ou conseguirmos um parecer técnico ou um projeto de Arquitetura ou Engenharia. Por outro lado, julgo ser ainda sentimento generalizado, a inexistência de um conhecimento integrado que permita o tratamento e equitativo entre os muitos pedidos efetuados indo de encontro a uma gestão mais harmonizada do contexto de cada freguesia. Ora, a situação atual tem resultado em situações de atraso, quase sempre desnecessários, no andamento de algumas obras e processos. De tudo isto resulta até um sentimento de injustiça de algumas freguesias em detrimento de outras. O Senhor Presidente da Câmara reconheceu, desde sempre, a importância da relação com as freguesias e por essa razão tomou para si essa responsabilidade diretamente. Importa aqui registar publicamente, neste contexto, o trabalho do Senhor Presidente e o trabalho inexcedível do

*adjunto António Barroso, que na relação de proximidade que mantém com os presidentes e na disponibilidade que tem tido sempre na tentativa de resolver e dar seguimento às muitas necessidades das Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia há muito que reclamam um Gabinete Técnico, onde possam resolver os seus problemas e acompanhar o andamento dos seus processos. Um gabinete que tenha ao seu serviço arquitetos, engenheiros, juristas e os técnicos necessários. Alguém que "percorra" os gabinetes por nós e reclame os nossos problemas libertando a energia dos Presidentes de Junta para a aquilo que é mais fundamental. Assim, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte a Assembleia Municipal de Braga reunida ordinariamente recomenda ao Município de Braga: a criação urgente de um Gabinete Técnico de apoio às Freguesias que possibilite a gestão integrada da relação entre as Juntas e os Serviços Municipais; que o município afete a este gabinete os recursos humanos necessários para a gestão das obras, dos projetos, dos pareceres jurídicos e ainda apoio a candidaturas ou outras tarefas administrativas necessárias na relação das Juntas com a Câmara Municipal ou mesmo a entidades externas; que este gabinete faça ainda a gestão da plataforma digital, de comunicação com as Juntas de Freguesia, e nessa mesma plataforma seja integrada toda a informação necessária sobre o estado dos processos, dos pedidos, dos pedidos e do estado das obras previstas no PPI negociado com as Freguesias". A este propósito registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para, inicialmente, expressar a sua alegria, apesar de tudo, depois de todos os momentos difíceis por que passamos, poderem estar ali de volta e estavam ali todos os que costumavam estar e isso era um bom sinal apesar do trágico momento por que passamos durante alguns meses. Oxalá que tudo voltasse ao melhor e que todos pudessemos avançar aquela fase, cumprimentando*

a quem esteve na linha da frente a combater esse difícil flagelo por que ainda estávamos a passar, mas não poderia deixar de dar aquela primeira palavra de regozijo por estarem todos ali, e bem, esperando que todos aqueles que tivessem sido afetados pela pandemia tivessem recuperado ou viessem a recuperar, se estivessem nessa fase. Quanto à matéria que ali o levou, relativamente à proposta feita pelo Partido Socialista, queria dizer que, obviamente, que o respeito pelos Presidente de Junta e pelas suas propostas era total, aliás, julgava que desde que este Executivo tomou posse, desde dois mil e treze, essa foi uma das grandes prioridades, justamente, o respeito por todos os Presidentes de Junta, independentemente da sua cor política, aliás, esse era um ponto de viragem que queriam marcar face ao passado. E percebiam, conversar, discutir, dialogar e debater sobre as dificuldades atuais que os Presidentes de Junta tivessem no acesso a este ou àquele serviço, junto da Câmara Municipal, mas achava que o ponto primeiro, sendo aquela Assembleia Municipal um espaço que obviamente podia e devia debater também essas matérias, achava que o ponto primeiro era debatê-lo juntamente com a Câmara Municipal e falar diretamente com a Câmara Municipal, propondo, eventualmente, soluções de agilização desse contacto se, efetivamente, houvesse algum tipo de falha que estivesse a acontecer na relação com os Presidente de Junta. E não estava a pôr isso em causa, poderia acontecer, não sabia se sob o ponto de vista estrutural ou meramente pontual. Agora, uma coisa era certa, aquilo tratava-se de uma matéria de organização interna dos serviços da Câmara Municipal. Fazia-lhe lembrar aquela discussão que ainda há pouco houve a nível nacional, sobre se o Parlamento poderia ou deveria legislar, ou não, sobre a questão do metro e da expansão do metro em Lisboa, se isso era competência do Governo. Ali não tinha dúvida nenhuma. Ali, era uma matéria da competência da Câmara Municipal e, portanto, era em primeira linha, com a

*Câmara Municipal que se deveria debater e, eventualmente, criar, se fosse caso disso, os expedientes necessários para acelerar ou agilizar esse contacto que, pelos vistos, pelo menos da parte do Sr. Presidente da Junta e julgava que apoiado pelo Partido Socialista, sentia essa necessidade. Agora, queriam, também, sublinhar que o Presidente da Câmara pôs expressamente na linha da frente a ligação com os Presidente de Junta, quando assumiu, ele próprio, esse pelouro. E, portanto, sendo isso, julgava, uma, também, crítica ao Presidente de Câmara, que teria tempo para responder a ela, se assim o entendesse, no período que tinha para falar, julgava ser uma crítica injusta, porque se havia coisa que não podiam dizer hoje e que se calhar poderiam dizer no passado, era que este Presidente da Câmara Municipal não mantinha a porta fechada fosse para quem fosse, nem dificuldade de acesso, fosse para quem fosse. Tanto quanto era do conhecimento do Partido Social Democrata, admitindo eventuais e pontuais necessidades de agilização no processo de ligação à Câmara Municipal e aos seus serviços técnicos, ainda assim, julgavam, era uma matéria técnica e interna de organização dos serviços por parte da Câmara Municipal. Era à Autarquia e ao Executivo que cabia deliberar sobre isso e decidir sobre isso, se entendesse ser verdadeiramente uma necessidade. Não tinham essa experiência, nem tinham essa notícia, por assim dizer, por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia, admitindo que pudessem existir, como disse, pontualmente, dificuldades. Agora, tinham o Presidente da Câmara a assumir esse dossier como prioritário, como seu, pelo que não tinham outra razão, se não essas, para dizer que iriam votar contra aquela recomendação. Voltou a usar da palavra o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para responder ao Sr. Deputado que não deveria ter ouvido o que tinha dito. Não tinha feito nenhuma crítica ao Sr. Presidente da Câmara, pelo*

*contrário, tinha-o elogiado e ao Adjunto António Barroso, que fizeram um trabalho inexcelável. Exatamente o contrário do que referiu. E queria esclarecer que estava ali a intervir não em nome do PS, mas em nome das Juntas de Freguesia. Falou enquanto Presidente de Junta, num assunto que dizia respeito às Juntas de Freguesia. Era num contexto de necessidades de Presidente de Junta, que verificava que muitas vezes havia assuntos que tinham que ser tratados em cinco gabinetes e perdiam uma manhã na Câmara a tratar de um assunto que muitas vezes era fácil de resolver e se calhar se resolveria se existisse um gabinete que o pudesse tratar. Era só uma sugestão, por isso era uma recomendação à Câmara. Aquele assunto já foi apresentado noutras reuniões ao Senhor Presidente da Câmara. Era um assunto recorrente, já exposto pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe. Era uma necessidade que todos estavam a sentir e se calhar, enquanto Deputado, não o sentiria, mas enquanto Presidentes de Junta, que tinham que ir muitas vezes à Câmara, durante a semana, perdiam as manhãs ou as tardes dentro do sistema, perguntando quem estava com o processo A ou o processo B e era muito complexo. Portanto, gostariam de ter alguém que fizesse esse trabalho por eles e que pudessem ter como interlocutores essas pessoas, para poderem resolver alguns desses assuntos. Era isso que se pretendia, nada mais. O que pretendiam era que esse assunto fosse equacionado. Interveio depois o Sr. Deputado da C.D.U., **PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para dizer que se era certo que a organização dos serviços era da responsabilidade do Executivo, também era certo ser da competência da Assembleia fazer recomendações a quem quisesse e a quem bem lhe apetecesse. Era essa, aliás, a essência de todos os Períodos de Antes da Ordem do Dia que lhes ocupava quase uma hora. E parecia-lhe que essa capacidade foi ali questionada e não o devia*

ser. E achava que toda a gente tinha direito a fazer recomendações aos serviços e a fazer recomendações à Câmara Municipal, como a outros órgãos. A palavra foi novamente dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** para sinalizar que não eram contra as recomendações, fossem de que tipo fossem. Aquilo que disse foi que, em primeira linha, era uma matéria que dizia respeito à Câmara Municipal que, por isso, os Presidentes de Junta deveriam fazer ver junto da Câmara Municipal essa dificuldade e, tanto quanto sabiam, não havia feedback por parte quer dos Presidentes de Junta, quer por parte da Câmara Municipal desse tipo de relacionamento, desse tipo de discussão e do que poderia resultar daí. Aquilo que tinham era uma prioridade claramente assumida pelo Senhor Presidente da Câmara ao trazer a si esse pelouro e, portanto, tentava, quanto era possível, agilizar esses procedimentos e foi nesse sentido que disse que era contraditório, porque foi ali dizer que quer o Senhor Presidente da Câmara, quer o Dr. António Barroso, tinham feito um trabalho inexcelável, mas, no entanto, aquilo estava a falhar. Portanto o trabalho inexcelável não estava a resultar. Foi nesse sentido que disse que estava ali uma crítica implícita. Quanto às recomendações, não eram para dizer à Câmara para fazer, mas dizer à Câmara para ponderar. Era nesse contexto que achava que a recomendação não fazia sentido. Registou-se ainda a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA** para dizer ao PSD, duas coisas. A primeira, aquela era uma Recomendação, para que a Câmara abrisse o debate e refletisse sobre aquela solução, porque era hoje voz comum, nos autarcas de todas as cores políticas, que por algum temor reverencial, poderiam, como aconteceu no passado, não votar naquela Assembleia, hoje, dessa forma, mas era voz comum, entre todos os autarcas, que havia dificuldades e que tinham que passear de corredor para corredor, de departamento para

departamento, de divisão para divisão, para obterem informações na Câmara Municipal. Todos, todos. Falou com muitos que não eram do PS e que eram do PSD. E era importante construir soluções. Era disso que ali estava a falar. Era uma recomendação à Câmara para com o Senhor Presidente que assumiu esse pelouro e essa responsabilidade e que estava na linha da frente, como ali foi dito pelo Deputado João Marques, abrisse essa discussão com os Senhores Presidentes de Junta e se encontrasse uma solução para um modelo que, manifestamente, até ao momento não estava a funcionar. Posteriormente interveio o Sr. Deputado do P.S.D., **HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES** para, inicialmente, dizer que era um gosto reverem-se e cria que o sinal de poderem realizar aquela Assembleia Municipal, ainda que com todos aqueles constrangimentos e aquela parafernália, era sinal que estavam a conseguir todos juntos, como comunidade, ultrapassar um dos maiores desafios que tivemos na nossa história democrática. Por isso, não queria deixar de saudar todos, teria oportunidade de ainda se referir a esse tema numa intervenção política que o PSD faria, mas não queria deixar de cumprimentar todas e todos pelo excelente trabalho que desenvolveram em comunidade, fossem aqueles que estiveram sempre no terreno, como os nossos autarcas, que foram na linha da frente os mais próximos das populações, fossem os Presidente de Junta, fosse o Executivo Municipal, mas, também, aqueles que como nós, nos remetemos, pelo menos, a estar em casa, fazendo aquilo que nos foi pedido. Não era muito, mas era difícil. Nós, em Braga, pelo menos, fizemo-lo de forma, diria, exemplar. Mas tinha pedido a palavra, apenas, para dizer ao Sr. Deputado Pedro Sousa duas coisas. A primeira, disse que se calhar algumas pessoas, hoje, alguns Presidentes de Junta, votariam, talvez por temor reverencial, como, se calhar, no passado, também acontecia. Tinha a certeza absoluta, que falava pelos seus, eles permitir-lhe-iam,

mas, sobretudo, falava pelos Presidentes de Junta eleitos pela Coligação Juntos por Braga, não havia nenhum Presidente de Junta ali sentado, que votasse o que quer que fosse, naquela Assembleia Municipal, por temor reverencial a quem quer que fosse. O Sr. Deputado poderia dizer três, quatro, cinco vezes que não era verdade. Havia uma coisa que sabiam, era que naquela bancada ninguém tinha temor reverencial ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. E dizia porquê. Porque como disse o Sr. Deputado João Marques, e muito bem, todos sabiam que no passado os seus Presidentes de Junta não tinham sequer oportunidade de falar com o Presidente da Câmara Municipal. Hoje, o Sr. Deputado do Partido Socialista, que era Presidente de Junta, teve ocasião de dizer, ali, e de gabar a atitude do Sr. Presidente da Câmara, e queria dizer que não estava certo que o Sr. Presidente não tivesse razão, não estava certo que não pudesse fazer sentido haver um gabinete de apoio às freguesias. Mas, também, não estava certo, que havendo um gabinete de apoio às freguesias, toda a agilização dos processos, deixasse de ter uma supervisão direta do Presidente, como tinha, uma supervisão direta do Adjunto que tão bom trabalho tinha, como ali teve ocasião de enaltecer. Não estava certo de nada disso. Por isso foi que o Sr. Deputado João Marques, disse ali, e bem, que se tratava de uma questão de organização interna dos serviços da Câmara Municipal e que era ao Executivo Municipal que cabia decidir e que cabia, cria, decidir da forma que achava que era a melhor, para levar aos objetivos que serviriam melhor as populações e atenderiam melhor, também, os Senhores Presidentes de Junta. Para dizer que se a recomendação dissesse que recomendava à Câmara Municipal que ponderasse, estariam disponíveis para viabilizar a recomendação. Mas não era isso que a recomendação dizia. Se quisessem reverter e se estivessem na disponibilidade de mudarem a recomendação para uma coisa tão simples quanto aquela, ajudando a

encontrar um consenso, dizendo “recomendar à Câmara Municipal que possa ponderar, se entender que é melhor, voltar à criação dum gabinete de apoio às freguesias”, estariam absolutamente disponíveis para votar. Se fosse a Câmara que fizesse um gabinete de apoio às freguesias, não parecia fazer sentido, porque não era esse o espírito que competia à Assembleia Municipal. O

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, SR. JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA, para que não restassem dúvidas, passou a ler a parte deliberativa: “Assim, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte a Assembleia Municipal de Braga reunida ordinariamente recomenda ao Município de Braga.” Fazia a recomendação de que se pudesse criar um gabinete. A Junta de Freguesia de Gualtar estava disponível para alterar o texto de conformidade com o que foi sugerido pelo Sr. Deputado Hugo Soares, ficando a constar que: “pondere a criação urgente de um Gabinete Técnico de apoio às Freguesias ou outro modelo que siga essa ligação...”. Interveio o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, cumprimentou todos os presentes e o público que os acompanhava nas redes sociais, que devia merecer mais respeito do que aquele que estava a ter. A questão básica, no seu entendimento, era a descredibilização da Assembleia Municipal e, muito sinceramente, estava farto, como membro da Assembleia Municipal, ser tratado como uma coisa qualquer. A Assembleia Municipal tinha a missão de controlar a atividade da Autarquia. Era uma das funções da Assembleia Municipal e isso tinha que ser respeitado. E os Senhores Deputados do PSD que intervieram, não respeitaram, de facto, essa função da Assembleia Municipal. Com as afirmações que fizeram ali, eventualmente, sofriam de temor reverencial, que disseram ali que os outros não tinham. Deviam atender, e era isso que o público queria, que atendessem ao mérito da proposta, e não a tudo o resto que ali foi discutido. Se a

*Assembleia entendesse que devia recomendar à Autarquia, qual era o problema? Não devia recomendar, porque a recomendação não servia para nada. Então dissessem isso e não dissessem mais nada. “Não diminuam a Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal é diminuída até na logística, que era uma competência da Autarquia. Vou limpar isto com um papel. Há bocado um Senhor Deputado teve que levar o papel no bolso, ou seja, a Autarquia de Braga não respeita esta Assembleia e nós passamos uma má imagem”. Posta à votação foi a presente recomendação, com a alteração produzida, **aprovada com quarenta e dois votos a favor e vinte e cinco abstenções**. Interveio depois o **PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, SR. FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para apresentar uma **Recomendação** do seguinte teor: “A Rua Costa Gomes, em Real, localiza-se no coração dessa freguesia. Há vários anos que se encontra em mau estado, fruto do desinteresse da Infraestruturas de Portugal que nela não realiza qualquer investimento há muitíssimo tempo. Os moradores têm revelado um enorme civismo, uma vez que têm vivido ao longo dos anos com o coração nas mãos, dada a insegurança existente por causa do mau piso e reduzidos passeios, que os obriga, muitas vezes a ter de utilizar a via de circulação. São vários os moradores com prejuízos nas suas habitações: portas amolgadas, janelas danificadas, pinturas estragadas, além dos "banhos" que muitas vezes levam, quando saem de casa ou circulam no passeio e passa um condutor incauto e sacode a água acumulada no piso para o transeunte. A Junta da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe e a Câmara Municipal de Braga, há cerca de dois anos, encetaram o processo de transferência de dominialidade desta estrada nacional para o foro municipal, que desde já agradecemos profundamente. Com avanços e recuos lá se conseguiu aprovar a minuta do acordo dessa transferência para a*

Câmara Municipal de Braga. Enquanto se tratava da aprovação do acordo, a Câmara Municipal de Braga, a Junta da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe e moradores da rua desenharam o projeto de requalificação que também já está pronto para concurso. Resumindo: Um - o acordo de transferência de dominialidade está aprovado pelas entidades; Dois - o projeto de requalificação está pronto para concurso; Três - a verba para a obra está consignada no empréstimo que a Câmara Municipal de Braga realizou e esta assembleia aprovou para a reparação de várias vias do concelho; Quatro - a verba em falta está também prevista no plano de investimentos da Câmara Municipal de Braga. Então, o que falta para a obra avançar? Simplesmente, a assinatura do acordo pelas entidades. Os moradores têm tido, como disse, muita paciência, mas esta começa a esgotar-se. Todos me perguntam se é necessário levar o dito papel/acordo a algum lado para assinar, nomeadamente a Lisboa, e a obra avançar. Aproveitamos ainda esta recomendação para solicitar à Câmara Municipal de Braga que avance também com as obras previstas e com os projetos já elaborados e aprovados no Município de Braga, relativos à Rua do Gontijo, Rua Cónego Insuelas, Rua de Remelhe e Rua António Alves Rei, em Dume. Considerando o exposto, recomenda-se à Câmara Municipal de Braga que: Um - Pressione a Infraestruturas de Portugal a assinar o acordo e assim transferir de uma vez a rua para o foro municipal; Dois - Avance de imediato com o procedimento concursal e logo de seguida com a execução da obra; Três - Notifique todos os intervenientes externos: AGERE, VODAFONE, MEO, NOS, City Gás, entre outros, para estarem preparados para entrar em obra de imediato; Quatro - Avance, logo que possível, com as obras previstas e com projeto, em Dume”. Posta á discussão, passou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES para dizer que

acompanhavam a preocupação do Sr. Presidente da Junta e julgava que ele sabia, já o tinha referido, que esta Câmara Municipal tudo fez e tudo tinha feito para que se resolvesse aquele problema, que há largos anos assolava os moradores daquela freguesia. De todo o modo, aquele acordo carecia de uma validação do IMT, que tanto quanto sabiam, já estaria assegurada e, portanto, muito brevemente, a Câmara Municipal estaria em condições de avançar para a finalização desse acordo e, finalmente, resolver esse problema, que era um problema da cidade, não era só um problema de Real e, portanto, julgava serem boas notícias e não sabia se retirava algum efeito útil ao que ali foi propor, deixando isso à consideração dos proponentes a manutenção daquela recomendação, sendo certo que estavam todas as condições reunidas, para que se garantisse, justamente, o objetivo da recomendação. Faltava a validação do IMT, que já estava garantida e, portanto, muito brevemente, poderia formalizar-se aquele acordo e passar-se para a resolução do problema. Não eram contra a recomendação. Agora iriam abster-se porque não havia razão de aprovar o que estava já garantido. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com vinte e sete votos a favor e com quarenta e cinco abstenções.** O **PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, SR. FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA** informou que não retiravam aquela recomendação, porque além da obra da rua Costa Gomes, foram lá mencionadas outras obras, que já estavam na Câmara há muito tempo, para avançar. Lamentava era que, às vezes, existisse uma falta de solidariedade de alguns de colegas autarcas. A palavra foi dada, novamente, ao **PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, SR. FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para apresentar uma outra **Recomendação** do seguinte teor: “Há cerca de um ano, foi apresentado nesta

Assembleia um VOTO DE REPÚDIO relativo à discriminação de tratamento dos munícipes bracarenses por parte da AGERE, referente à instalação de contentores de recolha de lixo doméstico com qualidade e funcionalidades muito diferentes, ficando alguns munícipes com um serviço de qualidade muito inferior à de outros. Este tratamento discriminatório acentuou-se com o aparecimento desta pandemia - COVID dezanove -, aqueles que foram "contemplados com os contentores de plástico, sem pedal para abrir a tampa, tiveram de, obrigatoriamente, para não se infetarem, de utilizar luvas ou outros meios para depositar o seu lixo, enquanto os outros mantiveram o mesmo procedimento, visto que, para depositar o lixo, basta carregar no pedal, sem ter necessidade de tocar em nada. Este foi, na altura, um dos argumentos basilares por nós apresentados. Passado cerca de um ano após a introdução deste novo sistema de recolha inteligente de resíduos domésticos, convinha, também, fazer uma avaliação ao mesmo. Gostaríamos, por exemplo, de: Um - Saber a quantidade de lixo não doméstico que agora é depositada nestes contentores, sobretudo nos de plástico. Enquanto nos contentores de nova geração a "boca" é reduzida, impedindo que sejam depositados materiais de obras, mobiliário, material cerâmico de casas de banho e muitos outros, nos contentores de plásticos todo este lixo entra sem problema. Quem anda pela rua, facilmente se apercebe que os contentores de plástico estão repletos de materiais impróprios, conduzindo também à redução da própria reciclagem. Certamente, a quantidade de lixo recolhido pela AGERE aumentou significativamente. Dois - Saber que tipo de lixo é agora depositado nos contentores. Três - Saber se estão a cumprir a periodicidade prometida de lavagem dos contentores. Neste tempo de pandemia, efetivamente, nota-se um maior esforço da AGERE em lavar os contentores. Essa periodicidade é para se manter ou será só nesta fase especial? Outra questão que foi levantada há cerca

de um ano prende-se com a cobrança da taxa de recolha de lixo porta a porta, introduzida aquando da retirada dos contentores das vias públicas há cerca de vinte anos. Sendo que essa recolha terminou, voltamos a questionar por que razão os munícipes continuam a pagá-la. Como há um ano atrás, continuamos a entender que este tratamento é indigno tanto mais que a população paga as mesmas taxas e são tratados de forma desigual. O que aqui se reclama é igualdade de tratamento. Um exemplo, em Real, numa rua há um lado que tem contentores de nova geração, do outro lado tem os contentores de plástico e não conseguia explicar essa diferença. Consideramos que a igualdade é um princípio estruturante do estado de direito democrático. Por isso, recomenda-se à Câmara Municipal de Braga que: "sensibilize" a Agere a colocar em todo o concelho contentores de lixo doméstico de melhor qualidade, como os de nova geração/bilaterais, com mais funcionalidade, mais seguros, com melhor acesso e com melhor sistema de limpeza e de higiene, sobretudo neste momento grave de saúde pública; "sugira" à AGERE que desenvolva, numa primeira fase, um sistema mais higiénico de depósito de lixo nos contentores de plástico, que poderá passar, por exemplo, por dotar os contentores de plástico de um pedal para abrir as tampas, como existe em vários concelhos vizinhos, bem como alterar o modelo de tampa para impedir o depósito de todo o tipo de lixo; solicite à AGERE a divulgação da quantidade e tipo de lixo agora depositado nos contentores, sobretudo nos de plástico". Registou-se, a este propósito, a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES**, para dizer que acusar os colegas de falta de solidariedade, quando esgotaram todo o tempo só com questões das suas freguesias, foi uma grande demonstração de solidariedade dos Presidente de Junta com a sua freguesia que achava bem e saudava. Agora, era evidente que, se cada Presidente de Junta, sem querer desvalorizar a

Assembleia Municipal, Sr. Deputado António Lima, levasse os seus problemas e as suas reivindicações à Câmara Municipal, àquele órgão, era mais conveniente mudarem a grelha e os partidos darem o tempo todo aos Presidentes de Junta, para poderem levar esses problemas. Achava legítimo que o fizessem. Agora, o que tinham era que perceber, que cada um dos seus colegas tinha, também, as suas reivindicações e os seus problemas. Relativamente à matéria em apreço dizer apenas que cria que todos os Bracarenses reconheciam o esforço que tinha sido feito pela Agere e pela Câmara Municipal, para dotar de melhores condições e que o sistema encontrado era, claramente, um sistema muito melhor, mas mesmo muito melhor do que o anterior. Estava e acordo com o Sr. Presidente da União de Freguesias, quem dera que todos os contentores fossem melhores. Quem dera que todos os contentores abrissem com o pé. Quem dera que todos os contentores tivessem bocas diferentes para um lixo e para outro e até lhe perguntava se na freguesia tinha acontecido de muitos não estarem a reciclar o lixo, esperava que o Sr. Presidente pudesse promover uma campanha de sensibilização dos seus fregueses para que não o fizessem, que era uma boa ajuda à Agere. Agora, como era evidente, todos concordavam com isso, só que como o Sr. Presidente sabia, ele não esticava, também não esticava no orçamento da freguesia. Por isso, concordando com os seus desejos, votariam contra a recomendação por saberem não ser possível executar, mas partilhavam o seu desejo. O mesmo Deputado fez, ainda, um ponto e ordem à Mesa, no sentido de que os Deputados do Partido Socialista, não estavam bem no sítio que lhes foi destinado, porque os oradores tinham tendência a lançar partículas de saliva, quando intervinham, tendo sugerido que mudassem de lugar. Posta à votação foi a presente recomendação rejeitada com quarenta e dois votos contra, com vinte e sete votos a favor com quatro abstenções. O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE

GUALTAR, SR. JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA interveio para apresentar mais uma **Recomendação**, referindo o seguinte: “A Assembleia Municipal aprovou em junho de dois mil e dezanove uma recomendação, da Junta de Freguesia de Gualtar, no sentido de criar uma nova sala de Jardim de Infância tendo em conta o número de alunos inscritos em Gualtar e a eventual necessidade de deslocação, contra a vontade dos Encarregados de Educação, dos alunos para freguesias vizinhas. Essa recomendação aprovada nesta Assembleia, deu origem a um conjunto de diligências com o Ministério da Educação, da qual resultou a construção no verão de dois mil e dezanove de uma sala temporária no Jardim de Infância de Gualtar e o compromisso do Município e da DGEstE na execução de uma sala definitiva de Jardim de Infância em Gualtar e ainda obras gerais de readaptação e melhorias das condições das instalações. Estas obras, tendo em conta o compromisso assumido, deveriam estar concluídas em setembro de dois mil e vinte. A atual pandemia não justifica, per si, o facto de ainda não se terem iniciado as obras. Tendo em conta que a Freguesia de Gualtar tem uma sala temporária construída desde o verão de dois mil e dezanove a ocupar uma parte significativa da área comum do Jardim de Infância; tendo em conta que as circunstâncias deste momento são muito diferentes daquelas que deram origem à sua criação e por causa da pandemia este é um forte constrangimento de segurança e uma preocupação dos Encarregados de Educação nomeadamente no regresso das crianças à atividade letiva em dois mil e vinte-dois mil e vinte e um; tendo em conta que existiu por parte do Município de Braga o compromisso assumido com a DGEstE para a execução imediata de obras; tendo em conta que, pela informação que disponho está tudo pronto para a obra poder avançar e os projetos estão já concluídos; tendo em conta que apesar de vários pedidos e vários meses sem crianças no Jardim se desperdiçou já a oportunidade de iniciar

*esta intervenção sem quaisquer constrangimentos; tendo em conta que ainda temos alguns meses até ao início do próximo ano letivo. A Assembleia Municipal de Braga reunida ordinariamente a vinte e seis de junho de dois mil e vinte, recomenda que: um esforço do Município que dê origem à imediata execução desta empreitada de modo a realizar os compromissos assumidos com a Junta de Freguesia, com o Agrupamento, com a DGEstE e com os Encarregados de Educação, permitindo a realização dos trabalhos, fazendo deste momento "uma oportunidade" e evitando-se a realização de obras com o espaço já ocupado pelas crianças, com as complicações óbvias associadas. Ainda que o prazo dos trabalhos ultrapasse a data de início do novo ano letivo, a realização imediata da empreitada poderia, pelo menos, diminuir em alguns meses a concomitância das obras com a atividade letiva". Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com trinta votos a favor e com quarenta e duas abstenções**. Foi depois dada a palavra ao **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para apresentar uma **Recomendação** do seguinte teor: "A pandemia originou uma gravíssima crise social e económica, com efeitos devastadores, sobretudo junto da população mais vulnerável, mas também junto de muitos setores da chamada classe média. No concelho de Braga, o número de desempregados aumentou oitenta e quatro por cento, entre abril de dois mil e dezanove e abril deste ano, segundo o IIEFP, uma taxa que será certamente maior, quando forem divulgados os dados de maio. Mas os valores do desemprego não revelam outras realidades: a perda parcial de rendimento provocada pela aplicação do lay-off, a perda total de rendimento em virtude do trabalho informal, que não estava registado e por isso os trabalhadores não têm acesso a subsídios, sobretudo no setor dos serviços, limpeza, restauração e hotelaria, cuidadores de idosos e crianças, e outros. No concelho de Braga a crise, para além de atingir*

um número significativo de bracarenses, atinge também de forma particularmente severa muitos emigrantes, sobretudo cidadãos brasileiros, que escolheram o concelho para se fixarem. Estes cidadãos são altamente penalizados pelo facto de terem mantido trabalho informal; muitas vezes, pela falta de escrúpulos de alguns empregadores e pela ausência de fiscalização a ACT. Esta crise pandémica revelou, ainda mais, a crise habitacional que já existia em Braga e que se traduz nos valores, demasiado elevados, do arrendamento para habitação, obrigando muitos bracarenses a residir nos concelhos limítrofes. Por outro lado, o executivo municipal tarda na elaboração/implementação do Plano Municipal de Habitação, que, inclusivamente, é obrigatório para a candidatura a programas nacionais como o primeiro Direito. A oferta pública de arrendamento é escassa em Braga e empurra, necessariamente, os seus habitantes para contratos informais, muitas vezes abusivos, mas sobretudo, especulativos e inflacionados e com rendas exorbitantes. O que se passa em Braga, no momento atual, é o aumento crescente do número de famílias que vive em quartos alugados, ou amontoadas em apartamentos. Serão já muitas as que não conseguem pagar a renda de casa ou o crédito à habitação, prevendo-se que a situação se agrave quando terminarem as moratórias. O Município de Braga não pode ser indiferente à crise habitacional que se vive no Concelho e que irá certamente agravar-se ainda mais. Nesse sentido, é necessário que a Bragahabit, empresa municipal de habitação, se adapte aos tempos que vivemos e reforce os apoios à habitação, sobretudo ao arrendamento. O Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga, datado de dois mil e dezasseis, publicado no Diário da República, segunda Série, número noventa e seis, de dezoito de maio de dois mil e dezasseis, está completamente desatualizado e já estava desconforme com a realidade, mesmo antes da "Pandemia", em virtude da duplicação do valor das rendas a que todos

assistimos. Agora, com a crise da habitação a somar-se à crise económica e social, a alteração/adequação daquele Regulamento pelo qual se rege a Bragahabit no Regime de Apoio Direto ao Arrendamento, afigura-se, segundo o BE, uma medida de absoluta emergência. Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Municipal de Braga que RECOMENDE ao executivo da Autarquia as seguintes alterações ao Regulamento número quatrocentos e setenta e nove barra dezasseis de dezoito de maio, Apoio à Habitação do Município de Braga, com particular incidência no seu Capítulo quarto - Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA); No artigo trigésimo nono, Condições de Acesso, no seu número dois, onde se diz que "apenas podem aceder ao RADA os candidatos recenseados no concelho de Braga e aí residentes há mais de quatro anos, passe a constar que "apenas podem aceder ao RADA os candidatos recenseados no concelho de Braga e aí residentes há, pelo menos, dois anos". Esta medida permite a fixação de pessoas que chegaram a Braga à procura de uma vida melhor, nomeadamente emigrantes oriundos do Brasil, que foram surpreendidos pela crise antes de completarem os exigidos quatro anos de residência. No artigo quadragésimo sexto, Duração e Renovação dos Pedidos de Apoio, a suspensão da aplicação do seu número três, onde se refere que "na sua renovação, os subsídios atribuídos serão automaticamente reduzidos, por relação à tabela prevista no artigo quadragésimo quinto, do presente regulamento, em quinze por cento para a primeira renovação, vinte e cinco por cento para a segunda, quarenta por cento para a terceira, sessenta por cento para a quarta e setenta e cinco por cento para a quinta e última". Adivinhando-se uma crise económica e social prolongada, deve manter-se o apoio a todas as pessoas ou famílias que, comprovadamente, não obtiveram alteração significativa no seu rendimento considerando também a variação do custo de vida. No anexo quatro,

Renda-padrão, a alteração dos valores da tabela, considerando um acréscimo para cada uma das tipologias, num mínimo de cinquenta por cento, por forma a aproximar os valores padrão, das rendas praticadas pelo mercado de arrendamento. É do conhecimento comum que, em Braga, não se consegue arrendar um T um por duzentos e vinte e cinco euros, um T dois por duzentos e cinquenta euros, um T três por duzentos e setenta e cinco euros, nem um T quatro por trezentos euros; de facto, este desencontro com a realidade tem feito com que o valor do subsídio atribuído seja quase irrisório, tendo em conta o custo total das rendas. O valor médio dos subsídios rondou, o ano passado, os noventa euros, dados oficiais da própria empresa municipal; assim, num momento tão difícil como o que estamos a viver, é urgente reforçar o apoio ao arrendamento de forma mais intensa”. O Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** interveio para dar duas ou três notas sobre aquela proposta, sem discutir o seu mérito e a sua pertinência. Não era propriamente uma pessoa que desconsiderava, ao contrário do que terá parecido no início, as competências da Assembleia Municipal e aquilo sobre o qual ela se deve ou não pronunciar e aquela era uma matéria de grande dignidade e de grande importância. E como já teve oportunidade de o fazer em escritos públicos, achava que a Assembleia Municipal devia ser dignificada em várias dimensões e a dimensão que o Sr. Deputado ali lhes levou era mais uma delas. O problema surgia, quanto ao “modus operandi” da Assembleia, que eram confrontados com alterações, eventualmente, pertinentes, certas e com qualidade, por parte dos Grupos Municipais, mas que, sobretudo, em matéria legislativa ou paralegislativa, os obrigava a refletir sobre as consequências das propostas que eram feitas, para ver a coerência do regime, para verificar se havia ou não incompatibilidades com os regimes nacionais ou regionais de apoio à habitação e, também, sendo certo e,

queria desde logo sublinhar, que tinha sido feito um esforço tremendo pela própria Autarquia no reforço de verbas ao apoio à habitação e à habitação social, em particular. Portanto, não desconsiderando, de forma alguma, a proposta que lhes fez, fariam uma contraproposta, apesar da urgência da matéria, que essa proposta pudesse descer à Comissão competente, para que a pudessem discutir e, eventualmente, alargar o seu âmbito e olhar, justamente, como o Sr. Deputado disse, em conjunto e em global, para o Regulamento existente e, eventualmente, também, em consonância com a Câmara Municipal e poderem trabalhar num documento com qualidade e que oferecesse as garantias, tanto às respostas dos problemas ali levados, como, eventualmente, a outras que tivessem e a outras que os Grupos Municipais tivessem e se pudessem associar. Portanto, no espírito de colaboração e de valorização da Assembleia Municipal, achava que todos ganhariam se pudessem discutir aquilo, com algum tempo e com alguma consistência e coerência, sem desprimor e sem dizer que a proposta não tinha qualidade, mas apenas por não terem, ali, o tempo suficiente para se debruçarem sobre ela. Era isso que agradecia e era aquela a contraproposta que faziam. Foi decidido que aquela recomendação **baixasse à Comissão de Assuntos Económicos, Empresas Municipais e Turismo**. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para apresentar outra **Recomendação**, que dizia: “O Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, denominado SAPA, criado pelo Decreto-Lei número noventa e três barra dois mil e nove, de dezasseis de abril, substituiu o então sistema supletivo de prescrição e financiamento de ajudas técnicas e tecnologias de apoio. O termo "produtos de apoio" substitui o de "ajudas técnicas", no contexto da nomenclatura utilizada na Norma ISO nove mil novecentos e noventa e nove de dois mil e sete. O Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, denominado

SAPA, contribui para a realização de uma política global, integrada e transversal de resposta às pessoas com deficiência ou com incapacidade temporária, de forma a compensar e atenuar as limitações da sua atividade e restrições de participação decorrentes da deficiência ou incapacidade temporária através de, designadamente: a) Da atribuição de forma gratuita e universal de produtos de apoio; b) Da gestão eficaz da sua atribuição mediante, designadamente, a simplificação de procedimentos exigidos pelas entidades e a implementação de um sistema informático centralizado; c) Do financiamento simplificado dos produtos de apoio. O SAPA abrange as pessoas com deficiência e, ainda, as pessoas que por uma incapacidade temporária necessitam de produtos de apoio. O SAPA é composto por entidades prescritoras, entidades financiadoras e uma entidade gestora. As referidas entidades estão interligadas por um sistema informático centralizado, a Base de Dados de Registo do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (BDR-SAPA) cuja gestão compete ao Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. (IN R, I. P.). As entidades prescritoras são definidas por despacho do membro do Governo que as tutela. As entidades intervenientes no SAPA deverão, obrigatoriamente, preencher uma ficha de prescrição disponível on-line, incluída no sistema informático centralizado. Em Braga temos como prescritores, APCB- Associação Paralisia Cerebral de Braga, CRPG- Centro de Reabilitação Profissional de Braga, sendo que no primeiro caso está dedicada às pessoas com problemas cerebrais, e o segundo a funcionar no Hospital de Braga, que na maior parte dos casos não prescreve. As cadeiras de rodas elétricas são a ajuda técnica, com mais procura, e talvez a mais dispendiosa. Para se resolver o problema da prescrição, é necessário marcar uma consulta no Centro de reabilitação de Vila Nova de Gaia e arranjar transporte para a pessoa que com mobilidade reduzida se dirija à consulta, nenhuma destas instituições paga a

*deslocação. É, em nosso entender, tempo de Braga ter um Centro prescritor para todas as ajudas técnicas, independentemente dos centros prescritores adstritos e sobretudo de qualquer patologia que confira direito à prescrição da ajuda técnica necessária. O Grupo Parlamentar do CDS-PP da Assembleia Municipal de Braga, vem neste sentido solicitar aprovação desta Assembleia para que esta recomendação baixe à Comissão Permanente dos Assuntos Sociais e Saúde da Assembleia Municipal de Braga a fim de ser analisada e discutida e de se encontrar uma solução que sirva todas as pessoas independentemente da patologia e incapacidade que possam ter”. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada no sentido de baixar à Comissão de Assuntos Sociais e Saúde. O Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES E MACEDO** apresentou uma **Recomendação**, que referia: “Um dos sectores de atividade mais afetados pelo COVID dezanove foi o canal HORECA (Hotelaria, restauração e bebidas e cafés)! Este sector representava, em novembro do ano transato, e a nível de emprego nacional, trezentos e trinta e oito mil postos de trabalho o que corresponde a sete por cento dos contribuintes! E se analisarmos apenas a restauração, estamos a falar de praticamente de duzentos e quarenta e dois mil postos de trabalho, cinco por cento dos contribuintes portugueses! O cenário no Município de Braga não será muito diferente a nível percentual! Se no caso da Hotelaria, a prova de fogo virá nestes meses de Verão com expectativas no turismo interno, no caso da restauração, o problema já é bem mais grave já que as épocas dos batizados e das primeiras comunhões, tão importantes para este sector, já estão irremediavelmente comprometidas! Quanto aos casamentos, o futuro não augura nada de bom devido à limitação de pessoas nas festas! Restará salvar a face com as diárias das pessoas trabalhadoras, os jantares de fim de semana em família e a época de Verão com os turistas, que serão*

maioritariamente portugueses! Vê-se um semblante de preocupação quer nos donos dos restaurantes que não pretendem despedir, quer nos funcionários que não querem entrar no futuro incerto do desemprego, mas que compreendem a apreensão dos donos dos restaurantes! A iniciativa do nosso Município com o programa "Porta aberta" foi muito bem delineada já que atenua o grave problema de existir uma redução substancial de lotação dos estabelecimentos comerciais e que foram reduzidos em larga escala! Mas por si só, esta medida, apesar de louvável, não será suficiente e considera, o PPM Braga, que seria interessante lançar uma Campanha Nacional de desmistificação da população que parece temer a ida aos restaurantes mas que não tem problemas em encher as grandes superfícies de Supermercados, de venda de bricolage, artigos eletrónicos ou afins, o que acaba por ser um contra senso já que os procedimentos de higienização dos restaurantes e cafés é bem mais exigente do que se vê a tomar pelas grande superfícies! É nestas alturas que cabe ao Governo tentar remar contra a maré e fazer ver aos seus Cidadãos que é necessário ter a coragem que demonstraram no tempo de confinamento e comprovar que os cafés e restaurantes têm toda a segurança montada para que as pessoas deixem de ter medo de almoçar nos restaurantes, de tomar café nas cafeterias, de comer um bolo nas pastelarias, ou mesmo um gelado nas gelatarias pois só assim ajudamos a País a não entrar numa crise muito dura com repercussões em toda a escala e que poderá transformar-se na grande crise da História de Portugal! Assim, a Assembleia Municipal de Braga reunida em vinte e seis de junho de dois mil e vinte, delibera recomendar ao executivo Municipal que proponha ao Governo uma campanha publicitária de promoção do Canal Horeca e a desmistificação da perigosidade devido às regras impostas e cumpridas por estes!" Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com duas abstenções**. O Sr. Deputado do

*P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA, fez um ponto de ordem à Mesa, no sentido de informar que se estava a gerar algum borburinho, no átrio das instalações, porque aquela Assembleia, e bem, no contexto que estávamos a atravessar, estava a ser partilhada e transmitida para que todos os concidadãos pudessem participar, ainda que passivamente, ou pelo menos acompanhá-la e estava a gerar algum ruído, por a participação no fio de comentários da transmissão estar vedada, estar fechada. E não permitir a participação do parecer do público, que era o parecer que várias CCDR' s e outros organismos deram, era um a coisa, a partir do momento em que se optou pela transmissão, e bem, da Assembleia, não parecia haver algum motivo para que as pessoas não pudessem dar a sua opinião. A palavra foi dada ao Sr. Deputado da C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS, para, inicialmente, informar o Sr. deputado do PSD, João Marques, de que era uma moção e que não recomendava coisa nenhuma, naquele caso exigia mesmo e não aceitavam que se trocasse por ponderar. Depois, procedeu à apresentação de uma **Moção**, cujo teor referia: “Só quem não conhece a realidade nacional é que poderá ficar surpreendido com a situação de grande aflição por que passam muitos milhares de pequenos empresários e as suas famílias. O surto epidémico que atinge o País e o mundo, veio expor -ainda mais e de forma brutal, as muitas fragilidades e problemas que atingem o tecido empresarial português. Nestes meses, uma larga camada desses empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução da procura e de clientes. O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos MPME, mas que são claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio. Ou porque tinham*

situações por resolver ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou na situação de milhares de sócios-gerentes que ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo, ou na exclusão do programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada. Os recursos que o País tem não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas sim para proteger rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, mas também, dos milhares de microempresários e empresários em nome individual cuja atividade será também ela fundamental para recuperar e desenvolver o País. O principal instrumento criado pelo Governo para o apoio às empresas foi o chamado regime de Lay off simplificado. Mas este regime está a servir sobretudo para apoiar as grandes empresas em centenas de milhões de euros. Ou seja, mais de metade das grandes empresas, muitas delas que tiveram centenas de milhões de lucros nos últimos anos foram apoiadas, ao passo que, no caso das microempresas, apenas sete vírgula quatro por cento obteve acesso e também no caso das sociedades empresariais, as microempresas apenas vinte e cinco por cento destas sociedades a acederem a este apoio do Governo. O mesmo aconteceu com os oitocentos e cinquenta milhões de euros que foram para o poço sem fundo do Novo Banco (ex-BES) e que tanta falta faziam ao País. É indispensável e urgente dar resposta à grave situação das microempresas de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria, muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais à comissão, da mediação, ocupados em serviço de proximidade, da construção civil à limpeza, do comércio local aos feirantes, dos explicadores às pequenas oficinas de reparação automóvel, entre tantos e tantos outros, que não conseguimos aqui enumerar. Para a CDU exigem-se respostas, visando o levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME

no acesso aos apoios já decididos, a consagração do apoio financeiro aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes, a atribuição de um Apoio mensal à tesouraria destas empresas, o assegurar de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis, entre outras medidas. Respostas que não podem continuar a esbarrar na lentidão e burocracia de uma máquina que está feita para apoiar os grandes grupos económicos e que se prepara para levar à falência e à pobreza, se nada for feito, milhares de micro, pequenos e médios empresários. Responder agora e sem demoras aos seus problemas, é responder a uma parte significativa do tecido económico e que será fundamental para a retoma económica de que o país irá precisar. Assim, a Assembleia Municipal de Braga exige do Governo que se adaptem medidas no sentido de: levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos (Lay off simplificado, programa ADAPTAR, etc); a consagração do apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes; a atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de quatrocentos e trinta e oito euros e oitenta e um cêntimos; suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta - PEC; concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada; a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis; apoio ao arrendamento não habitacional refletindo na renda paga pelo MPME a quebra da atividade que foi verificada e a criação de uma rede de contacto e apoio do

*Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio”. Posta à votação foi a presente moção **aprovada com trinta e nove abstenções**. O Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, interveio para, numa **Declaração de Voto** informar que não tinha nada contra o facto de a CDU ir, ali, fazer recomendações, apenas e já tinha dito isso em algumas Assembleia Municipais, lhe parecia que aquele tipo de recomendações se enquadrava, sem problema nenhum, isso era conta da CDU, num contexto de intervenção em todas as Assembleias Municipais, não era tanto uma intervenção que adviesse das bases locais e que tivesse uma génese municipal, ou local, que trouxesse algum benefício extra àquilo que já eram as propostas na Assembleia da República dos diversos partidos. E era só nessa lógica que tinham abtido naquelas matérias, porque, efetivamente, aquilo que estava, ali, em causa, era deliberar sobre algo que já tinha sido proposta na Assembleia da República, já tinha sido votada, haveria de ser votada outra vez, provavelmente ou haveria de ser proposto outra vez, se ainda não foi, seguramente, haveria de o ser. E, portanto, não lhes parecia que ali fosse a sede própria para andar a repetir moções nacionais e era só por isso, sendo certo que cabia a cada um dos partidos definir a sua agenda e levar, ali, os elementos que entendessem. Para o PSD o que entendiam era que fazia sentido levar à Assembleia Municipal moções que tivessem algum conteúdo extra da parte local e que acrescentassem algo àquilo que já estava debatido no plano nacional. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado da C.D.U., **MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA** para, numa **Declaração Política** revelar que: “Poucos de nós acreditaríamos se em fevereiro, quando reuniu pela última vez esta Assembleia, nos dissessem que uns dias mais tarde seria decretado em todo o território nacional o Estado de Emergência e que em entraríamos em cenários*

mais próprios de uma fita de ficção científica. A pandemia provocada pela Covid-dezanove atacou e atacou com força a nossa cidade. Durante dias a fio fomos dos concelhos mais afetados com maior número de infetados com especial predominância nos lares da cidade prevalecendo numa população já de si frágil e que podíamos e devíamos ter protegido de forma mais eficaz. O vírus atacou de surpresa, mas para já, o número total de óbitos parece manter-se nas sete dezenas há já algumas semanas, algo que todos desejamos que continue. A estabilização da pandemia na cidade resulta justamente da capacidade de resiliência dos nossos concidadãos que, depois do primeiro embate, soube estoicamente acatar as decisões da DGS, alterando, de um dia para o outro, todo o “modus vivendi” da cidade. Nem todos souberam reconhecer o estoicismo dos bracarenses. Alguma comunicação social, eivada por um centralismo parolo e bacoco, quis fazer passar uma imagem de um Norte do País atingido pela doença, porque com uma população inculta, ignorante e pobre o vírus se disseminaria de forma mais rápida. Se não vivêssemos no mesmo país poderíamos quase apelidar estas afirmações como xenófobas e geradoras de medo no seio da coesão territorial. Muitos foram os relatos de gentes do Norte que trabalhando fora da sua área geográfica eram marginalizados ou impedidos de exercer as suas funções. Mas as gentes de Braga têm demonstrado que mesmo com o desconfinamento necessário tem conseguido para já, manter a pandemia em números estáveis, não por sermos ricos ou pobres, letrados ou iletrados, mas porque soubemos perceber que na sociedade de feição individualista em que vivíamos o vírus prolifera. Se há algo que esta pandemia veio demonstrar é que uma sociedade funciona e protege-se melhor quando age como um coletivo, provando o que os comunistas desde há largas décadas propalam: “uma sociedade é muito mais que a mera soma de vontades individuais.”. A sociedade humana não pode ser o lugar onde impera o

mais forte mas onde não existe distinção entre forte e fraco, rico ou pobre, mas onde existe um coletivo que se apoia e une em torno da vida, do progresso e do bem estar social. Efetivamente a situação que se vive hoje decorrente da epidemia da Covid-dezanove e do aproveitamento que os grandes interesses fazem dela, revela novos e reais perigos de um profundo agravamento das desigualdades sociais e de pobreza. À boleia do surto epidémico emergem os que vêem nele uma oportunidade de justificar o aumento da exploração laboral e dos seus lucros, à custa do agravamento das desigualdades sociais e do empobrecimento de vastas camadas da população: os milhares de trabalhadores que ficaram no desemprego, os cerca de um milhão que tiveram cortes nos salários, os micro e pequenos empresários cuja atividade foi suspensa ou se encontra limitada e que correm o risco de ruína. À boleia do surto epidémico, o grande capital e as forças políticas e sociais dele emanadas ou que com ele convergem retomam a velha teoria das inevitabilidades e à sombra das necessárias medidas sanitárias fomenta-se o imobilismo e a resignação, com a estigmatização de quem luta em defesa dos seus direitos. Já o dissemos e repetimos, o País está hoje a abraços com a intensificação do vírus da exploração, da desigualdade e da pobreza, contra o qual é preciso agir e lutar! Foi neste quadro de diminuição dos direitos dos trabalhadores a reboque da pandemia que também o Município de Braga procedeu a cortes salariais aos seus funcionários. De facto, no âmbito das políticas de combate à propagação da Covid - dezanove, o município decidiu, e bem, adotar medidas de proteção dos seus trabalhadores, reduzindo os riscos de exposição ao vírus através da modalidade de teletrabalho e, nos casos em que tal não era possível, através de um regime de disponibilidade a partir de casa. Ora tal decisão foi tomada unilateralmente pela entidade empregadora pelo que a ausência dos trabalhadores do local de trabalho não decorreu da sua própria

vontade pelo que não se compreende, a aplicação de cortes na remuneração dos trabalhadores municipais. Neste contexto, tudo se passa como esses trabalhadores permanecessem na órbita da autarquia, às ordens desta, pelo que deve ser considerado como significativo de prestação de serviço efetivo, com as características que as referidas circunstâncias impuseram e que são de força maior. Consequentemente, consideramos que devem continuar a ser compensados com a plenitude da sua remuneração, envolvendo a remuneração base e os demais suplementos remuneratórios que estiverem em causa, nomeadamente o subsídio de refeição. À Câmara Municipal de Braga cabia-lhe também agora dar o exemplo, à semelhança do que várias autarquias estão a fazer, e assumir o pagamento integral dos salários. Mas em Braga o pretexto da minimização do risco de propagação da pandemia de Covid-dezanove, serviu também para a decisão da Câmara em realizar a Feira do Livro numa plataforma digital, propriedade do Consórcio Sonae/CTT em moldes de contratação ainda não explicados por este executivo. Como sabemos nos últimos anos a Feira do Livro de Braga realiza-se ao ar livre, na via pública, em ruas com dimensão suficiente para permitir o necessário distanciamento entre expositores, bem como a circulação de público com a garantia de cumprimento do ajustado distanciamento físico. Os agentes participantes na Feira do Livro dispõem anualmente de um módulo expositor próprio, individual, no qual seria possível garantir o cumprimento de todas as regras sanitárias determinadas pelas autoridades de saúde relativas à Covid-dezanove. Mas que não fosse quando está já confirmada a realização das Feiras do Livro do Porto e de Lisboa, eventos de uma dimensão muito superior à Feira do Livro de Braga e com muitos mais milhares de participantes. Não se compreende, pois, a decisão de cancelamento da presença dos livreiros nas ruas de Braga, quando o município dispõe de todos os meios

para garantir a segurança de todos os intervenientes. Principalmente, quando hoje, mais do que nunca, se justificam medidas de apoio a este sector cultural, depois de mais de dois meses com a sua atividade suspensa e de portas fechadas. Esta decisão da Câmara Municipal de Braga é ainda mais incompreensível num contexto em que a própria é promotora de outros eventos na via pública, tais como as feiras e mercados, nas quais são cumpridas todas as regras sanitárias, pelo que seria suficiente para se realizar a Feira do Livro nos mesmos moldes e condições. E por falar em feiras, a pandemia foi também pretexto para empurrar a Feira do Mercado Municipal para a periferia da cidade. Depois de no ano passado a Feira Semanal ter sido impelida para fora do Parque de Exposições quando havia sido prometido aos feirantes que voltariam ao local após as obras de requalificação, voltamos agora a uma fita de um filme já visto. Sabemos hoje que esta deslocalização tem vindo a provocar o definhamento desta Feira, algo facilmente comprovável pela diminuição de feirantes e consumidores no local, traduzida, como veremos mais a frente nesta Assembleia, numa redução da receita de Feiras e Mercados. A perseguição aos feirantes por parte deste executivo é por demais evidente pelo que não conseguimos perceber o que é que Ricardo Rio tem contra estes comerciantes empurrando-os para fora do centro da cidade local onde e desde há séculos as atividades com feira se desenrolam. É impossível pensarmos numa feira de Ponte de Lima do lado de lá da ponte ou da Feira de Barcelos em Barcelinhos por exemplo. Esperamos que desta feita Ricardo Rio cumpra com a palavra dada e que findas as obras a Feira volte a este local. No entanto não auguramos boas notícias no futuro, como sabemos é recorrente neste executivo a mudança de posição relativamente aos mais variados assuntos. Longe vão os tempos em que Ricardo Rio utilizava o movimento associativo para chegar ao poder. De facto, as recentes críticas de Ricardo Rio à

Plataforma Salvar a Confiança no contexto do recurso deste movimento cultural aos Tribunais relativamente às dúvidas que tinham relativamente ao processo de hasta pública da Fabrica Confiança, merecem o forte repudio do PCP. O recurso aos tribunais é um direito inalienável de todos os cidadãos nacionais cabendo unicamente ao poder judicial a justeza ou não de tais posições. Ricardo Rio parece não entender que em Portugal encontra-se consagrado o princípio da separação dos poderes. Mas os tiques de autoritarismo foram ainda mais longe, quando se afirma que estes movimentos “deveriam ser responsabilizados” pelos prejuízos que causam “à esfera pública e às instâncias judiciais”. Pena é que Ricardo Rio não tenha tido o mesmo discurso quando a Câmara Municipal de Braga foi obrigada pelas instâncias judiciais a pagar aos funcionários do município as horas que por sua decisão passaram a trabalhar entre dois mil e treze e dois mil e dezasseis. Achará também Ricardo Rio que deverá ser responsabilizado pelos prejuízos que a sua decisão causou “à esfera pública e às instâncias judiciais?”. Interveio, depois, o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** para, noutra **Declaração Política**, dizer que havia intervenções que, de facto, tinham muito conteúdo, mas que, também, tinham tanto conteúdo como de discutível. Aquilo que viam, ali, na Assembleia, por vezes, era o atamancar de vários temas, para dar razão àquela razão que nenhum deles tinha. Queria dizer, muito claramente, que a Câmara Municipal se portou neste período em que combatemos esta ... “era o que mais faltava... não posso fazer conteúdo na minha declaração política daquilo que eu entendo... pensei que os Senhores não gostavam desse tempo, nos tempos em que determinavam o que os outros diziam ou falavam, pensava que eram contra ele, mas se quisessem lá voltar, comigo não vão”. Só queria dizer que a Câmara Municipal num período que teve que atravessar, muitíssimo difícil, que todos

*estávamos a atravessar, como também os Senhores Presidentes de Junta já ali mais do que sublinharam, comportou-se de forma absolutamente exemplar. Aquilo que fez foi estritamente dentro da lei. Todos os critérios de atribuição ou não e de gestão do pessoal foram perfeitamente de acordo com a lei e tudo aquilo que havia a fazer dentro do institucional, infelizmente, se calhar, devia ter tido uma intervenção nacional, que não teve, para acautelar os efeitos, infelizmente, às vezes, negativos para alguns desses funcionários. Quanto à Feira do Livro, julgava que a Câmara Municipal, mais uma vez, com um princípio de prudência, tinham visto o que estava aí a acontecer e tinham visto as recaídas, para não dizer as segundas vagas do que tinham visto no resto do país. E isso era importante não entrarem e julgava, até, que o próprio Partido Comunista já estava com dúvidas sobre se avançava, ou não, com a Festa do Avante, achava isso legítimo e perfeitamente admissível e era o que mais faltava que aqui em Braga pugnavam por soluções diferentes e ainda mais arriscadas. Quanto à feira semanal, já estava mais do que estabilizada com os feirantes, não havia qualquer tipo de questão que ainda subsistisse. E, finalmente, achava ser importante dizer que não valia tudo em política. Não podiam ir, ali, dizer, sem qualquer tipo de critério acusar a Câmara de tudo e de mais alguma coisa só porque a Câmara naquele tempo e naquela fase ali não tinha possibilidade de resposta. Passou a usar da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., **PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS** para fazer um ponto de ordem à Mesa, relativamente ao condicionamento das declarações políticas, mas existia uma espécie de acordo de cavalheiros que não teriam direito a réplica e a discussão, até estava no Regimento. De qualquer forma, a Senhora Presidente quando falou da sua declaração política, não disse que existia outra declaração política prevista. Portanto, o que aconteceu ali foi uma intervenção para haver uma réplica.*

Gostava de sugerir, para facilitar os trabalhos e para evitar aquele tipo de situações, que no momento em que começassem as declarações políticas, indicasse quais eram, quem estava inscrito e quem as iria fazer, o que evitava aquele tipo de discussão. Interveio ainda o Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES para criar outro ponto de ordem à Mesa, porque cria que aquela discussão era pertinente e ela devia ser feita, sobretudo, em sede de Conferência de Líderes, porque lhe parecia que estavam todos a incorrer num equívoco. Em primeiro lugar, porque os grupos parlamentares eram livres de se inscreverem para proferir a sua declaração política no momento que entendessem. Não havia nada no Regimento que dissesse que a palavra do Deputado que se quisesse inscrever deveria ser feita no início da sessão, quando nem sequer sabia o que os outros partidos poderiam dizer, como era evidente. Os Senhores Deputados saberiam que uma declaração política podia encerrar apenas no seu conteúdo o contraditório do que acabaram de ouvir por uma questão de defesa e posição política e isso era do livre arbítrio dos grupos parlamentares, porque caso contrário o que poderia acontecer com um precedente como aquele que agora se quis abrir, era que os grupos parlamentares se inscrevessem e depois utilizassem, ou não, a palavra, consoante lhes apetecesse ou muito lhes apetecesse, face àquilo que eram os conteúdos das intervenções. Ora, o Regimento era, nesse particular, totalmente omissivo, e bem. Porque uma declaração política, encerrava o conteúdo daquilo que o declarante quisesse dizer, não aquilo que os Senhores Deputados quisessem ouvir ou não, gostassem ou não gostassem, concordassem ou não concordassem. “Portanto, Senhor Presidente, para que fique lavrado em ata, o PSD não aceita a posição que aqui foi trazida e está, evidentemente, aberto a discuti-la, em sede de Conferência de Líderes. Agora, não pode, nem admite é que fique, aqui, uma espécie de

deliberação tácita que o PSD, pelo Deputado João Marques, violou aquilo que é o Regimento, porque não violou e que tão pouco aceita, que fique aqui deliberado, que não pode haver nas declarações políticas contraditório daquilo que foram as declarações políticas anteriores. Porque se há algo que a democracia é, é o contraditório político”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do B.E., ANTONIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para dizer que havia um princípio, que já tinha dezenas de anos, pelo menos que conhecesse, de que de facto, as declarações políticas eram entregues à Mesa e não tinham contraditório, não tinham resposta. O Senhor Deputado também tinha conhecimento disso, porque antes de ir para o Governo, esteve na Assembleia Municipal, só que a passagem lá por baixo fê-lo esquecer muita coisa. Porque, a ser assim, e era evidente que a Comissão de Líderes iria ter que discutir aquele incidente, porque isso violava completamente a democracia. Ou seja, o Bloco de Esquerda tinha cinco minutos, se fizesse uma declaração política e os outros grupos municipais fossem contestar os argumentos, não teriam direito de resposta, como outros grupos municipais pequenos. Se o Senhor Deputado quisesse, na Comissão de Líderes, pôr que o tempo fosse igual para todos os grupos municipais, então isso que os Senhores Deputados falaram agora, poderia acontecer. Sempre foi assim e o Senhor Deputado descobriu, hoje, a pólvora. Deu-lhe jeito, descobriu a pólvora. Ainda por cima, para defender a Câmara Municipal ou o Executivo, quando o Executivo tinha um tempo para se defender. Voltou a intervir o Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES, para fazer um ponto de ordem à Mesa, e poderia acreditar que não haveria ninguém naquela casa, que tivesse mais urgência do que ele para ir para casa. Agora, havia questões que eram de princípio e que uns cediam e outros não cediam. Não cedia e estava a requerer um ponto de ordem à Mesa, por uma razão muito simples, porque o Senhor

*Deputado António Lima, também não foi exato, porque não havia nada que obrigasse um Deputado a entregar a declaração política à Mesa. Estava carregado de fazer declarações políticas naquela Assembleia Municipal, sem as escrever. Não escrevia uma declaração política do que ali fazia. Agora tinha que entregar a declaração política para poder fazê-la? Onde estava isso escrito? Disse ainda que, recorrentemente, vários Deputados Municipais do Partido Socialista, do PSD e dos outros partidos, faziam declarações políticas que não estavam escritas, porque não era obrigatório e fazia sempre aquelas que entendesse, dentro do Regimento e do tempo que lhes era concedido. E o tempo tinha a ver com os votos que cada partido tinha nas eleições. Era assim em democracia. A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA** esclareceu que isso não queria dizer que os membros da Assembleia Municipal entregassem os documentos na Mesa. Tinham ou deviam avisar que isso iria acontecer. Mas era um facto mesmo que não entregassem, costumavam dizer e não era pelo facto de não ter ali entregue, que depois não tinham intervenção, qualquer que fosse o grupo municipal. Isso tinha acontecido noutras. Se fossem ouvir as gravações ouviam exatamente isso. Naturalmente, levaria aquela questão à próxima Conferência de Líderes. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO DEZOITO BARRA DOIS MIL E VINTE, DE VINTE E OITO DE FEVEREIRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo Mandato, número dezoito barra dois mil e vinte, referente à sessão ordinária de vinte e oito de fevereiro. Posta à votação foi a referida ata aprovada por unanimidade. **PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIO DE***

GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E DEZANOVE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e do disposto no Decreto-Lei número cinquenta e quatro - A barra noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, proposta do Executivo Municipal, referente ao Relatório de Gestão e Contas de dois mil e dezanove, da Câmara Municipal de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, passou a usar da palavra a Sr.^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA, para salientar que: “As contas do ano de dois mil e dezanove que o Executivo Municipal apresenta hoje, a esta Assembleia Municipal tem uma taxa de execução próxima de noventa por cento, revelando que o Orçamento quase foi praticamente cumprido. Analisando os números, verifica-se que a receita bruta foi de cento e treze vírgula três milhões de euros, (aumentou quarenta e um vírgula cinco por cento), a taxa de execução da receita oitenta e sete vírgula sete por cento (mais catorze por cento que em dois mil e dezoito). A despesa bruta foi de cento e treze vírgula dois milhões de euros e a taxa de execução de oitenta e sete vírgula seis por cento. A dívida a terceiros no curto prazo é seis vírgula seis milhões de euros e a dívida médio e longo prazo oitocentos e quatro milhões de euros. Em resumo, o município teve custos de noventa e quatro milhões e teve cento e três milhões de proveitos. Ora isto dá um resultado líquido de oito vírgula cinco milhões de euros, o que representa mais quarenta por cento que em dois mil e dezoito e uma poupança corrente de quinze vírgula dois milhões de euros. No entanto, o investimento foi de catorze vírgula cento e oitenta e sete milhões de euros, o que representa menos quatro vírgula dois milhões de euros que em dois*

mil e dezoito. As únicas obras estruturais são a reabilitação do Fórum Braga e do Mercado Municipal. Há vários anos que não se anuncia mais nenhuma obra estrutural. É inadmissível as contas terem um saldo positivo tão generoso e não haver investimento naquilo que faz falta. Não será contraproducente a Câmara apresentar lucros e fazer peditórios públicos? Estes oito vírgula cinco milhões de euros, não podiam ser utilizados para benefícios no concelho, nomeadamente, habitação pública, que tanta falta faz? Sobre as dívidas a terceiros no curto prazo, apesar da diminuição em quase seis milhões de euros (de vinte e oito vírgula cento e noventa e seis milhões de euros, em dois mil e dezoito, para vinte e um vírgula seiscentos e quinze milhões de euros, em dois mil e dezanove) a dívida a fornecedores aumentou. Comparativamente com anos anteriores, a dívida a terceiros a curto prazo (fornecedores, promotores culturais, entre outros), tem vindo a aumentar praticamente todos os anos: dois mil e quinze - seis vírgula nove milhões de euros; dois mil e dezasseis – oito vírgula seis milhões de euros; dois mil e dezassete – treze vírgula sete milhões de euros; dois mil e dezoito – vinte e oito vírgula dois milhões de euros; dois mil e dezanove – vinte e um vírgula seis milhões de euros). Assim se demonstra que a Câmara não paga aos fornecedores. Note-se, porém, que a aquisição de serviços aumentou vinte por cento e representou quatro vírgula quatro milhões de euros. Festas e festinhas, tendas e barracas cada vez maiores e em todas as praças do centro, na que já é conhecida como a Barraca Augusta. Pobre cidade e de quem nela habita. Já parou por algum tempo para pensar que estes fornecedores pagam salários a trabalhadores e trabalhadoras com famílias? Mas haverá mais motivos, mais externalização de serviços? Fica a dúvida. Dívida a terceiros aumentou para vinte e um milhões e há dívida ainda não assumida. Aqui lembramos, desde já, Senhor Presidente, que tem de pagar cinquenta por cento aos agentes culturais

que contratou para dois mil e vinte e que Braga ainda não consta da lista dos municípios que já o começou a fazer. Lembramos que se destina ao pagamento de salários dos trabalhadores do setor da cultura, um dos mais afetados pela pandemia causada pelo Covid dezanove. Se já vem com uma dívida de curto prazo de vinte e dois milhões de euros a fornecedores, uma das mais elevadas do Minho, temos o pior. Relativamente às grandes opções do plano, dos trinta e nove milhões euros destinados às funções sociais, apenas um milhão e noventa e cinco mil euros foram gastos no melhoramento do parque escolar. Já agora uma nota importante: a opção política de encerrar escolas, desastrosa do ponto de vista civilizacional, revela-se ainda mais grave quando estamos perante esta situação pandémica e temos de fazer regressar as crianças e os jovens às escolas em turmas que terão de ser mais pequenas. Não foi por falta de aviso do Bloco de Esquerda do quão errado é encerrar estas estruturas. Nas funções sociais, na verba de trinta e nove milhões de euros, a grande fatia foi para a TUB, com seis vírgula seis milhões de euros, necessários, mas insuficientes. Para o apoio ao arrendamento destinaram-se apenas quinhentos e oito mil euros. Ora, como demos conta na recomendação que apresentamos, Braga tem um problema grave de habitação, para o que o Bloco de Esquerda tem vindo a alertar, mas que o município recusa encarar de frente. A prova é que anda a fazer o Plano Municipal para a Habitação há anos, penalizando os habitantes, pois, inclusivamente, a sua não existência impede a adesão programas como o Primeiro Direito. Os restantes cinco vírgula sete milhões de euros foi para a reabilitação urbana, na qual se inclui ainda o Fórum e o Mercado, ou seja, mais do mesmo. Muito pouco ou quase nada em habitação. Os investimentos que fazem realmente a diferença na qualidade de vida no concelho são insignificantes. Habitação, apoios sociais, plano urbanístico, plano de mobilidade que se veja, transportes coletivos,

requalificação urbana significativa. Ora, não havendo investimento nestas áreas, a dívida reduz, é certo, mas há conta da perda de qualidade de vida dos bracarenses. E está abaixo dos limites ao endividamento. A dívida do Município foi reduzida em sete vírgula dois milhões de euros (de cinquenta e três milhões de euros em dois mil e dezoito para quarenta e cinco vírgula oito milhões de euros em dois mil e dezanove) ou redução de dois vírgula três milhões de euros (de quarenta e oito vírgula um milhões de euros em dois mil e dezasseis para quarenta e cinco vírgula oito em dois mil e dezanove). Mas o grande destaque destas contas é, sem dúvida, o saldo positivo na cobrança dos impostos municipais, que representa mais quarenta e um vírgula cinco por cento da receita obtida através do IMI, que teve uma coleta de vinte e quatro vírgula trinta e três milhões (não isentou de IMI as famílias com um filho, como propôs o BE), do IMT, ou seja, dos negócios no setor imobiliário e sobre o lucro das empresas, representando um total de cinco vírgula sete milhões e euros. No entanto, não paga a fornecedores, alegadamente por constrangimentos de tesouraria. Como quarto concelho exportador do país, arrecadou seis vírgula quatro milhões na derrama municipal e com o IUC arrecadou cento e treze vírgula três milhões (mais cinco vírgula nove por cento). Sabemos que o Presidente da Câmara justifica tal com o bom ano na economia, o que torna pouco aceitável o alegado problema de tesouraria, que, assim, não pode ser ilibado com as obras a mais ou com a "PPP dos sintéticos" ou com as transações onerosas. O Bloco de Esquerda bem avisa que não há boas e más PPP. São todas mais tarde ou mais tarde más e prejudiciais para os cidadãos. Não pagar a quem se deve diminuir paulatinamente o investimento e cobrar mais e mais impostos não parece ao Bloco de Esquerda, como ao revisor de contas, que sejam contas lá muito certas para bem dos munícipes bracarense". Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado

da C.D., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA, para dizer que:

“Apresenta-nos o executivo camarário o Relatório de Atividades e Relatório de Gestão e Contas de dois mil e dezanove do Município. Não fosse este um documento elaborado pelo próprio município poderíamos pensar que estávamos perante um autoelogio às capacidades de realização e gestão do seu presidente endeusando tudo o que de bom acontece no Município e culpando sempre o outro ou o passado pelas suas faltas ou incapacidades. Mas já lá iremos! Debrucemo-nos um pouco no Relatório de Atividades. À boa maneira populista, logo no introito, exalta o empenho de todos os bracarenses e do próprio executivo nas virtudes da aposta económica no concelho, no aumento de exportações, no aumento do número dos postos de trabalho e na capacidade para atrair talento para as empresas de Braga. Ora, se por um lado Ricardo Rio parece esquecer-se que beneficiou de uma conjuntura económica extremamente favorável, com índices baixíssimos de desemprego em todo o país e aumento generalizado das exportações em todos os concelhos; por outro lado também se esquece que os resultados das empresas mais prósperas no concelho são justamente à custa dos postos de trabalho e das condições de emprego que oferecem: baixos salários, altos níveis de precariedade e recurso a recrutamento via empresas de trabalho temporário, irregularidades no pagamento de férias e subsídios de turno e de refeição, etc. Tão verdade que, como se viu agora, durante a pandemia, empresas como a sagrada BOSCH recorreu ao lay off e esteve o primeiro mês a pagar menos do que o valor estipulado por este programa de apoio do Governo, para além de ter descurado a segurança dos seus trabalhadores no início do estado de emergência. Segue então de vento em popa este Relatório enfatizando a Requalificação do PEB agora rebatizado de Fórum Braga, perdão, Altice Fórum Braga, requalificação esta que mais não é que uma operação cosmética a uma

estrutura já antiga dotando-a de um novo brandig procurando com isso capitalizar um qualquer ganho. No fundo, e alias como vem sendo habitual neste executivo crê-se que renomeando alguma coisa (e se for com um anglicanismo melhor ainda) passa-se da pior coisa que existia, para a melhor coisa e mais tecnológica e mais avançada de mundo e quiçá da Europa, para parafrasear um antigo jogador de futebol. E é claro que neste novíssimo local não poderia coexistir a Feira Semanal. Imagine-se uns pregões e uns calões em bom português juntos a algo tão "new" e tão "high-tech"!!! Assim a Feira Semanal, expulsa dali, onde tinha espaço e onde poderia ter sido também impulsionada dadas as novas características do local; vai definhando e desaparecendo por se terem criado enormes constrangimentos àqueles empresários, pelo que a feira tem vindo a diminuir de tamanho e oferta, algo que justamente se pode comprovar no Relatório e Contas com as diminuições das Receitas justamente das atividades de Feira. Alias e avaliar pelas posições de Ricardo Rio nos últimos meses cremos justamente que feiras e feirantes causam um certo desconforto a Ricardo Rio que parece cada vez mais empenhado em esconder esta atividade do centro da cidade. Continuando na senda do autoelogio e já agora nas operações de cosmética, segue-se a Pousada da Juventude o enorme investimento feito pelo município e que devia ter ficado a cargo do Estado central. Usufruto, para já, é apenas de dois mil e vinte, quando justamente serviu para alojar profissionais de saúde durante a fase mais complicada do surto epidémico em que vivemos. Não percebemos, portanto, como pode o executivo medir o sucesso da sua requalificação neste relatório. No campo Social pouco ou nada mudou. O município parece mais interessado em promover palestras, hubs, bootcamps e apoio ao empreendedorismo social (mais uma vez, na linha dos financiamentos europeus) incluindo, pasme-se, as visitas à Malafaia como programas de apoio

social. No entanto, e como dissemos em dois mil e dezoito na análise ao Orçamento de dois mil e dezanove, falta o fundamental: Onde estão mais apoios para resolver as questões da habitação social juntamente com a Bragahabit? Que iniciativas desenvolveram junto das comunidades dos bairros que estão (com atraso!!!) a requalificar fisicamente? Que programas de inclusão são desenvolvidos para a comunidade para além dos concursos para mediadores (beneficiando claro do projeto POISE). Que soluções para o realojamento das famílias do bairro do Picoto? O projeto (Re)escrever o nosso bairro aparece novamente, com a edição de um livro ilustrado sobre os bairros sociais das Enguardas, Santa Tecla e Picoto e o projeto Quem tem medo? com uma exposição de fotografia em "parceria" com a Alberto Sampaio e o Mosteiro de Tibães. Mais uma vez: quem promoveu o quê? Até quando o município vai depender de projetos de outras entidades para garantir a sua atividade junto destes bairros? As entidades deveriam ser parceiras, mas quem é responsável por estratégias de apoio e inclusão tem que ser o município. E se esta dependência de projetos de outras entidades de que o Município depende no Plano Social o facto é ainda mais gritante no Plano Educativo com dezenas e dezenas de programas desenvolvidos em parcerias parecendo que o município se governa ao sabor do vento e não dentro de um Plano ou de uma Linha Orientadora. Curioso ainda o facto de o Relatório referir como importante o facto de no ano letivo dois mil e dezoito/dois mil e dezanove não ter encerrado nenhuma escola. No entanto, o pelouro da educação foi responsável por quase fechar a escola de Pedralva no ano letivo anterior. Que medidas tomou o Pelouro nesta freguesia para que a situação não se repita? Passando agora ao Desenvolvimento urbano e espaço público parece-nos importante uma análise mais aprofundada relativa às Intervenções de transformação de zonas residenciais projeto cuja concretização

levantou inúmeros problemas aos residentes dessa zona, cujas opiniões e sugestões foram sempre descartadas tendo em conta que o projeto tem que bater certo com as exigências do financiamento europeu. Mais uma vez, andando o município a reboque dos fundos comunitários, sujeita-se à sua agenda e às suas regras e as zonas de trinta, no caso da Makro, é bom exemplo disso. O que podia ser um projeto interessante e importante para a cidade, tornou-se numa chapa cinco sem olhar às reais necessidades do território e, por isso, sem cuidar das alternativas de mobilidade e estacionamento, por exemplo, antes de avançar com as obras. O ano de dois mil e dezanove foi também paradigmático relativamente à postura deste executivo relativamente ao Investimento em Obras Públicas. Com um investimento mínimo a rondar os sete milhões de euros dos quais metade destinados à Requalificação do Eixo Desportivo da Rodovia e aos Arranjos do Espaço Público do Mercado Municipal deixaram apenas algumas migalhas espalhadas por umas dezenas de pequenas empreitadas que, mais uma vez, são operações de cosmética, muitas delas sim necessárias, mas que se consubstanciam em necessidades prementes (mal era se não repavimentassem estradas, por exemplo) e não em investimento fundamental em resolução de problemas dos cidadãos. Por outro lado, as obras municipais lançadas avançam sempre com muitas restrições, muitos atrasos, muitos trabalhos a mais e muitos trabalhos complementares com justificação muitas vezes pouco clara. Mas como análise já vai longa debruçemo-nos agora nas contas do município. Com um discurso muito pouco inovador do autoelogio pelos méritos e da culpabilização de terceiros pelas dificuldades a verdade é que mesmo com resultados anuais positivos o passivo camarário continua acima dos cento e vinte e cinco milhões de euros. As dívidas do município a media e longo prazo estão praticamente na mesma baixaram cerca de setecentos mil euros mas mantem-se nos vinte e sete

milhões de euros. Estes setecentos mil resultam do pagamento a credores excluindo instituições de crédito cujo valor até aumentou pois como sabemos este novamente o expediente deste ano levou à contração de empréstimos deste tipo junto a banca. Já as dívidas de curto prazo eram em dois mil e dezoito de vinte e oito milhões de euros e em dois mil e dezanove são de vinte e um milhões. Se é facto que diminuiu quando comparado com dois mil e dezoito o que é facto é que as dívidas a curto prazo são pagamentos normalmente a trinta ou a sessenta dias o que quer dizer que são dívidas deste ano e não transitadas de anos anteriores. Deste modo continua a ser verdade que em termos de gestão autárquica com um índice de dívida de curto prazo muito alto. Como sabemos estas dívidas são por norma a empresas tipo MPME's muitas delas com dificuldades de tesouraria e que tem que se financiar para aguentar prazos de pagamento como estes o que diminui ainda mais as suas margens colocando-as, muitas vezes, em graves dificuldades de pagamento das suas obrigações. As receitas municipais aumentam em cerca de treze milhões de euros à boleia essencialmente da receita dos impostos directos sobre os bracarenses pelo que e como temos vindo a dizer que se podia ter baixado o IMI às famílias bracarenses. Quanto as despesas mantem-se o cansativo discurso das dívidas do Estádio Municipal e da SGEB que são as desculpas da falta de capacidade de investimento desde dois mil e treze quando assumiram funções. Sete anos do mesmo discurso já cansa Sr. Presidente e não pode ser desculpa para tudo até por o PSD, pelo menos relativamente ao Estádio, aprovou o projeto e os contínuos empréstimos realizados, quando se encontrava na oposição, ao contrário de muitas vezes, incluindo a da CDU, que desde o início não concordaram com um projeto financeiramente tão pesado para as contas municipais. Este ano, porém, assistimos a uma inovação no Relatório, a culpa não é só do Estádio e da SGEB agora até os três milhões de euros que iam

fazer com a venda da Confiança eram fundamentais para os pagamentos e investimentos. Ora analisando as dívidas do Município a terceiros não dariam sequer para pagar quinze por cento da dívida de curto prazo a terceiros, nem sequer para abater um por cento ao passivo do município, provando-se que não era a venda da Confiança que ia resolver os problemas financeiros e de tesouraria do município que infelizmente se mantem e que, muito provavelmente se estenderão enquanto este executivo municipal se mantiver em funções. Votaremos contra este Relatório!”. Registou-se, depois, a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, a propósito, dizer que o Partido Socialista votaria, naturalmente, contra o Relatório de Gestão e Contas apresentado pela Câmara Municipal. Não o fazia por perrice. Fazia-o por imperioso, sentido de responsabilidade, por profundas discordâncias naquilo que eram as prioridades e os eixos estratégicos da governação municipal e por entenderem que aquilo que hoje lhes foi apresentado, não representava um saldo, que se pudesse dizer positivo, para a cidade e para o concelho. Aquele Relatório de Gestão e Contas apresentava alguns dados que eram preocupantes e que deviam ser objeto de análise e de reflexão por todos os Bracarenses. Havia um aumento colossal das dívidas de curto prazo na Câmara Municipal de Braga. As dívidas de curto prazo, em dois mil e treze, quando Ricardo Rio ganhou, venceu as eleições, atingiam o valor de seis milhões de euros e atingiam, hoje, o valor record de vinte e um milhões de euros. Poderiam dizer que as dívidas de curto prazo mais que triplicaram no espaço de sete anos. Apesar de não ser da mesma grandeza, as dívidas de longo prazo, também elas viram um aumento bastante significativo. Relativamente, também, àquilo que eram os investimentos e as obras municipais, havia uma baixa taxa de execução, na ordem dos cinquenta e quatro por cento que, naturalmente, era um número que, relativamente, à ambição

daquela que era a terceira cidade do país e se afirmou nos últimos anos como terceira cidade do país, tinha que ter como matriz e como meta ano após ano. Havia, hoje, uma dívida a fornecedores de cerca de oito milhões de euros. Havia, hoje, Presidentes de Junta de todos os quadrantes, que não conseguiam adjudicar obras, porque as empresas não queriam prestar serviços para a Câmara Municipal, porque se viam e desejavam para conseguir receber aquilo que era o dinheiro dessas empreitadas e havia, também, a circular de um lado para o outro, já faturadas, mas ainda não reconhecidas, nem alocadas a nenhuma rubrica específica, era um número que era impossível de quantificar, até porque o parecer do ROC dizia bem do porquê desse número ser impossível de quantificar, e aí iria mais dali a pouco, mas havia cerca de onze milhões de euros de outras dívidas a circular de departamento em departamento, de divisão municipal em divisão municipal. Aquela era, também, uma Câmara Municipal, que vivia, hoje, mais do que nunca, ancorada nos impostos dos nossos concidadãos. Nos impostos de todos nós. Não havia memória de carga fiscal representar cinquenta por cento, pelo menos, daquilo que eram as receitas do Município. E, portanto, esse era, também, o número do peso que os impostos principais e do peso que aquela Câmara Municipal colocava sobre cada um de nós, sobre cada uma das famílias, sobre cada um dos Bracarenses e que, hoje, representava aquele número astronómico de cinquenta por cento das receitas do Município que provinham, como disse, de impostos municipais. Mas havia mais coisas naquela lógica de decrescer nos serviços, mas não decrescer nas taxas. Todos sabiam e há pouco o Deputado Hugo Soares foi, ali, defender as mudanças que foram feitas ao nível da recolha do lixo, não era tão taxativo, achava que teve um lado positivo, continuava a ter, naturalmente, fragilidades, continuava a ter vários problemas, que urgia resolver, mas como tudo, era um caminho inacabado e estavam certos

que o objetivo seria o de melhorar ao longo do tempo, era essa a sua esperança, e também, a sua expectativa, mas havia muitas situações, em que aquela Câmara ia recuando nos serviços, ia recuando nos direitos, mas não recuava da mesma forma nos impostos e nas taxas, que cobrava aos cidadãos. Recuou na recolha diária. Foram muitos os que em várias freguesias que deixaram de ter recolha diária e porta a porta, mas nem por isso houve uma diminuição das taxas de recolha da Agere sobre essa matéria. Queria, também, ali, referir depois algumas das razões que sustentavam, politicamente, a razão de rejeitar aquele Relatório de Contas e de Gestão. Havia um conjunto de áreas, de uma forma muito particular, que no balanço e na análise que o Partido Socialista fez, sobre a governação do Município, que entendiam que representavam as áreas mais cinzentas, as áreas mais tristonhas, as áreas que de alguma forma mais marcaram aqueles sete anos da governação de Ricardo Rio e seus pares e da maioria que nos governava, que passava a referir. Havia, hoje, no plano da Câmara Municipal, um esvaziamento e uma disfuncionalidade enorme em termos dos serviços aos cidadãos. Em termos de serviços aos cidadãos, em termos de serviços aos Presidentes de Junta, como, já hoje, ali, foi falado e objeto de uma recomendação construtiva, pedagógica, bondosa, de caminharem no sentido de que as coisas melhorassem, evoluíssem no caminho certo, no caminho de que todos tivessem em conjunto melhores respostas para a construção do concelho que nos unia, mas havia, hoje, do ponto de vista dos serviços, e achava que havia um que era sintomático, as queixas eram muitas, o setor do urbanismo, por exemplo, e o tempo que demorava qualquer processo, qualquer contexto de licenciamento, com prazos, se comparados com Câmaras vizinhas, com Câmaras da mesma dimensão ou dimensão similar e que tinham um problema, que era um problema de resposta, que exasperava muitos cidadãos, muitos promotores, muitos empresários e que tinha outro problema, exasperava,

também, os técnicos municipais, que quando comparavam os seus recursos numa área estruturante e numa cidade ainda em expansão, como era o nosso concelho, quando comparavam os recursos que tinham, quer humanos, quer técnicos, ainda que de forma velada, talvez por temor reverencial, iam dizendo que não tinham as condições necessárias e as condições que lhes permitissem cumprir como gostariam, dar respostas de outra forma, com outra celeridade, com outra disponibilidade, com outra estrutura, com outra organização que, certamente, quem trabalhava de forma zelosa e de forma briosa na execução do seu ofício, gostaria, certamente, de poder oferecer. Mas, havia mais. A educação era outro problema. Há muitos anos, o Partido Socialista, abraçou um desafio que identificou. O desafio era o de não haver jardins de infância, apenas, para as crianças que podiam, no contexto do ensino particular, ou do ensino cooperativo, normalmente, e era um pouco verdade, famílias com outra disponibilidade financeira, de extrato social mais elevado, e abraçou esse desafio porque entenderam e entendiam, que a educação pública era o maior motor da transformação social de qualquer comunidade, de qualquer sociedade, e que essa transformação só era possível de se fazer se todos pudessem, em condições da maior igualdade possível, aceder à educação de forma não desigual. Hoje, havia um problema que subsistia. A educação tinha que continuar a ser, devia continuar a ser, era imperioso que assim fosse, o grande motor de transformação social, o grande suporte do mecanismo de elevador social, que era importante existir em qualquer democracia liberal com os valores que todos nós democratas nos revíamos, não encontrou, ainda, na Câmara Municipal respostas. Eram, hoje, muitas as famílias, centenas, aquelas que se exasperavam no contexto de não encontrarem resposta ao nível da inscrição dos seus filhos, nomeadamente, no serviço das creches. Essa era uma questão que era urgente atacar. O início de

vida era já de si um período extremamente difícil na vida de qualquer jovem família. Os contextos e as dificuldades que se colocavam à emancipação jovem eram de inúmeras ordens e a educação dos filhos e essa primeira etapa era, naturalmente, uma preocupação primordial e era muito importante que a Câmara de Braga atacasse esse problema e, como no passado, coletivamente, foram capazes de responder à necessidade urgente de terem soluções ao nível do pré-escolar e dos jardins de infância, hoje, tivessem, também, coletivamente, a noção de que era importante terem uma resposta ao nível das creches, porque havia, hoje, um défice muito grande, que acrescia dificuldades à vida de muitas famílias. Sobre a mobilidade urbana, deixar, também, duas ou três notas. Em dezanove de setembro de dois mil e dezasseis, o Senhor Presidente da Câmara, num número que já não era novo, aquela Câmara comunicava muito e comunicava bem, apesar do preço que isso custava ao erário público, levantar uma discussão se se justificava e se não poderia haver aí uma percentagem substancial, não começando a comunicar pior, mas comunicando de forma mais eficiente e mais eficaz e, também, com alguma parcimónia na gestão desses recursos alocados a outras áreas que muitas vezes ficavam mais descobertas, porque como há pouco ali se disse, não chegava para tudo, mas num grande suplemento com quinze páginas a cores, foi anunciado o novo plano para a mobilidade urbana de Braga. Um plano estrutural, um plano estratégico, de cima a baixo, com muitas linhas com as quais o Partido Socialista, sem nenhum problema, assumia rever-se. O único problema foi que de dezanove de setembro de dois mil e dezasseis para dois mil e dezanove, passaram três anos, e desse plano resultou, apenas, que o Senhor Presidente da Câmara, três anos depois, tivesse ido apresentar as linhas um pouco mais concretas daquele plano e isso, numa cidade que carecia, de facto, duma intervenção muito grande nessa área, era, manifestamente, pouco. Aliás,

muito recentemente, a Braga Ciclável, uma associação que todos conheciam e que tinha uma ampla participação cívica no uso da bicicleta, na defesa do uso da bicicleta, dos modos de mobilidade suaves na cidade, com estudos, com contributos, com reflexões, disse que aquilo que se passou nos sete de Braga anos sobre aquela matéria, era algo que tinha que deixar os Bracarenses absolutamente desapontados, porque fez-se muito pouco, fez-se quase nada, estando quase tudo por fazer. Aliás, e ainda com o chapéu da Covid dezanove, viram recentemente cancelar a rede ciclável que, afinal, seria, supostamente, suspensa. O plano, originalmente, foi planeado no PAMUS de Braga e que iria cair por terra, para não prejudicar, supostamente, foi esse o argumento apresentado, a fluidez do trânsito na rodovia. Os oitenta quilómetros de ciclovias caíram por terra numa altura que muitos Bracarenses começaram por optar pela bicicleta, para se deslocarem. Foi, aliás, ainda muito recentemente, que um senhor foi brutalmente atropelado na rodovia, em São Victor, colhido por um automóvel que não o viu, mas, felizmente, e este felizmente era irónico, apesar da violência do embate, apenas se lamentou umas pequenas escoriações, e o assunto não teve, mais uma vez, a importância que aquele tipo de acontecimentos recorrentes deveria a todos suscitar. Era importante, também, ainda no plano da mobilidade, falar de passadeiras. Todos sabiam do investimento que a Câmara fez na melhoria das passadeiras. Certamente teriam reparado nos refletores que embelezavam as passadeiras. Infelizmente, alguns, incompreensivelmente, tinham vindo a desaparecer. Ainda assim, o problema das passadeiras, quanto à iluminação e à ausência de iluminadores físicos de velocidade, não eram ainda alvo de intervenção. No passado dia dezassete, novamente, um transeunte foi brutalmente colhido por um autocarro na passadeira sul, na esquina da avenida trinta e um de janeiro e a avenida João vinte e um. A falta dessa passadeira era

gritante e a todos ali presentes, que deviam ter genuíno e responsável sentido público e de responsabilidade pública, era algo que deixava o alerta, que devia ser com urgência, intervencionado pela Câmara Municipal. Assim como no cruzamento do quartel; assim como na rua do Taxa; assim como em muitas passadeiras do nosso casco urbano. E esse, infelizmente, não era um problema que adveio com a questão da Covid dezanove. As zonas trinta tinham servido para demonstrar que os passeios amarelos eram a nova moda na cidade, não interessando, como deveria, e como tantas vezes Ricardo rio defendeu, no passado, que lhe permitiu chegar a Presidente da Câmara, um novo diálogo, uma maior abertura na relação com os cidadãos, uma capacidade para se discutirem os projetos estruturantes e para se encontrar terreno comum. Os contentores da Agere, continuavam, muitas vezes, e apesar de alertas que o PS já fez, em sede de reunião de Câmara, a tapar passadeiras. Os testes de semaforização da avenida Júlio Fragata, supostamente, arrancariam, também, em dois mil e dezasseis. E, certamente, para não prejudicar o trânsito automóvel, continuavam sem saber o desfecho de tão ambicioso projeto. Contudo, continuavam a esquecer que sempre que havia um peão ou ciclista atropelados nas nossas ruas, a consequência era, muitas vezes, uma vida que se perdia e uma família que se destruía. Mas não só uma vida que se perdia e uma família que se destruía, como, também, cavar cada vez mais fundo o buraco de conseguirem fazer o caminho, para uma mobilidade mais sustentável, porque esse tipo de episódios, sobretudo para quem optava pelos modos suaves, quer peões, quer ciclistas, essa falta de segurança e esse repetir de episódios, tantas e tantas vezes, naturalmente que criava uma sensação de insegurança que fazia com que esse caminho, que todos queriam afirmar, fosse difícil de atingir. Era muito importante mudarem aquele paradigma. A questão da mobilidade era uma questão central. E passados três anos de um ambicioso e

proclamatório plano, com quinze páginas a cores, num grande suplemento no jornal “Correio do Minho”, continuava quase tudo por fazer. As Sete Fontes, sete anos se passaram, desde que as Sete Fontes deveriam vir a dar origem a um grande parque eco monumental. Continuavam a ter dificuldades. Continuavam a ver problemas. Continuavam, pelo menos era aquilo que lhes era dito, da parte de pessoas que maiores e mais pequenos que ali tinham terrenos, que tinham encontrado da parte da Câmara, sempre, uma postura de grande imposição, de incapacidade de diálogo, de incapacidade de, mais uma vez, procurar e dialogar de forma a encontrar as melhores soluções que, naturalmente, não poderiam ser aquilo que a Câmara lhes queria oferecer, mas, também, obviamente, não poderia ser aquilo que os privados reclamariam. Teria que ser algo mais próximo que permitisse às duas partes sentirem que ficavam igualmente representadas naquele contexto. Isso apenas por uma questão. As cidades não se faziam contra ninguém. Não se faziam contra os ciclistas. Não se faziam contra os Presidentes de Junta. Não se faziam contra os proprietários de terrenos. As cidades faziam-se com todos, numa lógica colaborativa e numa lógica de capacidade de diálogo positivo, envolvente, capaz de facto de gerar uma dinâmica de desenvolvimento que a todos os trouxesse mais unidos, naquilo que era uma visão de futuro, para o concelho. A Fábrica Confiança era mais um episódio, daquilo que era uma visão errada do desenvolvimento para o concelho. Nem iria falar da capacidade que o Senhor Presidente da Câmara e outros elementos do seu Executivo e outros, também, que já não integravam o Executivo, tiveram relativamente àquela matéria. A história era sobejamente conhecida. Como foi adquirido edifício como para ali foi desenvolvido um plano estratégico que envolveu dezenas de cidadãos e dezenas de projetos e como aquela casa poderia e tinha tudo para ser uma grande marca de diferença e de construção e de casa da cultura e de casa da criatividade e de casa

de livre criação, que numa cidade que em dois mil e vinte e sete, queria ser capital europeia da cultura, abdicar daquele edifício, com aquele cariz, com todo o trabalho que já foi feito, com as dezenas de contributos que as associações de cidadãos, de tantas pessoas, que sugeriram tantos e tão bons usos, para aquela casa, que ficaram novamente adiados, sendo aquela uma decisão, do ponto de vista estratégico e de posicionamento de novas políticas públicas e da cultura como centralidade de um projeto de desenvolvimento, para a cidade e para o concelho, saía, mais uma vez, prejudicado naquela matéria. Depois, queria falar sobre o investimento e o desenvolvimento. Ouviram todos, dezenas de vezes, centenas, talvez, o discurso mais do que gasto dos esqueletos no armário. Esse discurso dizia muito daquilo que tinha sido a incapacidade para impor uma agenda de desenvolvimento de progresso para o concelho. As três grandes marcas daquele Executivo, em sete anos, tinham um denominador comum, requalificação do Parque da Rodovia, requalificação do Mercado Municipal e requalificação do Fórum Braga. Requalificar, em bom português, era o ato de reabilitar algo que já existia. E, portanto, as três grandes marcas daquele Executivo, foram essas. Era verdade que o PS governou sempre a Câmara no limite do endividamento? Sim, era verdade e não tinham nenhuma vergonha disso. O PS governou a Câmara no limite de endividamento numa lógica muito clara, máximo endividamento, máximo investimento. E foi nessa lógica de máximo endividamento, máximo investimento, que se guindou o concelho a terceira cidade do país. Mas, tudo isso foi feito com projetos de desenvolvimento, muitos, dezenas, centenas, o Teatro Circo entre muitos outros, com uma lógica que era inegável, foi que a Câmara de Braga, com o PS, com os defeitos que também tinha, naturalmente, como todos e como quem governou ininterruptamente, a Câmara por trinta e sete anos, naturalmente tinha que cometer erros e tinha que tomar

*decisões menos boas e menos acertadas e tomou-as várias vezes e conviviam com isso sem nenhum tipo de fantasmas, porque não tinham dúvidas nenhuma do deve e do haver e do balanço da sua governação. Mas queria dizer eu a lógica de máximo endividamento, máximo investimento, nunca os impediu de cumprir, integralmente, o serviço da dívida. Portanto, o PS, ao longo de trinta e sete anos, mesmo tendo assumido uma política de trabalhar com os limites do endividamento a roçarem o máximo, cumpriu sempre, escrupulosamente, quer os juros da dívida e o serviço da dívida, como conseguiu, sempre, ter um projeto de progresso e de desenvolvimento para o concelho. Queria fechar, dizendo que não era bom e não ia, por uma questão de decência e de cuidado institucional que achava que todos deveriam guardar naquele órgão, falar de transparência, mas não era bom que o parecer do Revisor Oficial e Contas tivesse reservas. Não os dignificava a todos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, que o parecer do ROC dissesse taxativamente que não conseguia apurar com rigor as receitas e despesas da Câmara Municipal. Não era bom. Mas, por outro lado, era bom que o Senhor Presidente da Câmara, era muito bom isso, tivesse sido escolhido para membro do Champion Club para o crescimento inclusivo. E, portanto, estava quase tudo bem, mas como não compravam esse tudo bem e a ladainha do tudo extraordinário, que iam vendendo, o Partido Socialista iria, naturalmente, votar contra aquele ponto. Seguidamente interveio o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que hoje já viram, ali, muita coisa, mas não estava à espera de ressuscitar fantasmas políticos. Já falaram dos esqueletos, já falaram de vários problemas com que a Autarquia se enfrentava, mas o esqueleto político José Sócrates, não estava à espera que ali voltasse. Portanto máximo endividamento, máximo desenvolvimento, máxima, diriam, irresponsabilidade. Mas, sobre isso, já falariam. “Nesta que é a penúltima vez*

que nos encontramos no atual mandato para apreciar as contas da autarquia, há muito de positivo que podemos apontar num conjunto de números que traduzem o acerto das políticas prosseguidas pelo atual executivo. É notável o crescimento praticamente transversal das taxas de execução quer da receita, quer da despesa. Isso só pode significar um empenho ainda maior na concretização dos projetos e no alcançar das metas avançadas no orçamento para dois mil e dezanove. Verificar que tais taxas de execução ascendem a quase noventa por cento do projetado, não pode deixar de merecer uma nota de pública satisfação por parte do Grupo Parlamentar do PSD. Ao longo de dois mil e dezanove, a Câmara Municipal arrecadou um montante referencial em matéria de receita. E isso não é resultado de aumento ou criação de novas taxas, mas antes traduz a dinâmica económica pujante que o concelho experienciou até há bem pouco tempo. E tudo isso apesar do discurso negativista da oposição em Braga. A explicação para o sucesso que espelham estes números está na combinação simétrica entre o esforço deste executivo para a atração e manutenção de investimentos estratégicos e o apetite dos agentes económicos pelo nosso concelho. É verdade que Portugal, como um todo, atravessou, até ao início deste ano, um contexto particularmente favorável, mas a história de sucesso de Braga, como temos repetidamente apontado, começou muito antes desse período de bonança. Saber atrair os investidores é um processo que começa na criação de condições infraestruturais, burocráticas e financeiras atrativas, mas nelas não se esgota. Nenhuma empresa apostará num concelho onde os seus trabalhadores estejam infelizes. Nenhum investidor quererá arriscar capital em zonas desinteressantes e despidas de riquezas culturais e de povos acolhedores. O principal mérito desta equipa que lidera a autarquia foi saber potenciar essas vertentes, sem colocar em causa o equilíbrio financeiro. Se o trajeto da receita é positivo e conta a história de um

compromisso plurianual com a valorização da marca Braga, o esforço narrado pelos números da despesa coloca a nu as fragilidades do discurso da oposição. Onde está a falta de arrojo do município quando as principais apostas estratégicas se concretizam? O que sobra criticar quando se encerram capítulos marcantes como o da Pousada da Juventude ou do Fórum Braga? Como é possível, ainda hoje, perante aquilo que aqui observamos, dizer que estamos perante uma mera obra de cosmética? Julgo que isto roça a insanidade política, com o devido respeito. O que mais se pode exigir a uma Câmara Municipal quando esta requalifica habitação em bairros sociais como há muitos anos não se via? Não está tudo feito, é certo, mas que diferença para o muito pouco que foi feito nos anos anteriores. Que discurso resta a uma oposição que tanto criticava as festas e festinhas quando se lançam e executam obras sérias e estruturais como a do Mercado Municipal? Na questão da educação é preciso dizer que as obras de requalificação foram, muitas, várias e acertadas. Temos que olhar, também, para a questão dos recursos humanos, cento e cinquenta funcionários em dois anos. Estamos acima do rácio recomendado. É certo que ainda há problemas a resolver, mas muito foi feito desde então. A gestão da oferta, é preciso não esquecer, a questão da oferta dos estabelecimentos escolares, é também feita em relação com as instâncias centrais e nacionais e nós não podemos descurar essa dimensão e culpar a Câmara Municipal por tudo o que eventualmente ainda fará falta. É preciso ser sério também na oposição e reconhecer, quando havia que reconhecer as falhas do governo central ainda que nós estejamos do lado daqueles que defendem esse mesmo governo central. É preciso dizer que há três anos não havia as necessidades de crianças que existiam hoje. Houve, de facto, um grande aumento demográfico em cidades, sobretudo, como Braga, que atraíram muita gente o que criou, obviamente, dificuldades para dar resposta

imediate a essas necessidades. E depois a necessária articulação com as IPSS's, com o setor social, que também, apesar de tudo, recolhia muitas dessas crianças para as suas instituições. De todo modo, este é também um capítulo onde a Câmara Municipal não tem que pedir lições a ninguém. São estes alguns exemplos marcantes de projetos que ficaram como o legado da Coligação Juntos por Braga e que seguramente ajudaram muito a atrair e fixar o investimento de que falava. Tudo isto apesar dos constrangimentos conhecidos e que se torna extenuante repetir. Sim, já sabemos, o orçamento tem uma estrutura rígida, com setenta e um por cento do total das despesas alocadas ao pagamento de despesas correntes. Sim, é também verdade que os constrangimentos resultantes de opções erradas e financeiramente irresponsáveis do PS, máximo endividamento, máximo desenvolvimento, nos amarram os braços da ação política de forma aparentemente interminável. Já ninguém ignorará a dificuldade de gerir um orçamento em que todos os anos se parece ter de jogar à roleta russa, para saber que sentença nos tocará em sorte agora e quantos milhões a mais é que o estádio nos custou. Sim, tudo isso é verdade, mas o que queremos salientar é que apesar de todas essas circunstâncias profundamente debilitantes da liberdade de ação política deste executivo, foi possível atingir excelentes resultados. Mesmo os pontos repetidamente tocados pela oposição quanto aos alertas sobre o endividamento e os atrasos nos pagamentos a terceiros vêm sendo factualmente desmentidos pelos números. A dívida reduziu-se significativamente face a dois mil e dezoito. São menos sete milhões de euros e uma diminuição na ordem dos treze vírgula seis por cento. Quanto aos compromissos com terceiros, a recente informação prestada pelos serviços de contabilidade também já denota a tendência de diminuição das dívidas a fornecedores que é importante manter e, se possível, incrementar. Tristezas não pagam dívidas, e Braga é claramente o

exemplo máximo desse ditado popular. Se alguns andam entretidos a apoiar providências cautelares inconsequentes que apenas desviam potenciais receitas dos cofres municipais e impedem soluções de qualidade para o património, não pode o município baixar os braços. Se os tribunais recorrentemente remetem à autarquia novas faturas de velhos pecados, só há que reagir, pagar e avançar. Afinal, para nós, as dívidas não são só para gerir, são para pagar. Máximo endividamento, máximo investimento, máxima irresponsabilidade. É isso que tem sido feito e é isso que seguramente continuará a ser feito. De resto, se atentarmos na forma segura e consistente com que a dívida tem baixado e os empréstimos têm sido amortizados, poderemos, ainda no quadro da presidência de Ricardo Rio, assistir a um contexto bem mais desafogado na gestão do orçamento municipal. E aqui têm especial peso os compromissos com o Estádio, mas também a ruinosa e, até agora, indismontável parceria da SGEB. Eu pergunto mesmo ao Partido Socialista e diretamente, quantas dívidas potencialmente sancionáveis pagou o PS, enquanto estava no Executivo, relativamente ao Estádio? Zero. Pagamo-las todas nós. Sim, o Estádio é da vossa construção, mas somos nós que o vamos pagar. Todo o universo municipal está em situação estável e responsável. Toda esta narrativa mereceria aqui o ponto final e o sublinhado do voto favorável do PSD às saudáveis e positivas contas do município. Mereceria e merecerá esse voto, não me entendam mal. Mas estando aqui reunidos, no momento por que passamos, com o contexto de incerteza que vivemos e com as mais que prováveis dificuldades que atravessaremos no futuro próximo, não poderíamos deixar passar este momento para expressar a nossa solidariedade com o executivo. Os próximos meses e talvez, até, os próximos anos poderão representar um novo e desapontante solavanco na recuperação nacional e local. Braga já sofreu e continuará a sofrer com os obstáculos novos que a pandemia coloca. Os rostos

dessa dificuldade são os dos desempregados, jovens e menos jovens, a quem as contas da autarquia só interessam na justa medida em que se traduzam no concreto e real quotidiano das suas vidas. Sabemos que esta equipa fez tudo o que estava ao seu alcance para dar o apoio necessário a quem mais precisava e precisa de uma ajuda suplementar. Todavia, expressar aqui o apoio ao executivo é também disponibilizar o grupo parlamentar do PSD para as soluções que tenham de ser encontradas para dar resposta a este momento único na história. É previsível que o ano de dois mil e vinte marque um retrocesso na evolução positiva dos números da gestão do concelho, mas preferimos focar-nos no muito que pode ainda ser feito para debelar os efeitos de uma crise que não desejamos que repita a quase bancarrota de dois mil e onze. A nota que termina a nossa intervenção é, portanto, de esperança e confiança. Esperança em que o melhor dos cenários da recuperação possa acontecer e que consigamos escapar aos efeitos mais brutais de uma nova recessão. Confiança nesta equipa, mas também no contributo positivo de todos os partidos desta assembleia, bem como dos agentes económicos, sociais, culturais, desportivos, enfim, de toda a sociedade civil bracarense, para ultrapassar um momento que não desejamos repetir”. A este propósito, interveio ainda o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para destacar que: “Muito mais que um documento contabilístico, constitui mais uma vez, um documento de compromisso assumido para com todos os Bracarenses por parte deste executivo desde dois mil e treze. Destaco inevitavelmente, o investimento nas Funções Sociais com uma execução de trinta e nove milhões de euros, encontrando-se aqui concentrada a maior parte dos investimentos do município, já que representam sessenta e nove vírgula oito por cento das Grandes Opções do Plano (GOP), com especial destaque para a Educação (seis vírgula nove milhões de euros), Ação Social (sete

vírgula nove), *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* (dezoito vírgula quatro) e *Funções Económicas* (seis vírgula nove). Ao nível das freguesias, em dois mil e dezanove, para além da concretização de intervenções assumidas pelo município através de meios próprios, foram ainda concretizados contratos interadministrativos e apoios financeiros para investimento que, globalmente, totalizou dois vírgula três milhões de euros. A este valor, somou-se o ajustamento preconizado nos contratos de execução estabelecidos com as várias freguesias que, financeiramente, significou um acréscimo de um milhão de euros, passando este instrumento de ação municipal a compreender três vírgula três milhões de euros. O ano de dois mil e dezanove ficou também marcado por inúmeros sucessos que o transformaram num dos melhores de sempre em diversas áreas de intervenção. Como exemplos, um volume de exportações "elevado e inédito", colocando Braga como o quarto concelho mais exportador de Portugal, e o "título" de "Segundo Melhor Destino Europeu". A classificação do Santuário do Bom Jesus como Património Mundial da Humanidade da UNESCO, o arranque do projeto de musealização da Ínsula das Carvalheiras e a aprovação do projeto de valorização do Convento de São Francisco, são passos importantes dados na preparação da candidatura a Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete. Por continuarmos a acreditar que estamos no caminho certo o Grupo Parlamentar da Bancada do CDS-PP da Assembleia de Braga, vai votar favoravelmente o Relatório de Gestão de Contas de dois mil e dezanove apresentado hoje nesta Assembleia". A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para começar por dizer ao Deputado João Marques que era verdade o que ele disse. Esta cidade hoje era a terceira do País, era o quarto concelho mais exportador, graças às infraestruturas e a tudo aquilo que foi um processo de atratividade, naturalmente

construído ao longo dos tempos. Esta cidade não nasceu em dois mil e treze. Muitos dos problemas estavam resolvidos, nomeadamente o abastecimento de água, a eletrificação a construção de vias, escolas, jardins de infância etc. etc. E, portanto, naturalmente, não podiam mudar o percurso, nem podiam mudar a história e por muito que lhe custasse, Deputado João Marques, a verdade era essa. Havia um percurso que foi feito e que não podia ser desmentido. A história ensinava-nos que havia muita gente que gostava de apagar a história e começar a escrevê-la a partir de algum tempo. Esperava que, infelizmente, o Partido Social Democrata não se inscrevesse nesse grupo de reescrever uma história que efetivamente não aconteceu, porque hoje o potencial de Braga devia-se ao trabalho, que desde mil novecentos e setenta e seis, foi feito e no qual as Juntas de Freguesia tiveram um papel primordial e importante, e um papel primordial e importante, porque desde setenta e seis que, felizmente, o Município de Braga reconheceu a capacidade que estes homens tinham, e o interveniente, que estava naquilo desde mil novecentos e oitenta e dois, nunca votou contra um projeto dum Junta de Freguesia, sempre foi solidário e aqui no final da década de oitenta defendeu uma Junta do Partido Social Democrata sem nenhum problema e, portanto, estava à vontade também para ir ali dizer aquela que é a história nomeadamente do Município de Braga, naquilo que foi o papel das freguesias, ao longo destes quarenta e quatro anos. E, portanto, dizer o seguinte, também nas contas era verdade, também estavam certas, mas o Deputado João Marques só lhes levou ali as contas da receita e da despesa, esqueceu-se daquilo que foi a taxa de execução no investimento, naquilo que importava para o desenvolvimento da cidade, para que ela se tornasse atrativa. E, infelizmente, todos que passaram pela cidade como lhe aconteceu no dia de São João, que foi dar um passeio na única ecovia, que ainda hoje existia e construída em bom tempo durante a gestão

socialista e que era fruída por milhares de bracarenses, e bem, e que continuavam, mas que perguntavam aonde que estavam os outros setenta quilómetros, e, portanto, também tinham que perceber. Como já ali foi dito pelo Deputado Pedro Sousa, se caminhassem ao longo da via pedonal, daquela ecovia, ao atravessar a trinta e um de janeiro, eram confrontados com uma passagem que dava uma insegurança, isso dava-lhes um mote, para aquilo que foi discutido há uma ano e meio ali, aquando da apresentação do plano de atividades para dois mil e dezanove, onde que se ia fazer tudo o que era possível e imaginário, com passadeiras inteligentes, para maior segurança dos peões .E o que viram até hoje, praticamente pouquinho, como, aliás, o Hugo Soares gostava de dizer, muito pouquinho. E isso eram, efetivamente, pequenas coisas que eram importantes para a vida das pessoas. E a verdade era que o que viam, em termos de conservação, por exemplo, e que ali não foi referido, mas que todos conheciam, bastava passar no túnel que ligava a variante sul à avenida da Liberdade, para perceberem o estado em que estavam as vias municipais. Quem andava na rua percebia que não foi feito nem um metro em vias, que permitissem desbloquear aquilo que era o grande princípio da atratividade duma cidade, que era a forma como as pessoas se podiam deslocar, quer a pé, quer de automóvel, porque isso era um fator enorme de atratividade e tinha vindo a ser descurado e aquele Relatório não lhes mostrava nada disso. “Isso a mim não me contenta, pelo contrário, desgosta-me. Eu quero que esta cidade seja cada vez melhor, seja cada vez maior e seja cada vez mais, como dizíamos no passado, viver bem e era bom viver em Braga. Eu espero que continue a ser bom viver em Braga. Passando a uma situação que me parece importante e que não foi bem aqui escalpelizada, que tem a ver com o setor da educação. A educação é prioritária naquilo que é o desenvolvimento duma cidade, dum concelho e das freguesias. E, infelizmente, nós

temos visionado um desenvolvimento deste setor, que a todos nos deve entristecer. Já nem vou falar daquilo que foi a polémica com as assistentes operacionais, que hoje eram admitidas, amanhã despedidas. Não vou falar sequer na falta, até porque o vírus veio ajudar a resolver o problema da falta das assistentes operacionais nas escolas. Não vou falar nisso. Vou cingir-me a uma questão que hoje foi aqui apresentada e que nota bem como é que isto é resolvido pelo setor da educação do Município de Braga, que tem a ver com o facto de há um ano, há mais de um ano atrás ou acerca de um ano, ter aqui resolvido um problema que tinha a ver com a possibilidade de deslocar cerca de vinte crianças para uma freguesia vizinha de Gualtar. Na altura, com muita boa vontade do Presidente da Junta e da Câmara Municipal de Braga, naturalmente esse problema acabou por se resolver e daí saiu um compromisso, o compromisso de ser construída a quarta sala, para evitar que as crianças se desloquem. E o que é que aconteceu até aqui, nada foi feito. E ao contrário do que veio aqui dizer o João Paulo, eu até duvido que haja projetos feitos e duvido que haja vontade de fazer esses projetos, porque há uma coisa que eu sei isto é indesmentível, há um projeto que foi aprovado e que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal conhece, que é um cais de embarque e desembarque na escola do segundo e terceiro ciclo, aprovada há mais de quatro anos e que chegou a estar escondido num gabinete dum político, aqui de Braga. E, portanto, nós também temos que perceber e esse projeto ainda não está a avançar e nós sabemos que, infelizmente, não existe, e há bocado quando se falou aqui no amor ou no temor relativamente ao Presidente da Câmara, há muitas coisas que ele até desconhece, naturalmente, ele não pode estar em todas, ele tem as suas atribuições, e eu não estou a defender, por isso é que ele descentalizou, e bem, os seus Vereadores que são responsáveis por aquilo que devem fazer. Mas, a verdade, é que nós assistimos no setor da educação e,

nomeadamente, da relação que tem com a freguesia de Gualtar, uma relação muito complicada e que vem desde novembro de dois mil e treze, quando foi negada a requalificação duma escola, que é das maiores deste concelho e que depois se negou automaticamente e que, infelizmente, a intervenção que lá houve foi uma desgraça absoluta. E, portanto, o que nós assistimos é, efetivamente, a uma política na educação, que é muito complicada e não quero com isto dizer muito mais, mas dizer que a transição para aquilo que devia ser uma sociedade digital, que devia ser feito através da escola e não está a ser feita e devia ser feita. Nós devemos agarrar os momentos de desgraça e de infortúnio, para que eles possam ser uma mais valia e daí podermos catapultar e esta pandemia veio mostrar que, efetivamente, o setor da educação não esteve à altura. E, também, não esteve à altura no programa de combate a um insucesso escolar e de inclusão social. O que é que foi feito nisto? O que é que os Senhores Presidentes de Junta se aperceberam nas vossas escolas do que foi feito para combater o insucesso e para poder incluir as crianças na escola? Praticamente nada, porque também nada praticamente foi feito e esse esforço devia ser feito relativamente à digitalização do ensino e nada foi feito. E, portanto, eu não me quero alongar muito nisto, mas a verdade é que o setor da educação, que é prioritário, primordial, tem sido efetivamente um setor esquecido e é preciso que nós tomemos consciência disto, e que, sem ideologias ou o que quer que seja, possamos retornar, e poder fazer com que a educação assuma o seu papel. Vou terminar, falando daquilo que são as freguesias. Um tema que me é extremamente caro e é caro porque foi uma aposta desde mil setenta e seis, com grande enfoque a partir de mil novecentos e oitenta e cinco e isso permitiu que o desenvolvimento do concelho fosse igual ao desenvolvimento da área urbana e da área rural e foi um trabalho desenvolvido por centenas de autarcas, que durante quarenta e quatro

anos souberam colocar acima de tudo o amor pela sua terra. E é, por isso, que hoje, e ao contrário daquilo que às vezes se diz aqui, até é um pecado mortal às vezes votar contra uma obra numa freguesia. E eu continuo a ser solidário nisso, porque para mim são intocáveis aquelas que são as aspirações das freguesias. Em dois e mil e treze, o Senhor Presidente da Câmara, naturalmente, trouxe uma esperança renovada, naquele que deveriam ser o papel das freguesias. É natural que depois de um ciclo de trinta e sete anos, onde muitas vezes as coisas começam a funcionar em velocidade cruzeiro, que uma ou outra situação possa, às vezes, ser esquecida. E é verdade, o Senhor Presidente da Câmara, nos últimos anos, talvez nos últimos cinco dos trinta e sete, naturalmente, porque tinha um Vereador das freguesias e um Adjunto e um gabinete técnico de apoio às freguesias, possivelmente, se calhar, até descurou aquilo que era a relação com as freguesias, até porque entendia que muito daquilo a que se tinha proposto fazer estava feito. E o Senhor Presidente da Câmara trouxe, naturalmente, um discurso de esperança e de renovação e dizia “nós agora vamos dignificar o trabalho das Juntas de Freguesia, nós não vamos fazer com que haja juntas de primeira ou de segunda” mais ou menos nestes termos, e disse outras coisas, “as obras são lançadas para serem executadas e quando esta acabar é lançada outra”. A verdade é que passado este tempo e no primeiro mandato, naturalmente não era o responsável, assistimos a uma gestão, eu na altura era Presidente da Junta, a uma gestão caótica desta área, que levou ao desmantelamento do gabinete de apoio às freguesias. E o Senhor Presidente da Câmara sabe, que numa reunião onde estavam muitos dos presidentes que estão aqui hoje, eu falei nesse desmantelamento, que era negativo, eu também falei aqui nesta Assembleia, neste órgão, e isso é prejudicial. Podem as freguesias interpretar que assim é que está bem, abster-se até relativamente à recomendação, eu respeito isso, mas a verdade

é que as freguesias merecem mais e estou convencido que o Presidente da Câmara vai rever essa situação. Mas, a verdade, é que algumas coisas, também tinham que ser revistas, porque, efetivamente há aqui alguma distorção naquilo que é a distribuição dos recursos pelas freguesias. A freguesia de Gualtar, e há bocado, aqui, o Deputado João Medeiros falou, que houve investimento de dois ponto três milhões de euros. Para Gualtar, se calhar, não passou dos cinco mil euros. E se formos reportar a dois mil e dezoito, acontece a mesma coisa. Sim, é uma freguesia que tem vindo a ser esquecida relativamente a muitos dos projetos. O Senhor Presidente da Câmara assegurou-me, aqui, há uns tempos, que finalmente o campo de futebol vai ser construído, mas há outros projetos que há anos que estão na gaveta. E isso, infelizmente, acontece. Mas sem querer particularizar, dizer-vos o seguinte, a verdade é que hoje há freguesias que recebem, não direi todos os meses obras, e há outras que estão sem receber obras e que bem precisam. Existe aqui alguma distorção que precisa de ser corrigida. Existe, por outro lado, também, um avolumar de obras e, como aqui já foi referido, o avolumar ocasionado pela falta, muitas vezes, do pagamento de uma obra, que já foi muitas vezes efetuada. E, portanto, há que dignificar, como defendeu o Senhor Presidente da Câmara, o trabalho das freguesias. E, portanto, essa dignificação passa, naturalmente, por rever, visitar esta estratégia e ajustá-la aquilo que muito bem o Executivo deve fazer, enquanto detém aquilo que foi a vontade dos Bracarenses. Mas, temos que repensar esta questão das freguesias e temos de fazer com que o apoio seja distribuído, seja distributivo e que umas não possam levar tudo e outras, infelizmente, não possam levar nada. E desafio qualquer um a vir aqui relativamente aos casos que eu aponteii dizer efetivamente o contrário, porque isso efetivamente não acontece. E, portanto, reforçando aquilo que vocês aqui votaram, é importante que nós façamos essa

*busca, nós fazamos esse caminho, porque as freguesias têm que ser, têm que continuar a ser motivo de desenvolvimento e também razão para que a desertificação, que tantas vezes acontece nos concelhos do interior, não aconteça nas nossas freguesias. E, portanto, esse é um papel importante que todos devem ter. E, agora, para terminar, dizendo que, efetivamente, isso é o que entendo relativamente às freguesias. E dizer que, naquilo que é habitual, as freguesias têm todo o à vontade de gerir a relação com a Câmara da forma que entendem, sem qualquer tipo de temor, mas, se calhar com solidariedade. A terminar, dizer que uma das questões que, efetivamente, é importante para a vida das freguesias, nos aspetos sociais, é a rede social interfreguesias. E foi outro setor que foi desmantelado e que, se calhar, urge reparar, colocar novamente a funcionar, porque ele é tão importante nos tempos difíceis que vivemos. As Juntas de Freguesia têm a liberdade de querer votar naquilo que é o seu pensamento e a sua relação com o Município. Seguiu-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para referir que: “A primeira nota que aqui queria deixar, relativamente a algumas das referências que foram feitas durante o período de antes da ordem do dia em que, como é sabido, não me é permitido intervir, é relativamente ao valor e à dignidade deste órgão da Assembleia Municipal. Quase todos saberão, há quase vinte anos, também era Deputado Municipal e isso não só me responsabiliza enquanto alguém que deve respeitar e deve valorizar aquilo que é o papel da Assembleia como, noutra dimensão, que me dá um conhecimento profundo daquilo que é a realidade da Câmara Municipal, aquilo que foi o historial da Câmara Municipal ao longo destes últimos vinte anos, nomeadamente, em termos daquilo que é a sua prestação das suas contas e que me permite recordar momentos muito marcantes sempre nestas Assembleias,*

como esta que discutem os documentos da prestação de contas em que, normalmente, rebatia com o Deputado Armando Leite, que fazia um forcing titânico, para tentar demonstrar aquilo que era impossível, que era, obviamente, que as contas estavam boas da parte do executivo socialista, para debater aquilo que era essa dimensão de prestação das contas que é obviamente uma responsabilidade, em primeira instância, legal. E, sendo uma responsabilidade legal, obviamente, que a primeira preocupação que qualquer autarca deve ter, é de ter boas contas, mas no sentido formal do termo. Custa-me muito, que alguns responsáveis do Partido Socialista, já tinha acontecido com o Senhor Vereador Artur Feio, na reunião da Câmara Municipal e, agora, aconteceu, novamente, com o Deputado Municipal, Pedro Sousa, nesta Assembleia, venham invocar uma questão técnica de um parecer do ROC, relativamente, a uma questão que é absolutamente corriqueira, do ponto de vista da organização da contabilidade da Câmara Municipal, para pôr em causa a fidedignidade dum as contas que são inquestionáveis. E que, aliás, desse ponto de vista, representam um progresso enorme, face àquilo que era o histórico da Câmara Municipal, que durante muitos e muitos anos, viveu, de facto, uma situação quase de clandestinidade da normalidade contabilística, ao ponto de não ter sido apenas o ROC, que apresentou várias reservas muito superiores àquelas que hoje tem este documento, mas, também, o próprio Tribunal de Contas e até a Inspeção Geral de Finanças, terem escrito, taxativamente, por estas palavras, que as contas da Câmara não retratavam, fidedignamente, aquilo que era a sua realidade económica financeira. E, portanto, esse é o histórico, essa é a realidade ao longo dos últimos anos, por força da modernização administrativa, por força da profissionalização dos nossos serviços, por força da informatização dos nossos serviços. Hoje não há faturas a correr de um lado para o outro, de gabinete para

outro, de gaveta para gaveta. Há documentos que entram, obviamente, na Câmara Municipal e são imediatamente processados. Portanto, não há nenhum dado, do ponto de vista contabilístico financeiro, relevante para a situação da Câmara Municipal, que não esteja devidamente retratado nestes documentos de prestação de contas. E esta é a primeira garantia com que todos dos Senhores Deputados podem contar. Em segundo lugar, obviamente, que um documento de prestação de contas, não é um exercício de criatividade, não se pode inventar uma realidade do concelho e transpô-la para um documento de prestação de contas. Ele retrata aquilo que foi a ação municipal, aquilo que foram as prioridades adotadas e os resultados dessas mesmas prioridades. E nesse contexto, obviamente, que nós podemos, como aqui já alguém disse, reescrever a história a nosso gosto. Aliás, gostei particularmente, e saúdo este exercício que aqui foi feito pelo Deputado João Nogueira, que também reescreveu a história, como se Braga tivesse começado em mil novecentos e setenta e seis, uma cidade com dois mil anos de vida é um exercício de criatividade, que se deve também aqui realçar. Mas a verdade é que já existia Braga antes de mil novecentos e setenta e seis, já existia. E, portanto, obviamente, que nós temos que olhar para a realidade do concelho, com aquilo que ele tem de bom e com aquilo que ele tem de mau, em toda a sua dimensão. E, também, nessa perspetiva, queria desmistificar uma ideia que vejo muitas vezes invocada, relativamente a este contraponto entre o requalificar, o renovar e o construir de novo. Nós não temos que construir de novo, teremos que fazê-lo, para aquilo que não existe e que é necessário, mas quando olhamos para a realidade do concelho e verificamos que temos tantas e tantas áreas em que os equipamentos estão degradados, em que os serviços são insuficientes, em que, obviamente, as respostas não correspondem à qualidade que nós procuramos, a primeira prioridade de canalização dos recursos

municipais, tem que ser, necessariamente, para dotar tudo isso que existe, que já foi feito, das condições para que possa servir os fins que presidiram à sua criação. Podíamos falar deste Fórum que, hoje, tem uma versatilidade, tem uma funcionalidade, tem um conforto, tem obviamente toda uma série de condições, que não tinha há dois anos atrás e que, obviamente, não cumpria, de todo, a missão para o qual estava desenhado. Podemos falar do “batatal”, usando uma expressão usada nessa Assembleia, que era a rodovia aqui há uns anos atrás e aquilo que ela é hoje, que mobiliza milhares e milhares de Bracarenses, todos os dias, para a sua prática desportiva. Podíamos falar dessa famigerada Pousada da Juventude, que em vez de se ter utilizado o expediente, na altura considerado pouco legítimo e, aparentemente, também, pouco legal, de aquisição de um determinado terreno, para a sua construção, nós entendemos que devia ser recuperada na sua instalação atual, que é, obviamente, aquela que valorizamos como prioritária. E tantas e outras coisas, por todo o concelho, a começar até pela área da educação, que, se quisermos, mais uma vez, auscultar aquilo que são os responsáveis máximos de cada território, se formos percorrendo, nesta sala, a palavra e dando a palavra a cada um dos Presidentes de Junta, quase todos sem exceção, nos dirão que os seus equipamentos não estão em condições, que têm problemas gravíssimos, que têm insuficiências de resposta para as necessidades dos alunos. Ora, não foi de dois mil e treze até dois mil e vinte, que isso aconteceu. Foi essa a realidade excecional que nós encontramos no setor educativo no concelho, lacunas enormes, equipamentos degradados, situações, nalguns, casos verdadeiramente calamitosas ao ponto, pegando aqui num exemplo emblemático, que tantas vezes era invocado pelo anterior Presidente de Câmara, que dizia que a escola de Escudeiros, quando foi eleito, era uma escola que funcionava por cima duma vacaria, a verdade é que, quando fui eleito, não

havia saneamento nessa escola. E, portanto, a verdade é que para aqueles alunos, nem essa condição básica estava assegurada. As coisas são o que são. E, portanto, quando olhamos para toda a realidade do concelho, se hoje estamos a trabalhar para ter um parque educativo condigno e capaz de responder aos desafios do que nós pretendemos para a qualidade do sistema educativo é porque estamos a investir, e muito. Aliás, estamos a fazê-lo por todo o concelho. Como sabem, só entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, vão ser quase dez milhões de euros afetos, exclusivamente, do orçamento municipal a financiamentos de projetos educativos, por várias freguesias do concelho. Tal, como foi no passado, várias outras freguesias, vários outros equipamentos escolares foram alvo de intervenção e, nomeadamente, até pegando na freguesia de Gualtar, que, aqui, também, registei a queixa do Senhor Presidente da Junta, também, em Gualtar só o investimento que foi feito na escola, representa mais do que aquilo que foi investido em quase oitenta por cento das freguesias do concelho neste mandato. É, seguramente, uma atitude de injustiça, mas é uma atitude de respeito para com a comunidade educativa de Gualtar, que já merecia aquela requalificação naquela escola. E, portanto, naturalmente, que nós temos que gerir prioridades, temos que gerir recursos e, quando olhamos para todo o concelho, temos também, como digo, que valorizar, sobretudo, aquilo que existe e dotá-lo de melhores condições. Aliás, convivo muito bem, gosto muito de ouvir esta expressão que aqui foi dita do mais investimento, mais desenvolvimento, porque é, digamos assim, o retrato fiel daquela abordagem obreirista da gestão municipal, que todos sabemos qual o resultado final a que todos chegamos, do ponto de vista da fatura que depois alguém há-de pagar. Porque a verdade é que no nosso primeiro mandato, a maioria deste executivo, tem apenas para apresentar aos Bracarenses, tirando quase vinte e cinco milhões de euros, que foram investidos nas diversas

freguesias, uma única obra nova, o quartel dos bombeiros municipais. E a verdade é que os Bracarenses não ficaram particularmente desagradados com essa opção, com a valorização que foi dada a dimensões imateriais das políticas municipais, nós passarmos a ser um exemplo nas políticas sociais, a sermos um exemplo na dinamização económica, de sermos um exemplo do ponto de vista da dinamização cultural e, obviamente, que reconheceram esse trabalho que tinha sido feito durante todo esse mandato pela Câmara Municipal e sem ter o tal investimento, sem ter o tal endividamento e sem ter o tal ónus para os que nos seguirão. Aliás, sobre a questão do ónus, não gosto de estar sistematicamente a invocar fantasmas do passado e a limitar aquilo que são as circunstâncias com que nós trabalhamos, mas há realidades que são incontornáveis e que é preciso sempre recordar a quem se esquece. Esta Câmara Municipal, este Executivo Municipal, desde que sou Presidente de Câmara, já pagou noventa milhões de euros de despesas, que não decidi, relativas ao estádio municipal, relativas à parceria público privada, a devoluções de fundos comunitários, a indemnizações de sentenças judiciais diversas, que foram interpostas por várias entidades e nada disso foi, obviamente, limitador daquilo que foi o trabalho que nós desenvolvemos, no sentido em que não nos amarguramos com isso, por não ter feito aquilo que gostaríamos. Bem pelo contrário temo-lo feito, dentro daquilo que foi o compromisso que assumimos, porque foi um compromisso responsável, ou seja, não nos comprometemos com nada que soubéssemos que não podíamos fazer. E, nesse mesmo sentido, cumprimos quase integralmente o programa eleitoral, que apresentamos no primeiro mandato e estamos em vias de cumprir aquela que apresentamos também no segundo mandato. Mas sabemos que se não tivéssemos essas amarras, que já conhecíamos à partida e, portanto, nesse sentido, até, nem servem de desculpa para nada, mas que são um facto, são

obviamente uma condicionante fortíssima àquilo que é a atividade municipal, nós poderíamos fazer muito mais do que aquilo que fizemos. Noventa milhões de euros, em seis anos, representa um ano de orçamento, que não foi decidido, que não foi alocado em nada que tenha sido decidido por esta Câmara Municipal. É muito dinheiro, é obviamente. E, quando olhamos até, esmiuçando esta dimensão e percebemos que dentro desses valores temos coisas tão absurdas, como no facto de, nos últimos quatro anos, termos perdido mais de doze milhões de euros do que aquilo que teríamos que gastar, se o Ministério das Finanças tivesse aceite a liquidação da parceria publico privada, obviamente, que teríamos, nesse período, conseguido duplicar, por exemplo, o investimento que agora estamos a fazer no parque escolar. São esses números que, obviamente, têm que ser trazidos à colação, quando se discute a realidade municipal. E, quando nós olhamos para aquilo que é a estrutura de receitas e despesas da Câmara Municipal, há aqui, também, valores que é importante destacar. Primeiro dos quais é de que não deixa de ser verdade, que hoje, as receitas fiscais pesam relativamente mais do que aquilo que pesavam no passado no orçamento municipal. Só que, curiosamente, não há um único Bracarense que, hoje, esteja a pagar mais impostos do que aquilo que pagava, neste concelho, porque a verdade é que a Câmara Municipal não aumentou e, pelo contrário, reduziu várias taxas de diversos impostos, relativamente às diversas estruturas da nossa fiscalidade. Ou seja, se a Câmara está a receber mais receita fiscal do que estava a receber no passado, é porque há mais gente, é porque há mais dinâmica económica, é porque há uma outra dinâmica imobiliária. Não é porque os Bracarenses estejam a pagar mais impostos. Ao contrário daquilo que aconteceu no País, em que a carga fiscal, para cada um dos cidadãos, disparou, face àquilo que era a realidade do passado, hoje, em Braga, nenhum bracarense de “per si”, nenhuma instituição,

está a pagar mais impostos do que aquilo que tinha pago no passado. Isso é inquestionável. E se olharmos para as outras fontes de receita, a verdade, também, é que mesmo do ponto de vista dos fundos comunitários, que é uma gaveta, obviamente, importante, a Câmara Municipal de Braga é, hoje, curiosamente, aquela que melhor executa os fundos comunitários em todo o norte do País e, seguramente, em quase todo o País como ainda, recentemente, foi reconhecido pela Senhora Ministra da Coesão, numa visita recente à nossa cidade. Ou seja, nem aí nós teríamos margem para esticar mais a receita e, portanto, o que é preciso perceber é que hoje, do ponto de vista da receita, as fontes de financiamento não são assim tão extensas, como aquilo que nós gostaríamos, para poder fazer mais do que aquilo que fazemos. E, do ponto de vista da despesa, além daquilo que são os compromissos que vieram do passado temos, obviamente, uma estrutura rígida daquilo que é o conjunto da despesa municipal e que tem implicações do ponto de vista da capacidade de libertação de meios para investimento. Não conseguimos todos os anos, que não por endividamento, como aconteceu neste ano ou por abertura de novas tipologias de candidaturas que, infelizmente, não aconteceram, ainda, de fundos comunitários aumentar, substancialmente, aquilo que são os meios libertos, para investimento, do ponto de vista municipal. Mas, ainda assim, e isso é nota que, para mim, me deixa, particularmente, orgulhoso, a Câmara tem conseguido fazer um caminho, que não posso de hesitar de rotular, como muito positivo, do ponto de vista daquilo que são todas as áreas da governação municipal. Temos, hoje, um concelho, de facto, muito mais dinâmico, do ponto de vista económico e, aliás, não deixa de ser importante referir, aqui, quando ouço que todos os concelhos estão a ter uma boa evolução, a verdade é que nós somos o que está a ter a evolução relativamente melhor e, durante estes anos, nos outros concelhos, não se

criaram, como aqui, dois mil postos de trabalho, não se passou de quase décimo quinto concelho mais exportador, para quarto concelho mais exportador, não se atraíram empresas como aqui se atraíram. E, portanto, se todos tiveram uma evolução positiva, nós ficamos contentes com a evolução dos outros, a nossa é melhor que a dos outros. E é isso que tem acontecido, não apenas do ponto de vista da dinamização económica, mas, também, das políticas sociais, do ponto de vista de todas as áreas da gestão municipal. Braga é um exemplo e pegando, se percorresse cada uma dos pelouros, em praticamente todas as áreas da gestão municipal e até pegando naquilo que aqui foi dito ,injustamente, por parte do Senhor Deputado, Pedro Sousa, a quem eu tenho que dizer que a versão em “podcast” dos seus artigos não os melhora, antes, os piora um bocadinho, não deixa de ser verdade, que até os serviços de urbanismo, se hoje têm uma incapacidade de resposta maior do que aquela que tinha no passado é porque a procura, por esses mesmos serviços, disparou completamente. Braga está ao nível de Lisboa, no número de licenças, que foram emitidas. Tem um conjunto de processos, que é muito superior àquilo que era a realidade do passado. E a verdade é que a estrutura municipal não aumentou em conformidade, até porque até não há muito tempo, tinha que reduzir, em vez de poder aumentar. E, portanto, obviamente, que tenho é que reconhecer o mérito dos muitos colaboradores municipais, que mesmo com esse aumento substancial da procura, conseguem ter um nível de desempenho, que não nos envergonha e que nos deixa, naturalmente, satisfeitos, com aquilo que é a realidade comparada com outros concelhos. E esse é um dos grandes desafios que temos tido, até do ponto de vista dos recursos humanos, falou-se aqui da questão dos assistentes operacionais, nós nos últimos dois anos, conseguimos renovar quase trinta por cento daquilo que são os assistentes operacionais, aumentamos substancialmente a dotação de meios para

fazer corresponder a realidade, àquilo que são as necessidades dos vários equipamentos escolares. E, se é certo, que ainda hoje existem dificuldades, que esta pandemia, obviamente, como aqui já foi dito, mitigaram, por força do ensino à distância, não deixa de ser verdade, que isso tem a ver mais com o enquadramento formal, que esse setor tem, com a impossibilidade que nós, por exemplo, temos de substituir recursos humanos, que estejam em baixa, outros que estejam afetos a outros serviços, porque isso é que é, em cada um dos agrupamentos, a principal fonte de insuficiência, face aos rácios que estão dotados e preenchidos em conformidade com aquilo que são os requisitos legais. Mas, em todas as outras dimensões, a verdade é que nós temos feito esse caminho. Do ponto de vista da mobilidade, falou-se, aqui. Acho muito interessante que alguns olhem para essa realidade da mobilidade e tentem capitalizar numa coisa e no seu contrário, porque, por um lado, aproveitam e tentam tirar vantagem duma queixa legítima, que muitos Bracarenses tinham, quanto aos conflitos de trânsito e às dificuldades de solidez de trânsito no concelho, por força do crescimento, que registamos. Mas, ao mesmo tempo, são os primeiros, quando a Câmara Municipal tenta implementar soluções, que sejam mais amigas de outros modos de mobilidade, que sejam mais amigas dos cidadãos a avançar para o terreno e tentar solidarizar-se com aqueles que não reconhecem o mérito dessas iniciativas. É algo que ninguém consegue compreender, quando não se tem uma lógica coerente, do ponto de vista da defesa efetiva duma política de mobilidade moderna. E é nisso que nós temos sido reconhecidos, ainda recentemente, por várias outras entidades também como sendo um dos concelhos que a nível nacional mais estão avançados do ponto de vista da criação de condições de segurança, para a circulação dos peões, para a criação, obviamente, de modos alternativos e, sobretudo, para uma coisa que para nós é fundamental e que, aqui,

hoje, ainda ninguém falou, que é a valorização do transporte público, do transporte público de qualidade sustentável e, obviamente, económico. E, também, do ponto de vista do desempenho das empresas municipais, que está implícito aquilo que é este relatório de atividades, nós temos tido políticas muito amigas dos cidadãos, reduzindo custos, reduzindo encargos e, obviamente, melhorando a qualidade do serviço. Por tudo isto, aquilo que aqui posso dizer é que a Câmara Municipal está muito satisfeita com o trabalho que desenvolveu. E está, sobretudo, muito satisfeita, por ter tido uma relação de grande proximidade e de grande colaboração com todos os autarcas das freguesias. Não há, aqui, assim nenhuma postura diretiva, sobre aquilo que é a conduta de nenhum desses Presidentes. Não houve nunca, nenhum Presidente, que alguma vez fosse condicionado por mim ou por alguém do Executivo Municipal, em relação a qualquer tomada de posição, em relação a qualquer reivindicação legítima que possa ter para a sua freguesia. Gostaríamos de fazer ainda mais do que aquilo que já temos feito em colaboração com todos eles. Gostaríamos que os nossos serviços tivessem outra capacidade de resposta e, sobre isso, devo dizer que a ideia de criar um gabinete técnico de apoio às freguesias é, em si mesmo, absurda, não faz sentido redundar serviços municipais. Aquilo que os autarcas necessitam, e que já todos reconheceram, em muitas reuniões que temos tido, porque a verdade é que temos mantido esse contato e temos mantido esse diálogo, é uma interlocução direta com os serviços, é uma gestão de conta, é o terem alguém, como dizia o Senhor Presidente, e muito bem, que lhes possa dizer onde é que está cada processo, qual o tipo de informação que precisam, qual é a tramitação que necessitam, isso é uma questão de natureza administrativa, que pode, obviamente, ser assegurada e é isso que tenho exigido, por parte do gabinete de apoio às freguesias Mas, não é de, nesse mesmo gabinete, meter

advogados, meter arquitetos , meter engenheiros, como se de repente tivéssemos que ter uma nova Câmara dentro daquela Câmara Municipal. E, nesse mesmo sentido, obviamente, que tenho que apelar à vossa compreensão, porque hoje, felizmente, porque esta é uma Câmara que faz, é uma Câmara que faz acontecer, são muitos os projetos, são muitas as solicitações, já não apenas dos autarcas, mas de cidadãos, de outras instituições e, obviamente, que a Câmara Municipal não consegue dar uma resposta mais célere a todas essas vossas solicitações, mas, obviamente, que o nosso compromisso, e o meu compromisso pessoal enquanto responsável direto deste pelouro, é de continuar a trabalhar, para melhorar esse mesmo desempenho. Dito isto, obviamente, que queria agradecer a todos aqueles que tornaram possível este trabalho realizado durante o ano de dois mil e dezanove, desde os autarcas que já aqui referi, obviamente a todos os colaboradores dos serviços municipais e, aqui, permitam uma palavra especial, para aqueles da Divisão de Gestão da Direção de Gestão que, do ponto de vista da prestação de contas, voltando ao início daquilo que foi a minha intervenção, têm sido absolutamente exímios, absolutamente rigorosos e absolutamente esforçados, para melhorar a prestação de contas do Município, para a tornar mais rigorosa e para a tornar, obviamente, mais clara e transparente para todos. Em casa, até vou pôr o lixo no contentor e tinha um contentor igual ao do Senhor Presidente da Junta. E havia duas coisas que tinha que lhe dizer, estava melhor servido, porque tinha dos antigos, dos de plástico e que não lhe causava transtorno nenhum pegar num papelzinho, mesmo, agora, em tempos de pandemia, abrir o contentor com a mão, como muitos outros Bracarenses fazem. Mas, mais do que isso, devo-lhe dizer duas coisas, a primeira é que, apesar disso, a verdade é que a quantidade de lixo reciclado recolhido pela Braval, aumentou com esta realidade. E a segunda coisa que, também, é importante ter presente, é

que se hoje as pessoas deitam lixo não doméstico nos contentores, em última análise, isso não deixa de ser positivo. Porque se não o faziam antes, deixavam-no abandonado no espaço público, como todos bem sabemos, por não haver outro sítio para o deitar. E, portanto, a verdade, é que, quer do ponto de vista da reciclagem, que tem aumentado, quer do ponto de vista da limpeza dos nossos territórios, hoje estamos muito melhor servidos e esse foi um dos maiores progressos que registamos nos últimos anos”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta votos a favor, com dezassete votos contra e com oito abstenções**. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** reuniu com os líderes do Grupos Municipais, para decidirem sobre a continuação dos trabalhos. Ficou decidido discutir-se ainda mais três pontos, três, quatro e sete, passando a discussão dos restantes pontos da ordem de trabalhos, para o dia seis de julho e informar-se, posteriormente, do local. **PONTO NÚMERO TRÊS – REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro e de alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de vinte e três de março do ano curso, relativa ao Regulamento do Mercado Municipal de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, passou a usar da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., RITA COSTA PINTO DE BARROS**, para dizer que: “A proposta de Regulamento do Mercado Municipal de Braga que o executivo hoje traz faz depender a obtenção de urna licença para uma banca no Mercado Municipal da obrigatoriedade de existir um horário fixo e diário. Esta imposição desvirtua as características do Mercado Municipal, pelo que não é

*uma resposta adequado, quer para os vendedores ou para os munícipes. A exceção para os denominados vendedores-produtores integrada nesta proposta, e que corresponderá à maioria dos acuais vendedores - remete-os para fora do edifício, retirando-lhes condições, e potencialmente pondo em causa a subsistência dos mesmos, bem como das suas famílias. A efetiva exclusão destes vendedores é inaceitável, até porque é a natureza deste tipo de comércio que está na origem dos mercados, e aquela que garantiu a continuação dos mesmos até aos dias de hoje. Estes vendedores precisam de flexibilidade nos horários para compatibilizar a produção com a venda. E, por sua vez, quem frequenta o mercado dispensará intermediários que virão preencher o espaço deixado vago, e que certamente irão afetar os ganhos dos produtores e o preço que os consumidores irão pagar. O que na verdade este executivo propõe é que estas famílias se dediquem em exclusivo à produção, abdicando de uma banca no Mercado por não lhes ser possível fazerem a gestão do tempo em que mantêm a banca aberta. Para além do longo período de obras de reabilitação em que se viram e ainda veem impedidos de trabalhar neste mercado, o que agora se lhes oferece são condições piores dos que as anteriores, quando a expectativa era precisamente a oposta. O ataque aos produtores-vendedores recorda-nos o ataque aos feirantes que foram expulsos do espaço do Fórum Braga, porque não se coadunavam com uma visão - estreita - que este executivo tem para a cidade. Mais uma vez esta coligação perpetra um ataque a uma faixa da população já fragilizada antes da crise sanitária que vivemos, e cujas possibilidades ajudam a esgotar na vez de as potenciar. Assim, a CDU declara que irá votar contra esta proposta de Regulamento". A este propósito interveio, ainda, o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que, gostaria, antes de mais, de chamar atenção do Senhor Presidente da Câmara de*

que existia no distrito de Braga e, concretamente, com sede no concelho, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços que, sistematicamente, não era chamado para discutir questões que diziam respeito ao setor. Era chamada a Associação Comercial, o sindicato nunca era chamado. Há dias, o Senhor Presidente esteve na antiga sede do Sindicato do Comércio e Serviços, onde teve a oportunidade de visitar umas pinturas egípcias, que lá estavam e que toda a gente conhecia, devia saber, portanto, que existia esse sindicato pelo menos desde mil e novecentos no concelho de Braga. Relativamente ao Regulamento propriamente dito, havia algumas questões que gostavam de chamar atenção, que era o seguinte: “desde logo uma definição que vem aqui no princípio, que acho que devia de ser suprimida deste relatório, que é o carrejão. O carrejão é um termo depreciativo que existe, de facto, existiu, como existia o servente, que era aquele que não tinha habilitações literárias mínimas e que, portanto, fazia trabalho indiferenciado e acho que nem sequer é bom para a imagem do município, ter num regulamento do século vinte e um, uma categoria profissional de carrejão, que no feminino é carrejona. Ou seja, não nos parece, de facto, que isso ilustre muito este regulamento. Depois, relativamente à licença diária, todos nós sabemos que as pessoas que vêm vender os produtos que elas próprias cultivam ao mercado, e é isso que dignifica, de facto, o mercado, porque vender no mercado retalhista que se vai buscar ao mercado abastecedor, qualquer grande superfície faz isso. O mercado é valorizado, de facto, pelo pequeno produtor e que vai ali vender os seus produtos. Obrigá-lo a ir para a fila de manhã cedo para saber se vai ter lugar ou não para vender os produtos que já colheu, que já transportou e se chegar ao fim e não tiver lugar, ele vai fazer o quê com os produtos? Leva-os de volta? Entrega no Lar Conde Agrolongo para benefício dos idosos que lá residem? Não faz sentido. No mínimo, dêem-lhe um prazo, uma

semana, eventualmente, o produtor saberá quais são os produtos que pode colher numa semana e que pode garantir a sua venda. Estou a pôr-me no lugar deles. Se fosse colher as alfaces de manhã cedo, fresquinhas, e não sei quê, para vender no mercado e chegava ao mercado, e chegar lá e não tem lugar já está tudo ocupado, então deitava-as fora porque já não serviam para mais nada ou dava-as a quem estivesse à porta do mercado e estragava o negócio dos outros que já estavam lá dentro. Há outra questão que também nos parece importante. Penso que a sociedade já assumiu que o casamento tal como era visto nas nossas gerações, hoje, mudou de paradigma e, portanto, as pessoas pura e simplesmente, passam a viver juntas e para todos os efeitos estão casadas. Ao colocar-se aqui a limitação da transmissão dos estabelecimentos ao cônjuge, isto pode depois levantar problemas quando de facto há duas pessoas que vivem, maritalmente, e em união de facto e em economia comum, e depois um deles vê-se privado do direito à transmissão do estabelecimento, porque não são casados. Acho que eram estas questões mais importantes, depois há aqui a questão dos horários, mas lá está o Sindicato não foi ouvido, porque me parece que há um excesso de horários e preparem-se, porque vão ter os moradores a reclamar com os estabelecimentos a funcionar desde as cinco da manhã, que é quando os camiões começam a fazer barulho para descarregar, até, eventualmente, às duas da manhã do dia seguinte”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE**, para salientar que: “Na verdade, o presente ponto, objeto de apreciação nesta Sessão da Assembleia Municipal, é referente à proposta de aprovação do Regulamento do Mercado Municipal de Braga, sendo certo que, a propósito desta proposta de Regulamento, é entendimento da Bancada Municipal do Partido Social Democrata realizar várias considerações, as quais julgamos fundamentais: Primeiramente, esta

proposta de Regulamento do Mercado Municipal, elaborada, submetida à aprovação e, aqui e ora, em apreciação, nos termos do disposto na Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais, designadamente no âmbito das atribuições e competências dos órgãos do Município, apresenta como desígnio a definição e regulação da organização, funcionamento, disciplina, limpeza e segurança interior do Mercado, nomeadamente no que diz respeito às bancas, lugares, lojas, peixaria, talhos, padarias, praça da alimentação, salas polivalentes e zonas comuns, aplicando-se a todos os respetivos utilizadores, em particular comerciantes, carregões, colaboradores, auxiliares, utilizadores dos espaços e público em geral. Em segundo lugar, e de acordo com o enunciado na Nota Justificativa da proposta de Regulamento, os mercados municipais revelam-se, efetivamente, como um meio de promoção da economia local, estimulando uma maior relação e interação entre as comunidades rural e urbana, impulsionando uma maior ligação das populações às suas origens, e exercendo funções que beneficiam os produtores, comerciantes, consumidores e economia local. Na realidade, o Município, consciente e conhecedor deste quadro, entendeu e entende ser absolutamente necessário e essencial modernizar, melhorar, adequar e dinamizar o Mercado Municipal, tornando-o mais seguro, confortável, funcional e atrativo, melhorando as condições de trabalho dos comerciantes que desempenham a sua atividade no Mercado, e as condições dos Bracarenses, consumidores e utilizadores que visitam o equipamento, e contribuindo para o desenvolvimento económico e social do concelho. Terceiro, neste contexto, e concretamente a respeito do procedimento de elaboração desta proposta de Regulamento do Mercado Municipal, é de referir que o início do procedimento e a abertura do período de participação procedimental, em específico com a

finalidade da constituição como interessados, foram aprovados por parte da Câmara Municipal, em reunião realizada no dia dois de dezembro de dois mil e dezanove. E, desde logo, a Câmara diligenciou no sentido de divulgar amplamente a redação do texto da proposta de Regulamento que estava a ser estudada, trabalhada e analisada, em especial junto dos mais diretos e imediatos destinatários do texto da proposta, os comerciantes, por intermédio da efetivação de reuniões individuais e coletivas. Reuniões essas em que os comerciantes foram impelidos a participar no procedimento, a apresentar propostas e a formular sugestões, com o fim de, desde o primeiro momento, esta ser uma proposta de Regulamento participada, aberta, transparente e construída em conjunto, principalmente com os mais diretos visados pela mesma, encontrando-se as soluções legais e regulamentares mais ajustadas às circunstâncias. Aliás, no seguimento, foram expostos diversos contributos, tendo muitos deles sido imediatamente incorporados no projeto de Regulamento do Mercado aprovado, para efeitos de submissão a consulta pública, na reunião de Câmara datada de treze de janeiro de dois mil e vinte. Em quarto, no âmbito do período de consulta pública, é de mencionar que a Câmara Municipal encetou diligências para a auscultação das entidades e associações representativas dos interesses envolvidos, objetivamente: a Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo; a DECO; a Administração Regional de Saúde do Norte; a ACB; a Junta de Freguesia de São Vicente; o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte; a Associação de Consumidores de Portugal; a ASAE; e o MARB – Centro Logístico do Minho. Além disso, no decurso do período de consulta pública, foram rececionadas, pela Câmara, aproximadamente cinquenta exposições de interessados. Ademais, é de sublinhar que, consideradas as propostas e sugestões recebidas, a esmagadora

maioria das mesmas foi acolhida e vertida no texto do projeto de Regulamento do Mercado Municipal, sobretudo relativamente a horários de abertura ao público, horários de abastecimento, legitimidade no quadro contraordenacional e molduras das coimas, e admissibilidade de sociedades por quotas nos procedimentos concursais. No que respeita aos contributos que não foram plasmados no projeto de Regulamento, os fundamentos dessa opção prendem-se, por um lado, com o facto de se tratarem de matérias que são já alvo de legislação própria; e, por outro lado, com a particularidade de a sede regulamentar não se perspetivar como o instrumento adequado para a previsão das questões em causa. Com efeito, tomando em consideração tudo quanto foi esclarecido anteriormente, cremos, Bancada Municipal do PSD, que a presente proposta de Regulamento do Mercado Municipal de Braga, porque, por um lado, resultante de um procedimento alargado, participado, aberto, transparente e construído conjuntamente, e, por outro lado, tendo em conta o teor das concretas soluções regulamentares encontradas, é uma proposta meritória, adequada, oportuna e correspondente com os interesses dos comerciantes, dos utilizadores do Mercado Municipal, dos consumidores, dos visitantes e dos Bracarenses, mormente no âmbito de um investimento indispensável no Mercado, que auspicia afirmar-se como uma infraestrutura de referência. Por todas estas razões, a Bancada Municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta de Regulamento do Mercado Municipal de Braga”. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com quarenta e cinco votos a favor, com dezoito abstenções e com cinco votos contra.** **PONTO NÚMERO QUATRO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.** Submete-se à apreciação e

aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de vinte e três de março do ano em curso, relativa à aceitação de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, para o ano de dois mil e vinte e um, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para destacar que: “A posição da CDU, acerca deste ponto, é sobejamente conhecida, que acho que não vale a pena, até pelo adiantar da hora, repetir as intervenções da minha camarada Bárbara Seco de Barros, que tem feito correntemente todos os anos, mas vir acrescentar só, que já chega deste cansaço, isto já gera cansaço e já chega deste logro que é a descentralização, que é a bem querida dos grandes partidos aqui presentes, o Partido Social Democrata e o Partido Socialista e que não passa de um exercício de, pura e simplesmente, atirar areia aos olhos ou é criar uma cortina de fundo, enquanto não se encontra forma de fugirem e tomarem as decisões que têm de ser tomadas neste caso, decidir efetivamente avançar para a regionalização administrativa, que está constitucionalmente prevista e que tarda a avançar. Só dizer que não é só este o caso, passar competências, centralizar competências, não é alterar atribuições, é tornar as autarquias meros executantes da política definida centralmente, muitas vezes sem as condições e sem os meios para o fazer. É dizer, também, que este processo é interessante e é vincado que é isto, a tal forma vincada que é isto, tanto que nos últimos tempos surgiu a proposta até de eleição dos presidentes da CCDR's, pelos Deputados Municipais, portanto alguma coisa provavelmente ou poderá ainda nos calhar a nós, mas que é uma coisa de tal forma curiosa, que há um universo eleitoral para uma pessoa, mas que no dia seguinte, essa pessoa está não às

*ordens de quem a elegeu, mas às ordens do Governo, que vai continuar a determinar as políticas, que vão ser aplicadas, naquele caso pelas CCDR's. E dizer também que o amor por estes partidos, o empenho destes partidos pela descentralização, também fica bem patente no respeito que têm pelas próprias estruturas que criam. Lembrar, nomeadamente, que como resposta à não regionalização, foram criadas as comunidades intermunicipais. E, por exemplo, lembrar o empenho ou o empenho ou a falta dele, que muitas vezes os autarcas destes dois partidos, têm em relação a estas mesmas estruturas. Acho paradigmático o exemplo da última Assembleia Intermunicipal, em que nenhum membro do Conselho Intermunicipal participou, seja o Presidente, Dr. Ricardo Rio, que compareceu pelo Partido Social Democrata, seja nenhum dos vice-presidentes ou vogais que também são do Partido Socialista e isso demonstra o empenho e o respeito que tem até pelas próprias Instituições que criam, que criaram e para que é que elas servem, que é mesmo isto uma cortina de fundo e atrasar ou adiar uma tomada de posição acerca da Regionalização, que era mesmo isso que imperava. Por isso mesmo vamos continuar, coerentemente, a votar contra esta descentralização de competências, principalmente por estas razões". Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com sessenta e três votos a favor e com cinco votos contra**. Passou a usar da palavra, a este propósito, o Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer, numa **Declaração de Voto**, que o Partido Socialista votou favoravelmente e lembrar que, quando aquele assunto foi, ali, há alguns tempos, o PS votou, também, favoravelmente, dizendo que aquela competência dava dinheiro e não dava despesa. E, hoje, foi bonito de ver que a teimosia ideológica da Partido Social Democrata, relativamente a esta matéria, mudou, reconheceu que esta era uma boa competência e, por isso, o Partido Socialista votou a favor.*

Depois foi a vez do Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA apresentar outra Declaração de Voto, destacando que o voto do Partido Social Democrata foi a favor, não porque mudaram de opinião em função do que votaram há tempos, mas pelo facto do seguinte: neste momento a Câmara preparou uma série de condições, para esta proposta ser votada favoravelmente, coisa que, no passado, não existia, designadamente, por exemplo, a Policia Municipal. As competências que agora a Policia Municipal tinha, que não tinha no passado, por exemplo, a questão do estacionamento. A Câmara Municipal preparou-se para ter estas atribuições, coisa que, quando foi votada há meses, não tinha. PONTO NÚMERO SETE – PROJETO DENOMINADO ACTUM – CONVOCATÓRIA ABERTA DE PROJETOS ARTÍSTICOS – DOIS MIL E VINTE. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezoito de maio do ano em curso, relativa à aprovação do projeto denominado ACTUM – Convocatória Aberta de Projetos Artísticos dois mil e vinte, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada à Sr.ª Deputada do C.D.S.-P.P., ANA LEONOR PIZARRO BRAVO DA SILVA PEREIRA, para referir que: “Enquadrada nos objetivos da estratégia da Braga Cultura dois mil e trinta, o município de Braga promove o projeto ACTUM - Convocatória Aberta de Projetos Artísticos em tempo de confinamento. Tendo sido a área cultural grandemente visada pelo estado de emergência que obrigou ao cancelamento de inúmeros espetáculos e mostras culturais, o município de Braga não pode ficar de braços cruzados perante os nossos artistas e aprovou em reunião de câmara com carácter excecional no âmbito do COVID dezanove esta medida, no sentido de promover a retoma da atividade criativa e performativa. Como diria Sophia de Mello Breyner "A cultura

*é uma das formas de libertação do homem" e foi isto mesmo que tivemos a oportunidade de presenciar neste tempo de pandemia: todos os anónimos que foram capazes de produções artísticas, como forma de libertação do seu confinamento, ocupação do seu tempo e também como forma de entretenimento do próximo. Um dos vários exemplos dessas expressões artísticas é o bracarense João Carlos Boaventura que tendo embarcado num desafio online de fazer um desenho por dia, lhe valeu o reconhecimento internacional ou então o Tó Zé Coelho, que entre escaladas das paredes de sua casa e do próprio mobiliário dava concertos semanais de rock e jazz na sua varanda. Agora, todos os que sentiram o apelo artístico, amadores ou profissionais, poderão integrar o projeto ACTUM - Convocatória Aberta de Projetos Artísticos em tempo de confinamento. Um projeto transversal a toda a população nas áreas das Artes Plásticas e Visuais e na Área da Música e Artes Performativas. Têm agora a oportunidade de mostrar o seu trabalho e de o verem apreciado por todos. Por este ser um projeto genuinamente positivo de dinamização e retoma da atividade artística apelamos a que se juntem e ao grupo Municipal do CDS-PP e votem favoravelmente este ponto". A palavra foi dada à **Sr^a. Deputada do P.S.D., MARIA ESTER DA SILVA TAVEIRA**, para, por seu turno, revelar que: "No contexto da pandemia COVID-dezanove que nos vem consumindo desde o pretérito mês de março e atentas as nefastas consequências que ela tem infligido à nossa sociedade, com especial acuidade ao setor artístico, o Executivo Municipal entendeu, em boa hora, criar o projeto ACTUM – convocatória aberta a projetos artísticos dois mil e vinte, no sentido de apoiar os cidadãos concelhios que trabalham nesta importante área. Esta convocatória, estruturada em duas medidas – Música e Artes Performativas e Artes Plásticas e Visuais – tem como nobres objetivos «potenciar a criação de novos conteúdos artísticos com apresentação inédita;*

valorizar artistas, profissionais ou emergentes, do nosso território; promover a fruição pública do resultado do processo de criação, aproximando os cidadãos das práticas artísticas locais e contemporâneas, através da transmissão e divulgação online dos projetos artísticos resultantes desta convocatória» e constitui uma iniciativa enquadrada nos objetivos da Estratégia Braga Cultura vinte trinta e nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e vinte. Assim sendo, o Grupo Municipal do PSD aplaude a iniciativa do Executivo municipal e, como é natural, vota-a favoravelmente”. Interveio posteriormente o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que o Bloco de Esquerda tencionava fazer uma declaração de voto depois da votação, mas assim como a hora já ia longa, só para dizer que iriam votar favoravelmente esta proposta, mas votavam simplesmente a ideia, porque, de facto, toda aquela vanglória do Senhor Presidente da Câmara, na última intervenção que fez, aliás, demorada, esboroou-se completamente num projeto cultural, que dava quinhentos euros, basicamente, por projeto e com o número muito limitado de candidatos. Muito pobre, muito pouquinho, como ali já foi dito, eventualmente, se comparassem esses apoios à cultura, com os apoios que eram dados ao futebol profissional, com certeza, que os agentes culturais ficariam até envergonhados. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, e sete de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às duas horas e quinze minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os

trabalhos desta sessão de vinte e seis de junho, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

REUNIÃO DE 6 DE JULHO DE 2020

*No dia seis de julho de dois mil e vinte, retomou-se a sessão do dia vinte e seis de junho do mesmo ano, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SENHORA PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de sessenta e cinco membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** Hugo Alexandre Lopes Soares, Maria Ester da Silva Taveira, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Fernando Manuel Martins Viana, João Diogo Fernandes Ferreira, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Domingos da Silva Abreu, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo*

da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Catarina Lourenço Ribeiro, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Rita Costa Pinto de Barros, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, José João da Costa Pires, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Manuel Ferreira Gomes, Gélio Mouta Marques, José João Pereira Correia, Rui Manuel Rebelo da Silva Pereira, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Romeu Gomes, José Fernando Ferreira Vilaça, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Serafim Figueiral Rebelo, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da*

*Cruz, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Maria José Fernandes Teixeira, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Carla Maria da Costa e Cruz, João Jorge Ferreira Baptista, Paula Maria de Azevedo da Cunha. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** António Joaquim Tavares Fidalgo, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, Manuel Jorge Costa Pires, João Manuel Faria da Costa, Augusto Vieira de Carvalho, Manuel da Silva Dias, Carmino João da Costa Soares, Maria José Fernandes Borges e Mário José Reis Vieira. Passou-se de seguida à continuação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO CINCO – RECONHECIMENTO DE EMPREENDIMENTO ESTRATÉGICO PARA UM HOTEL SITUADO NO LARGO DA ESTAÇÃO (UNIÃO DE FREGUESIAS DE MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE) ENDUTEX – HOTÉIS, SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo Municipal em reunião de seis de abril do ano em curso, relativa ao reconhecimento da pretensão como empreendimento estratégico de um hotel situado no largo da Estação, União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, Endutex – Hotéis, Sociedade Unipessoal, Limitada, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocado à discussão, começou por usar da palavra o Sr. Deputado do C.D.U., **PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para dizer que: “A CDU votará contra este reconhecimento de empreendimento estratégico, porque nos é difícil continuar a compactuar com o expediente, que é o recurso aos empreendimentos estratégicos, para contornar ou contorcer as regras genéricas do Plano Diretor Municipal. Lembrar que o Regulamento do Plano Diretor Municipal diz que é possível fazer este reconhecimento, desde que os projetos verifiquem o seguinte: apresentem elevado*

carater inovador, sejam investimentos na área da cultura, educação, saúde, ambiente, turismo, energias renováveis, industria, complexos de lazer e recreio, cria mais de duzentos postos de trabalho e que engloba investimentos iguais ou superiores a dois milhões de euros. Ora, gostaria que alguém me explicasse como é que numa praça onde já existem dois hotéis, a construção de um terceiro corresponde a um investimento de elevado carater inovador. É porque os critérios são para cumprir cumulativamente. E isso não é feito e sistematicamente tem vindo a esta Assembleia, este recurso de reconhecimento de empreendimentos estratégicos, um pouco como contornar aquilo que foi a regulamentação geral do Plano Diretor Municipal. Lembrar que Plano Diretor Municipal foi aprovado por esta mesma Assembleia, exatamente pelas forças que compõe as atuais maiorias e, portanto, que se não gostam assim tanto das regras, poderiam ter decidido algo diferente. Lembrar, também, que para a definição deste tipo de empreendimento é preciso haver a fundamentação da decisão da Câmara e, nomeadamente, tem que haver, já que está ali o Deputado João Marques, que gosta muito da palavra ponderar, atendendo a que tem que existir discussão pública, muitas vezes convém perceber e convém trazer a esta Assembleia a ponderação, aquela que foi a ponderação da Câmara Municipal. Mesmo que não tenha existido nenhuma participação, perceber-se qual é que foi o resultado da discussão pública e isso, aqui neste, e nos outros, por norma, é inexistente. Portanto, o recurso a estes expedientes é excessivo e, porque neste caso é óbvio, ia para lá do admissível, nós votaremos contra”. Depois interveio a **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para referir que: “O que significa para o Executivo Municipal um empreendimento estratégico para o Concelho de Braga? Será aquele que acrescenta algo positivo, de relevo, com importância para os munícipes, para a sua vida, socialmente considerada? Ou bastará que o investidor,

a quem realmente interessa o investimento, grande parte das vezes sem quaisquer preocupações do ponto de vista do urbanismo, do meio ambiente, ou da qualidade de vida dos munícipes, desde logo, na prática salarial dos trabalhadores a contratar? E não é suficiente dizer, é aliás falacioso, e passo a citar: "pretende-se que a criação de um hotel de duas estrelas da cadeia de hotéis MOOV, onde o perfil do cliente assenta em estadas curtas (duas ou três noites), com grande apetência para mobilidade em modos suaves, razão pela qual a localização do hotel junto à estação de caminho-de-ferro e muito perto do centro histórico é imperiosa para o sucesso do investimento"; por sinal, também fica perto de uma saída da circular que conduz às autoestradas e com diversos parques de estacionamento nas redondezas...Aliás, considerar estratégico um hotel a preço acessível, perto da Estação Ferroviária, onde já existem dois com a mesma finalidade, levanta dúvidas, sobretudo, com as dificuldades por que passa o setor, nos tempos extraordinários em que vivemos, causados pela pandemia. Acresce que numa situação crítica, potenciada pelas alterações climáticas e pelo aquecimento global, e quando está em discussão pública uma alteração ao regulamento do centro histórico, a Câmara Municipal não só considera este empreendimento como estratégico, como autoriza a construção de um hotel de seis andares, com cento e dez quartos, num dos locais mais emblemáticos da cidade de Braga. Esta outra construção/empreendimento, localiza-se na Zona Especial de Proteção do Recolhimento de Santa Maria das Convertidas e confluiu com duas outras: a de Guadalupe e a dos Congregados. O edifício a construir no logradouro, repito, com seis andares e cento e dez quartos, viola a ZEP das Convertidas, pois a sua volumetria e altura tornará o edifício visível da Avenida Central, não garantindo o que é o âmago da ZEP - a frente de rua. Além da volumetria e da altura, a tipologia e a implantação têm muitos impactes no conjunto do edifica do barroco.

Prejudica a envolvente das Convertidas pela perda de coerência em termos de cêrcea e de volumetria do edifício a construir, demasiado próximo do edifício, desrespeitando a sua própria cêrcea. Como se este não fosse já um grande obstáculo a este investimento alegadamente estratégico, falta é saber para quem, pois para os bracarenses não será, a construção coloca em perigo a estrutura e estabilidade das Convertidas, dada a proximidade ao monumento do século dezoito, já que haverá remoção de terras a seis metros do Monumento. É mais de o que provável que no subsolo existam vestígios arqueológicos a preservar, bem como linhas de água. Adivinham-se problemas certos a este nível. Por último, a nova construção é mais uma impermeabilização do solo, implica diminuição da zona verde, numa cidade precisa das árvores urgentemente. Aliás, a supressão constante dos logradouros nas traseiras dos edifícios da cidade é frequente, com consequências presentes e futuras, em termos ambientais. Neste sentido, não é de todo estratégico, pelo contrário é prejudicial, sublinho, prejudicial à cidade de Braga permitir esta nova construção. No entanto, este absurdo urbanístico não só é autorizado como tem o privilégio de ter um desconto de mais de oitenta por cento em sede de IMI. Esta pressão urbanística, que não é recente, surge associada aos interesses imobiliários, especulativos e turísticos e representa o fim das nossas cidades históricas, com destaque para a cidade de Braga que devia orgulhar-se dos seus dois mil anos de existência. É um atrevimento irresponsável e ganancioso o que se passa com este projeto e com todos os no centro histórico, como a Rua de Janes, a Rua do Alcaide, o Campo Novo, ou Praça Mouzinho de Albuquerque, a Rua do Souto, ou no Largo da Praça Velha, lugar do mercado medieval de frutas, legumes e peixe e que viu recentemente a última peixaria sucumbir aos interesses especulativos com a destruição total do edifício dos anos vinte do século passado. Em breve, teremos uma Braga Playmobil, em tamanho real, de fachada, oca, falsa,

adulterada e vagamente a lembrar um Barroco, na sua maioria "inventado". Mas, ao contrário do jogo infantil, em que as crianças aprendem a criar e a planear cidades, a braga Playmobil deste Executivo não respeita a história e os estilos arquitetónicos, não inclui zonas verdes, espaços de lazer e de convívio, zonas pedonais, e parques infantis ou ciclovias. São empreendimentos estratégicos? Não o são para a cidade de Braga nem para os seus habitantes. Definitivamente". Registou-se ainda a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA, para dizer que, efetivamente, o PCP e o BE não tinham razão no argumento que apresentaram recentemente. Iria demonstrar. "O PDM, no seu artigo trigésimo primeiro a trigésimo terceiro, prevê que, desde que sejam considerados estratégicos, este tipo de empreendimentos pode ser aprovado mesmo que não estejam enquadrados em solos de uso dominante e de parâmetros urbanísticos. Ora a conotação de deste empreendimento como estratégico é que vou agora justificar, ponto por ponto. Em primeiro lugar, houve a abertura de discussão pública num período de vinte dias, após cinco dias da reunião de vereação. Ora, discussão pública, Sr. Deputado do PCP, que não teve, conforme nos textos apresentados não existiram reclamações, nem sugestões e, por isso, verificou-se que não houve oposição por parte da população de Braga. O PCP, além de tornar pública a sua posição, quer na Vereação, quer, agora, na Assembleia Municipal, também poderia ter intervindo nessa discussão pública e intervindo nesse processo. Não estavam impedidos de o fazer. Trinta de dezembro de dois mil e dezanove, que reconheceu o de interesse público estratégico do empreendimento. Não existiram reclamações ou sugestões pelo que pode ser reconhecido o interesse estratégico do empreendimento. Hotel de duas estrelas, com capacidade para cento e noventa e quatro hóspedes, que terá atividade no concelho, pelo menos, por um período mínimo de dez anos, com um

investimento de cinco milhões e trezentos mil euros, criador de dezoito postos de trabalho, com um perfil de cliente de estadias curtas - duas a três noites - perto do centro histórico e com apetência para mobilidade em modos suaves. Este hotel ficará situado junto à estação de comboios perto de outros hotéis como é normal em muitas cidades pelo mundo fora, conforme se observa em entradas de cidades, aeroportos, centrais de camionagem, etc. Uma vez que tem estacionamento e se enquadra muito perto do centro histórico, é um convite à mobilidade pedonal uma vez que os seus clientes não precisam de carro para chegarem ao centro da cidade. Contribui para o desenvolvimento das atividades económicas - restauração, comércio e serviços - vivência urbana e oferta cultural artística, turística e ambiental. Além deste conceito de hotel ser ideal para quem visita a cidade em passeio, também se enquadra no turismo de negócios, nomeadamente na estadia de quadros de empresas e de pequenos empresários e socializa a atividade económica por parte daqueles que necessitam de pernoitar na cidade por um preço mais reduzido. Está enquadrado na vertente de regeneração urbana do Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Braga, conforme os objetivos da Área de Reabilitação Urbana de Braga Norte e do PDM. Revitaliza uma área devoluta e em ruína num ponto estratégico da cidade. Está ladeado por um edifício de sete pisos e outro de seis pisos pelo que os seus sete pisos estão perfeitamente enquadrados pela construção adjacente. Além disso, pelo reconhecimento do interesse público estratégico, os responsáveis do hotel ficam sujeitos a uma série de obrigações contratualmente estabelecidas, incumbindo ao município assessorar, acompanhar ou fiscalizar o cumprimento dessas obrigações ao longo do tempo. Se tudo isto não caracteriza um empreendimento estratégico cujo regime de excecionalidade está previsto no PDM, nunca se virá a saber o que é um empreendimento estratégico. Assim o grupo parlamentar do PSD aprova a

excepcionalidade estratégica do empreendimento, conforme os termos do PDM, de e mais legislação quer municipal, quer de âmbito nacional”. Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS, para fazer um pequeno pedido de esclarecimento e começava por esclarecer, também, que o lugar dos eleitos era discutir ali e não, necessariamente nas discussões públicas. Tinha o direito de o fazer, mas era, ali, que o deviam discutir. O pedido de esclarecimento, relativo à intervenção do Deputado Municipal que antecedeu, prendia-se com a sua intervenção, tendo referido que o projeto verificava todos os critérios. Ora, como enunciou, e tendo que verificar, cumulativamente, as quatro alíneas, gostaria que o Deputado do PSD o esclarecesse de que forma que aquele projeto de hotel apresentava um elevado caráter inovador e, portanto, em que se distinguia e tinha mérito por isso mesmo. Não percebeu, não ficou esclarecido, quanto a isso. Interveio, então o Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA, para esclarecer que, em primeiro lugar, aquele ponto da ordem de trabalhos chegou daquela maneira à Assembleia Municipal e, portanto, era dentro deste âmbito que o discutiam. Em segundo lugar, o conceito de inovação tinha alguma coisa a ver com aquele tipo de hotéis. Como lhe disse, aquele tipo de empreendimentos, socializava a atividade económica, porque permitia que muitas pessoas, com menos poder de gasto, pudessem, realmente, ficar em Braga mais algum tempo, sem terem que despende grandes quantias. É precisamente para isso. Por outro lado, sobre a questão de não ter interferido, era evidente, que o lugar de discussão dos Senhores Deputados Municipais, era nos órgãos do município, nem lhe passava pela mente outra ideia. Mas, já que já havia um período de discussão pública e já que os Senhores, pelos vistos, contestaram aquilo, podiam ter aproveitado esse período para pôr as questões como cidadãos. Não o fizeram.

Fizeram, agora, assim, com toda a legitimidade claro. Mas, também, podiam tê-lo feito. Talvez não estivessem convencidos disso, talvez não. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com seis votos contra da CDU e do BE**. Para apresentar uma **Declaração de Voto**, usou da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, esclarecendo que o seu voto contra, não era nem de longe, nem de perto, um voto contra o investimento, ou seja, todo o investimento, desde que fosse lícito e com fins lícitos, era bem-vindo à nossa cidade e ao concelho. Agora, quando se pretendia classificar o investimento e se classificava aquele como investimento prioritário, de interesse municipal e público, depois não sobrava nada. Ou seja, qualquer restaurante que se fizesse no centro histórico, pelos mesmos critérios, tinha que ser considerado igual. E a questão era a isenção. Não havia motivo para aquelas isenções. Não havia. O investidor investia com um fim principal e primordial, obter o lucro, e devia pagar por isso. Até porque se a sociedade organizada lhe permitia que pudesse obter lucro, inclusivamente contratando pessoal, tinha que pagar por isso. Era normal. Porque se não, só o particular, o contribuinte, iria suportar os custos dessas operações de investimento e não fazia sentido nenhum. **PONTO NÚMERO SEIS – CANDIDATURAS AOS INCENTIVOS AO INVESTIMENTO LOCAL: VANIBRU - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LD. A E EMPRESA HOTTI – BRAGA HOTÉIS, S.A.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo nono do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, as propostas relativas às candidaturas apresentadas pelas empresas VANIBRU – Comércio de Produtos Alimentares, Limitada e HOTTI – Braga Hotéis, S.A., bem como as respetivas propostas de decisão desenvolvidas pela IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser

arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Usou da palavra o **Sr. Deputado do C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, para, antes de mais, pedir à Mesa, para votar separadamente os dois processos. Dizer que bem sabiam que não era, no caso do hotel, o seu licenciamento que estava em causa, e sobre isso a posição da CDU era sobejamente conhecida, mas sim a aplicação da apreciação desse pedido de incentivos. Ora, acontecia também, que no elenco dos critérios para apreciação dos pedidos de incentivos, um deles, que correspondia à alínea c), do número sete, do regulamento específico, era mesmo o impacto ambiental e o compromisso ambiental do projeto. Ora, isso na avaliação era absolutamente desconsiderado, ocupava duas linhas naquele processo e no regulamento era destacado como um critério a avaliar por si só. Isso era recorrente que fosse desconsiderado nos vários pedidos de incentivos. Não era novo. Era grave que assim fosse. Naquele caso, perante uma obra com a sensibilidade que tinha, com a proximidade ao monumento que era, tornava-se absolutamente inadmissível, que isso não tivesse tido em conta na avaliação e na apreciação do pedido de incentivos. Por isso mesmo, nesse caso votariam contra, cientes que não estavam a votar o licenciamento, mas o pedido de incentivos, mas por uma falta de avaliação e da apreciação do respetivo impacte ambiental e pela falta de compromisso ambiental do projeto. Posta à votação foi a proposta: **Vanibru – Comércio de Produtos Alimentares Limitada – aprovada com quatro abstenções da C.D.U.; Hotti – Braga Hotéis, SA – aprovada com seis votos contra da C.D.U., e do B.E. e com uma abstenção do P.S. O Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** apresentou uma **Declaração de Voto**, revelando que o Bloco votou favoravelmente esta proposta, relativamente à empresa Vanibru, considerando que era uma empresa que já laborava há bastante tempo no concelho e na cidade de Braga, que tinha um número

considerável de trabalhadores e que, de facto, estava em instalações relativamente precárias, quando tinha terreno disponível para desenvolver a sua atividade, sendo certo que não ignoravam que tinha havido alguns atropelos na relação entre a administração dessa empresa e os trabalhadores, que esperavam que, de facto, aquela operação de boa vontade da autarquia, significasse o melhoramento, também, dessas relações. **PONTO NÚMERO OITO – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, SITA NO LUGAR DE BARROS, FREGUESIA DE GUALTAR.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea q), do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezoito de maio do ano em curso, com vista à desafetação de uma parcela de terreno com a área de duzentos e vinte e quatro vírgula setenta e dois metros quadrados, situada no lugar de Barros, freguesia de Gualtar, concelho de Braga, integrada em domínio público pelo alvará de loteamento número quarenta e seis barra dois mil e quatro, titulado em nome de Predisegura – Construções, Limitada, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quatro votos contra da C.D.U. e com duas abstenções do B.E.** **PONTO NÚMERO NOVE – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, SITA NA FREGUESIA DE SÃO VICTOR.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado na alínea q), do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezoito de maio do ano em curso, com vista à desafetação de uma parcela de terreno com a área de trezentos e trinta vírgula cinquenta metros quadrados, situada na freguesia de São Victor, concelho de Braga, integrada em domínio

*público pelo alvará de obras de urbanização número sete barra dois mil e doze, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Registrou-se a intervenção do Sr. Deputado do C.D.U., PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS informando que iriam votar contar e que estava, ali, na dupla qualidade de eleito da Assembleia Municipal, mas, também, na de eleito da Assembleia de Freguesia de São Victor. Disse ficar sempre boquiaberto como era a desgraçada da freguesia de São Victor, que levava sempre com aqueles negócios e levava sempre com aquelas desafetações de domínio público. Portanto aquela que era a freguesia mais densa, com maior densidade populacional, com maior área construída, com maior pressão, era aquela que via todos os seus cantinhos, todos os seus pequeninos espaços exíguos, que eram do domínio público e que podiam dar em pequenos espaços verdes, pequeninos, ninguém tinha que ter sempre o maior parque urbano à porta. Aliás, viu-se nos últimos tempos, a importância desses pequeninos espaços, para as pessoas poderem esticar as pernas e fazer os seus pequenos passeios. Mas, a verdade, era sempre a freguesia de São Victor que via desaparecer os poucos metros quadrados que tinha de domínio público, para ver de novo a maior construção e ver esses terrenos afetos a construção privada. Era de registar, que naquela freguesia não houvesse qualquer cuidado com a qualidade de vida dos moradores e com essas pequeninas intervenções, ao ponto que, há tempos, foi aquele ginásio, numa área que tinha sido arborizada, há pouco tempo, pela Câmara Municipal e, agora, era mais um canto, era mais um terreno, ainda que pudessem dizer que junto de um parque já existente, mas de qualquer forma, mais uma pequena área que saía e que ia engordar a área de construção e as expetativas de privados. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e sete votos a favor, com quatro abstenções e com doze votos contra.** A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S.,*

JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO, para numa **Declaração de Voto**, destacar que votou contra aquele ponto, um pouco em convergência com aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado do Partido Comunista Português. A realidade era que, mais uma vez, estava demonstrado, ali, o desrespeito pela maior freguesia da cidade, que era demonstrado ao longo dos sucessivos mandatos. Tinha sido uma luta, também, do Partido Socialista, nos órgãos próprios, e não era isso que os levou, ali, hoje. Mas, o certo era que, independentemente, do Partido Socialista ter feito, ou não, o seu “mea culpa” da sua governação e de acusarem a gestão socialista, da gestão do betão, da gestão do prédio e da gestão da construção civil, estavam, ali, perante mais um exemplo daquilo que, hoje, era uma incoerência, porque “bem prega Frei Tomás”. E o certo era que já era uma zona altamente congestionada, a nível de trânsito, altamente congestionada, a nível urbanístico e o Executivo Municipal ia permitir a construção de mais um prédio, com a desafetação de um terreno que era público, dum terreno que era de todos nós, junto a um dos maiores equipamentos sociais e desportivos da cidade, que já viram, também, demonstrada a sua pouca capacidade para todas as pessoas que desejavam lá ir e, portanto, foi neste sentido que votou contra, porque achava aquela desafetação de terreno uma traição a todos os bracarenses. **PONTO NÚMERO DEZ – COVID DEZANOVE – JOVENS CIDADÃOS ATIVOS PROGRAMA DE VOLUNTARIADO**. Submete-se à apreciação e ratificação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, relativa ao Programa de Voluntariado Covid dezanove – Jovens Cidadãos Ativos, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Começou por usar da palavra a Sr^a. **Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para referir que: “O Bloco de Esquerda tem para dizer a respeito deste ponto tem a ver com o seguinte: nós vivemos momentos extraordinários

relacionados com a pandemia e a crise social e sanitária que ela consigo trará e já está a trazer. Por isso, nós consideramos que esta resposta, juntamente com uma ou outra medida que a Câmara Municipal terá adotado, continua a ser uma resposta fraca, em termos de assistência às populações mais vulneráveis do concelho. O existencialismo não pode ser a única resposta à crise social e económica. Por isso, tal e qual como já existe noutros municípios, no País, é necessário que haja uma resposta pública, estruturada e organizada à necessidade que as pessoas já estão a fazer sentir, nomeadamente, no que diz respeito a alimentos e a refeições, entre outras necessidades. E, nesse sentido, as Câmaras Municipais têm particular responsabilidade em colocar a rede social municipal no terreno a trabalhar, a identificar as necessidades, identificar os problemas e a desenhar as respostas, juntamente com quem já está também a trabalhar no terreno e preste essa resposta a ser existencialista. Portanto, não podemos só basear a nossa proposta naquilo que é o trabalho voluntário de algumas pessoas que são sensíveis para a questão, a resposta tem que ser muito mais estruturada e tem que ser de âmbito público e tem que ser em articulação com quem já está no terreno, nomeadamente, já agora, permitam-me que diga e refira, nesse sentido, as próprias escolas, cujas cantinas, em alguns casos, já estão a providenciar refeições para pessoas que não têm forma de subsistir e que, neste momento, por exemplo, correm o risco de ficar sem essa refeição, porque com o período das férias, a cantina escolar, provavelmente, irá encerrar. Por isso, deixo aqui o apelo que, de facto, a rede social local seja mais ativa, mais proactiva, mais interventiva e tenha, efetivamente, capacidade de articular quem está no terreno a trabalhar”. Depois, foi a vez do Sr. Deputado do P.S.D., JOSÉ RAUL DE OLIVEIRA RODRIGUES se manifestar sobre a matéria ora em discussão, tendo, para o efeito, salientado que: “O voluntariado é considerado como uma dimensão fundamental da

democracia e da cidadania ativa, na medida em que "põe em prática valores como a solidariedade e a não discriminação, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento harmonioso das sociedades. Numa altura em que se instalou na nossa sociedade uma espécie de crise de valores, onde imperam o materialismo e o culto da intolerância e da indiferença, bastou um minúsculo microorganismo para pôr o mundo inteiro a refletir sobre o rumo que a humanidade está a seguir. É nestas alturas em que precisamos uns dos outros, que os Portugueses demonstraram que os valores ainda existem e que mesmo nos piores momentos de crise, a solidariedade está sempre patente na nossa forma de ser, na nossa forma de agir. No decurso de toda esta conjuntura epidemiológica, o Município de Braga tem implementado toda uma série de medidas, que visam oferecer uma resposta plena no combate à doença Covid-dezanove. Apesar de nos encontrarmos numa fase de levantamento gradual das suspensões e interdições decretadas, visando o regresso gradual ao normal funcionamento da atividade económica, é certo que a prevenção da doença, a contenção da pandemia e a garantia da segurança de todos nós, constituem uma das principais prioridades. Sabemos há muito tempo que o voluntariado pode ter benefícios não apenas para as pessoas que recebem ajuda, mas também para aquelas que doam o seu tempo e energia," Com a criação do programa de voluntariado Covid-dezanove - jovens cidadãos ativos, a Autarquia pretende lançar um desafio e envolver os jovens do concelho de Braga com iniciativas voluntárias, onde estes podem atuar e marcar a diferença, colocando-os na linha da frente para o regresso à normalidade que tanto ansiamos. O voluntariado é um ato de altruísmo e que acrescenta valores insubstituíveis às pessoas, e as experiências vividas podem até contribuir para um projeto de vida. As iniciativas a serem desenvolvidas no âmbito do Programa de voluntariado Covid-dezanove-jovens cidadãos ativos, passarão pela sensibilização

à população das recomendações da Direcção-Geral de Saúde (DGS), nos parques, equipamentos desportivos e praias fluviais de maior afluência, durante o período de Verão, ou seja de julho a meados de setembro. Neste projeto, estão salvaguardados os direitos do voluntário, consagrados na lei, dos quais destacamos: O acesso a programas de formação, cartão de identificação; o Seguro; o Exercício das funções em condições de higiene e segurança (agora reforçadas visando o estrito cumprimento das recomendações da DGS); o programa que regule o conteúdo, a natureza e duração do voluntariado; o reembolso das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela organização promotora, em conformidade com o artigo décimo nono do Decreto-Lei número trezentos e oitenta e nove barra noventa e nove, de trinta de setembro. Os voluntários servem o interesse social e comunitário de forma desinteressada, no âmbito de projetos e outras formas de intervenção ao serviço das pessoas e da comunidade em geral. Os voluntários fazem bem a si ao fazerem o bem aos outros. Não podemos esquecer que jovens são o futuro da humanidade e a esperança das nações. É neste sentido que o Grupo Municipal do PSD se revê e apoia a proposta Programa de voluntariado Covid-dezanove -jovens cidadãos ativos, apresentada pelo executivo”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO**, para dizer que: “O trabalho desenvolvido pelo executivo municipal nestes tempos difíceis, sendo um exemplo a diversos níveis no que toca ao combate à pandemia, não se pode esgotar. É necessário fazer cada vez mais e melhor pelos nossos munícipes. Quando assistimos a um ataque cerrado à juventude portuguesa por parte do governo, tentando que esta seja o bode expiatório dos erros da governação, é fundamental que nós, em Braga, sejamos capazes de cativar os jovens bracarenses para a importância do voluntariado e a ajuda a quem mais necessita. O

voluntariado é das ações mais nobres que podemos desenvolver enquanto indivíduos e é desde jovens que devemos começar esta atividade. Iniciativas como estas são de salutar e promovem a cidadania ativa, bem como, as competências sociais e pessoais de cada um. Para além disto, numa altura em que, quando os jovens chegam ao mercado de trabalho, são cada vez mais reconhecidos pelas soft-skills, é também uma forma de enriquecimento do Curriculum, ajudando os outros. Nesse sentido apelo a toda a comunidade jovem, entre os dezoito e os trinta anos que aceitem este desafio. Ao longo dos últimos anos tive a felicidade de incorporar algumas atividades de voluntariado e para além de uma grande aprendizagem, torna-nos pessoas melhores e mais bem preparadas para o futuro”. Interveio, depois, o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que: “É verdade que o voluntariado é aquilo que de mais nobre existe numa sociedade, é darmos-nos a causas, é darmos de nós a quem mais precisa. É evidente que, por vezes, nós discutimos o que é ser voluntário ou fazer voluntariado e, neste caso, parece-me que o projeto em questão, é um projeto que naturalmente vai ser apoiado pelo Partido Socialista, mas gostava de dizer algumas coisas relativamente a esta matéria. Uma intervenção para ter qualidade e chegar a atingir os objetivos que pretende, tem que ter uma estrutura que suporte aquilo que é o seu trabalho. E todos nós nos recordamos que havia uma comissão interfreguesias que, efetivamente, organizava-se de forma desconcentrada pelo território municipal e que, para além do diagnóstico que fazia, propunha também soluções e formas de atuação não só do Município, mas, também, do grupo de freguesias e de outras entidades de natureza social, desportiva e cultural, em torno do objetivo. E, portanto, dizer que para além da criação deste corpo de voluntários, naturalmente, com um fim específico, importa recordar que também a Câmara Municipal de Braga, no seu devido tempo, criou o Banco Local do

*Voluntariado, que não me parece que neste momento esteja também a funcionar e que seria também importante. E, portanto, isto são ferramentas, são uma organização que tem que ter também um enquadramento e uma logística e uma forma também de organizar e estruturar aquilo que é intervenção. E, portanto, para além daquilo do trabalho que se propõe fazer e com o qual naturalmente nós concordamos, acho que é oportuno repensar, exatamente, aquilo que deve ser o papel das comissões sociais interfreguesias. Deixo, aqui, o desafio para que, efetivamente, quer o Município, quer a Assembleia, quer as freguesias repensem aquele que foi um projeto que teve um período áureo, vamos assim dizer, mas que infelizmente, por razões, que não interessa agora, aqui, porque não é este o momento, também, de dizer que, efetivamente, já não cumpre bem a razão porque foi criado e que era, naturalmente, a ferramenta mais importante da rede social de Braga. Dizer, aqui, para terminar, que este papel, que este corpo de voluntários vai fazer, importa aqui reconhecer o papel que muitas Juntas de Freguesia o fizeram durante este período. E foi bonito de ver, deixem-me dizer, que muitas freguesias se organizaram e organizaram jovens, que de forma voluntária, como já aqui foi dito na última reunião, andaram pela freguesia a resolver problemas de quem, efetivamente, manietado para exercer aquilo que era uma normalidade nas suas vidas. E, portanto, que este corpo de voluntários, que o regimento que os vai orientar, que os vai regular, possa também aí absorver aquilo que é uma experiência interessante, mas que essa experiência se possa alicerçar no futuro numa rede social que, efetivamente, funcione e num Banco Local de Voluntariado, que pode ter um corpo juvenil vocacionado, especificamente, para esta e para outras situações”. De seguida usou da palavra a **Sr^a. Deputada C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para realçar que: “Não querendo, de forma alguma, retirar o mérito que aqui, mais do que uma vez, foi descrito relativamente*

às atividades do voluntariado ou na verdade mais especificamente ao sentimento que leva jovens e não só jovens, porque parece-me também que há sempre uma tendência para também colar atividades de voluntariado à juventude, como se essa fosse a única forma de participação cidadã, política e ativa, quando não é verdade, mas parece-me, também, e a experiência destes últimos ou destes largos anos que também assim o tem confirmado, muitas das vezes, o voluntariado serve para substituir trabalho e funções de trabalho, não querendo dizer que neste caso específico, dada a excecionalidade do momento em que vivemos, não fosse necessário reforçar os meios já existentes e, de facto, recorrer àquela que é a boa vontade e o sentimento de envolver na sociedade, o Deputado João Nogueira dava o exemplo das juntas de freguesia é, de facto, uma via, o município pode e deve ser outra. No entanto, não podemos deixar de assinalar que, falando até da rede social, por exemplo, onde muitas das vezes falham técnicos e outros profissionais que são, de facto, quem garante que estes projetos não só existem como se desenvolvem e que são quem, de facto, também, garante que existe trabalho para o qual determinadas pessoas se podem juntar em regime de voluntariado pela sua vontade. Mas a verdade é que uma coisa, por mais meritória que possa ser, e valorizada mais por uns e menos por outros, dependendo das suas circunstâncias e das circunstâncias da vontade de participação ou de outras formas de participação, que entendam fazer, como aquela que estamos, hoje, aqui, a fazer também, que é uma forma de participação cívica e política, mas a verdade é que substituir, constantemente, funções que são de responsabilidade, que são necessárias sempre e que são para assegurar o normal funcionamento do apoio, nomeadamente, social às populações mais desfavorecidas, seja momentos excecionais, como este, que exigem mais recursos, seja noutros momentos, que também exigem recursos, que não devem deixar de existir, não podemos aceitar

que o voluntariado, precisamente, por ser fácil de se simpatizar e compreendo que seja, não pode substituir aquilo que é o trabalho e os direitos de quem trabalha e a necessidade de reforçar, nomeadamente, e repito, redes sociais, tanto municipais como nacionais, de técnicos qualificados que possam desenvolver o seu trabalho em condições de direito e em condições de qualidade da prestação do serviço público”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com seis abstenções da C.D.U. e do B.E.** **PONTO NÚMERO ONZE – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e quatro de fevereiro, de nove de março, de seis de abril, de quatro e de dezoito de maio e de um de junho do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Requalificação da rua da Igreja e rua do Assento”, no montante de cento e vinte e oito mil setecentos e oitenta e sete euros e trinta e quatro cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Gualtar, para a execução da obra denominada “Alargamento do caminho vicinal da Vergadela à Franqueira”, no montante de nove mil quatrocentos e setenta e sete euros e quarenta e seis cêntimos; Três - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Rede de águas pluviais no caminho municipal mil trezentos e três – Arentim (aditamento)”, no montante mil quatrocentos e setenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada “Requalificação da travessa da Igreja”, no

montante de dezoito mil quinhentos e oitenta e cinco euros e dezanove cêntimos;

Cinco - Junta de Freguesia de Ruílhe, para a execução da obra denominada “Alargamento e execução de passeios da rua das Lagarteiras”, no montante de cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e setenta e três euros e quarenta e nove cêntimos;

Seis - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Construção de conduta de águas pluviais na rua da Liberdade em Arentim”, no montante de quatro mil setecentos e setenta e seis euros e trinta e seis cêntimos;

Sete - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua de Sobremoure – Merelim São Pedro”, no montante de cento e dezassete mil duzentos e sessenta e um euros e trinta e cinco cêntimos;

Oito - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Reforço estrutural de muro de suporte – rua do Assento (C.M. mil trezentos e três) – Arentim”, no montante de sete mil quatrocentos e seis euros e oitenta e seis cêntimos;

Nove - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Reconstrução do muro de suporte da rua de Trás-o-Rio”, no montante de sete mil quatrocentos e oitenta e nove euros e catorze cêntimos;

Dez - Junta de Freguesia de Tadim, para a execução da obra denominada “Rede de águas pluviais da travessa da rua do Banido – aditamento”, no montante de vinte e nove mil e noventa e sete euros;

Onze - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “Drenagem de águas pluviais da rua da Senhora da Conceição – aditamento”, no montante de dezassete mil novecentos e doze euros;

Doze - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Substituição de conduta de águas na rua do Souto em Arentim”, no montante de dois mil quinhentos e quarenta e três euros e sessenta e seis cêntimos;

Treze - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua da Caínha – Arentim”, no

montante de cento e quarenta e um mil quatrocentos e oitenta euros e sessenta e sete cêntimos; Catorze - União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro, para a execução da obra denominada “Parque das merendas do campo de futebol de Guisande - trabalhos adicionais”, no montante de quinze mil duzentos e dez euros e trinta cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (São Vicente e Santo Estevão), para a execução da obra denominada “Requalificação da rua de Soutelo – Penso Santo Estevão”, no montante de quarenta e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos; Dezasseis - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua da Cruz – Pousada”, no montante de dezassete mil trezentos e noventa e um euros e dezasseis cêntimos; Dezassete - Junta de Freguesia de Ruílhe, para a execução da obra denominada “Aditamento – requalificação da estrada das Lagarteiras, junto à EB um de Ruílhe – trabalhos complementares”, no montante de dez mil oitenta e seis euros e noventa e dois cêntimos; Dezoito - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Pavimentação do parque de estacionamento junto ao campo de futebol”, no montante de vinte e seis mil duzentos e oitenta e oito euros e quatro cêntimos; Dezanove - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (São Vicente e Santo Estevão), para a execução da obra denominada “Requalificação do caminho da Bouça (rua da Bouça, lugar do Outeiro ou Soutinho) – Penso Santo Estevão”, no montante de doze mil setecentos e seis euros e vinte e dois cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas duas abstenções**. **PONTO NÚMERO DOZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A JUNTAS DE FREGUESIA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de nove de março, de seis e de vinte de abril, de quatro e de dezoito maio e de um de junho do

ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesia de Arentim e Cunha, destinado a apoiar o “Projeto de requalificação do caminho da Caínha – Arentim” e o “Projeto do alargamento e requalificação da rua da Calçada da Pessa – Cunha”, no valor de catorze mil e três euros; Dois - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar a “Aquisição de uma viatura para transporte regular (crianças) da freguesia para atividades desportivas e culturais”, no valor de dez mil euros; Três - Junta de Freguesia de Tebosa, destinado a apoiar a obra de “Requalificação do tanque público”, no valor de dezassete mil seiscentos e oitenta e três euros e cinco cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Sequeira, destinado a apoiar a “Elaboração do projeto do caminho da Torre – rua de Trás-o-Rio”, no valor de oitocentos e sessenta e um euros; Cinco - Junta de Freguesia de Sequeira, destinado a apoiar a “Elaboração do projeto do muro de suporte na rua da Boavista e drenagem de águas pluviais”, no valor de dois mil duzentos e trinta e sete euros; Seis - Junta de Freguesia de Lamas, destinado a apoiar o “Projeto de colocação de vedação no jardim de infância”, no valor de dois mil seiscentos e cinquenta euros; Sete - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a “Elaboração do projeto de especialidades da obra da rua das Veigas”, no valor de quatro mil cento e oitenta e dois euros; Oito - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Para de Tibães, destinado a apoiar a “Elaboração do projeto da obra de requalificação do largo de São Roque – Merelim São Paio”, no valor de dezoito mil quatrocentos e quarenta e um euros e trinta e seis cêntimos; Nove - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado a apoiar as “Obras no complexo da piscina”, no valor de duzentos e quarenta e novel mil seiscentos e

treze euros e trinta e três cêntimos; Dez - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar os “Danos causados pela passagem da depressão Elsa e Fabien”, no valor de seis mil quinhentos e dezoito euros e vinte e um cêntimos; Onze - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar o “Projeto – obra de construção do novo acesso ao jardim de infância”, no valor de oito mil novecentos e oitenta e três euros e cinquenta cêntimos; Doze - Junta Freguesia de Esporões, destinado a apoiar os “Trabalhos de limpeza de ruas das últimas intempéries”, no valor de quatro mil duzentos e quarenta euros; Treze - Junta Freguesia de Esporões, destinado a apoiar o “Projeto de remodelação do salão da Junta (honorários)”, no valor de vinte e um mil novecentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta cêntimos; Catorze - Junta Freguesia de Esporões, destinado a apoiar o a “Substituição parcial de tubagens na recolha de águas pluviais em alguns pontos da freguesia – rua da Azenha, Marcos e adjacentes”, no valor de quatro mil duzentos e cinquenta euros; Quinze - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a “Remodelação do exterior do edifício da Junta de Nogueiró”, no valor de nove mil setecentos e oitenta e três euros e oitenta cêntimos; Dezasseis - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a “Construção de muro na rua da Portela – Morreira”, no valor de quatro mil novecentos e catorze euros e dezasseis cêntimos; Dezassete - União de Freguesia de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a “Iluminação da Escola e Jardim de Infância de Trandeiras”, no valor de três mil quinhentos e oitenta e nove euros e vinte e nove cêntimos; Dezoito - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a “Pintura do edifício da EB de Crespos”, no valor de seis mil cento e catorze euros e oito cêntimos; Dezanove - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a “Construção do parque infantil de Crespos”, no valor de vinte e nove mil quinhentos e cinquenta euros e oitenta e

nove cêntimos; Vinte - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar a “criação de zona de lazer do loteamento do Pinheiral e requalificação de espaço em Azevido”, no valor de vinte e oito mil trezentos e sessenta e quatro euros e dezanove cêntimos; Vinte e um - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a apoiar a “Sétima edição das Bruxarias do Vale d’Este”, no valor de dois mil e quinhentos euros. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o **Sr. Deputado C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para solicitar um pedido de esclarecimento, referindo que: “É sabido que a Coligação Democrática Unitária tem votado sempre favoravelmente este tipo de apoios. No entanto, há um aqui, que nos levanta algumas dúvidas, pelo elevado valor, para o tipo de trabalho que estamos aqui a falar. Por isso, gostaríamos de pedir esclarecimentos, relativamente ao projeto de remodelação do salão da Junta de Esporões. Tem um valor de subsídio na ordem dos vinte e dois mil euros e gostaríamos de ser esclarecidos se isto é só para o projeto de arquitetura, e no caso de ser só para o projeto de arquitetura, parece-nos um valor extremamente elevado, tendo em conta, até, as últimas adjudicações do Município de projetos de arquitetura, ou se contempla já algum tipo de trabalho de caráter de construção civil ou de compra de material, para o salão da Junta de Esporões”. A **SR^a: PRESIDENTE DA MESA** disse que a informação do Sr. Presidente era o projeto, não era propriamente obra. O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, usou da palavra para esclarecer que: ”Não sei se esta intervenção, era uma apologia da Coligação Democrática Unitária, à arquitetura ao desbarato. Mas, de facto, isto é, como já tive oportunidade de transmitir à Senhora Presidente, e julgo que ela o disse para toda a sala, o projeto tem intervenção. Portanto não sei que mais posso esclarecer, é o valor justo, qualquer Presidente de Junta ou qualquer

*peessoa que lida com uma obra, sabe que não há mais nenhum projeto que seja mais barato do que isto, a não ser que seja, porventura, elaborado por algum colaborador interno e, naturalmente, que é isso que nós acordamos pagar e vamos pagar com base nesta delegação”. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas duas abstenções. PONTO NÚMERO TREZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **O Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO** usou da palavra para salientar que: “O CDS-PP de Braga, está solidário com a preocupação e com as reivindicações que os empresários e comerciantes do Concelho têm apresentado nestes tempos de pandemia. Estando ao lado do Município nos processos e iniciativas de apoio para todo o pequeno comércio de proximidade bracarense. O CDS-PP de Braga felicita o Município de Braga pela introdução das diversas medidas de apoio à economia local, tais como: Braga de Porta Aberta; Programa de Apoio ao Comércio e Outro Tipo de Empresas (PACOTE); as isenções promovidas pela Agere aos estabelecimentos de comércio e serviços que encerraram devido à entrada em vigor do Horário Zero; aumento extraordinário e temporário de esplanadas existentes e assim como para novas instalações; Isenção total de taxas para o comércio de proximidade; o regime excecional para centros comerciais de primeira geração; e pela constante batalha promovida pelo Executivo Municipal em defesa do nosso tecido económico. O CDS-PP de Braga, mantendo a sua posição sobre esta matéria e apoia o Município em todas estas iniciativas”. **PONTO NÚMERO CATORZE – INFORMAÇÃO***

PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. Usou da palavra a **Sr^a. Deputada do P.S., CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES**, para dar nota que a Comissão de Assuntos Sociais e Saúde iria ter um ciclo de três reuniões, sob o tema Covid-dezanove no concelho de Braga, Impactos e Perspetivas. Iria reunir com a Unidade de Saúde Pública, Proteção Civil Municipal; Aces-Cávado um, Hospital de Braga, Centro Distrital e Segurança Social de Braga, Cruz Vermelha Portuguesa e União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social. As reuniões terão lugar no dia dez de julho, dezasseis de julho e vinte e um de julho. **PONTO NÚMERO QUINZE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos cinco, seis, oito, nove, dez, onze e doze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às vinte e duas horas e trinta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta reunião de seis de julho, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.